



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO
FEDERAL DO CEARÁ
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ –
IFCE CAMPUS ACOPIARA**

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO TÉCNICO
CONCOMITANTE EM ADMINISTRAÇÃO
NA MODALIDADE EDUCAÇÃO DE JOVENS E
ADULTOS – EJA**

**ACOPIARA - CEARÁ
2026**



**INSTITUTO
FEDERAL**

Ceará

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
IFCE *CAMPUS* ACOPIARA**

REITOR

José Wally Mendonça Menezes

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

Camilo Santana

PRÓ-REITORA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO

Joélia Marques de Carvalho

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Reuber Saraiva de Santiago

PRÓ-REITOR DE GESTÃO DE PESSOAS

Marcel Ribeiro Mendonça

PRÓ-REITORA DE ENSINO

Cristiane Borges Braga

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO

Ana Cláudia Uchôa Araújo

DIRETOR-GERAL DO CAMPUS ACOPIARA

Kelvio Felipe dos Santos

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE ENSINO DO CAMPUS ACOPIARA

Alzeir Machado Rodrigues

**CHEFE DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO DO CAMPUS
ACOPIARA**

Francisca Lionelle de Lavor Alves

**COORDENADORA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO DO CAMPUS
ACOPIARA**

Vanessa Lopes Vasconcelos

COORDENADOR DE EXTENSÃO DO CAMPUS ACOPIARA

Wedson Carlos Gomes de Oliveira



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e
Tecnológica Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia do Ceará
Campus Acopiara

**PORTARIA Nº 10009/GAB-ACO/DG-ACO/ACOPIARA, DE 17
DE OUTUBRO DE 2025**

A **Diretora-Geral Substituta do Campus Acopiara** do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, nomeado pela Portaria nº 5403/GABR/REITORIA, de 03 de junho de 2025, no uso de suas atribuições e considerando a delegação de competência estabelecida na Portaria Normativa nº 81/GABR/REITORIA, de 08 de agosto de 2023 e o que consta no Processo nº **23848.002407/2025-71**, resolve:

Art. 1º Designar a **Comissão de Elaboração do PPC do PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO TÉCNICO CONCOMITANTE EM ADMINISTRAÇÃO NA MODALIDADE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA do IFCE campus Acopiara**, composta pelos seguintes servidores, sob a presidência do primeiro:

Nome	Matrícula	Função
VANESSA LOPES VASCONCELOS	2045194	Presidente
KELVIO FELIPE DOS SANTOS	2042966	Membro
JOSE RAIMUNDO DANTAS NETO	3325162	Membro
FRANCINEUMA GUEDES CANDIDO	2747482	Membro
JOANILDO ALVES DA SILVA	2164354	Membro
ROMERO DA SILVA BENEVIDES	3000853	Membro

Publicação: [Transparência Ativa](#) em 17 de outubro de 2025

Documento assinado eletronicamente sob [fundamentação](#), por:
FRANCISCA LIONELLE DE LAVOR ALVES | Diretora-Geral Substituta

Data da Assinatura: (America/Fortaleza) **Tipo de Documento:** 17 de outubro de 2025 as 13:47
Portaria



[Autenticidade](#)

SUMÁRIO

DADOS DO CURSO	7
APRESENTAÇÃO	9
1. CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	11
1.1 HISTÓRICO INSTITUCIONAL	11
1.1 <i>CAMPUS</i> ACOPIARA	13
1.1.1 Faixa Etária da População da Região Administrativa 16 e da Zona de Influência	22
2 JUSTIFICATIVA	27
2.1 POTENCIALIDADES DO TERRITÓRIO DE ABRANGÊNCIA	29
2.1.1 Mercado de Trabalho	29
2.1.2 Produto Interno Bruto (PIB)	32
2.1.3 Atividade Produtiva	33
2.1.4 Educação	34
3 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	41
3.1 NORMATIVAS NACIONAIS COMUNS AOS CURSOS TÉCNICOS E DE GRADUAÇÃO	41
3.2 NORMATIVAS INSTITUCIONAIS COMUNS AOS CURSOS TÉCNICOS E DE GRADUAÇÃO	43
3.3 NORMATIVAS NACIONAIS PARA CURSOS TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO	43
3.4 PRINCÍPIOS NORTEADORES	46
4. OBJETIVOS DO CURSO	48
4.1 OBJETIVO GERAL	48
4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	48
5 FORMAS DE INGRESSO	51
6 ÁREAS DE ATUAÇÃO	52
6.1. Administração Geral e Operacional	52
6.2. Recursos Humanos	53
6.3. Finanças e Contabilidade	53
6.4. Marketing e Vendas	54
7 PERFIL ESPERADO DO FUTURO PROFISSIONAL	55
7.1. Formação técnica, científica e empreendedora	55
7.2. Formação humana, ética e social	56
7.3. Formação comunicativa, crítica e reflexiva	56
7.4. Formação adaptável e voltada à aprendizagem contínua	56
8 METODOLOGIA	58
8.1 PROJETOS INTEGRADORES	63
8.2 EXIBIÇÃO DE FILMES DE PRODUÇÃO NACIONAL	65
9 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	66
MATRIZ CURRICULAR	67
9 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	70
10. PRÁTICA PROFISSIONAL SUPERVISIONADA	74
11. ESTÁGIO SUPERVISIONADO NÃO OBRIGATÓRIO	75
12 CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES	77
13 EMISSÃO DE DIPLOMA	79

14 AVALIAÇÃO DO PROJETO DO CURSO	80
a. AVALIAÇÕES INTERNAS	81
b. DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES	81
15 ATUAÇÃO DO COORDENADOR DO CURSO	82
16 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS CONSTANTES DO PDI NO ÂMBITO DO CURSO	84
a. ENSINO	87
b. PESQUISA	89
c. EXTENSÃO	89
16.3.1 Implementação das atividades de extensão	91
16.3.2 Monitoramento e Avaliação	94
17 APOIO AO DISCENTE	94
a. AUXÍLIOS	97
b. PROGRAMA DE BOLSAS	99
c. ESTÍMULO À PERMANÊNCIA	100
d. NÚCLEO DE GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL (NUGEDS)	100
18 CORPO DOCENTE	102
19 CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	105
20 INFRAESTRUTURA	109
a. BIBLIOTECA	109
i. Biblioteca Virtual Universitária (BVU)	110
ii. Portal de Periódicos CAPES	110
b. INFRAESTRUTURA FÍSICA E RECURSOS MATERIAIS	111
i. Infraestrutura de Laboratórios	113
ii. Infraestrutura de Laboratórios de Informática Conectado à Internet	113
REFERÊNCIAS	115
ANEXOS	122
PROGRAMAS DE UNIDADES DIDÁTICAS OBRIGATÓRIAS (PUD'S)	123
Unidade I – Fundamentos da informática	125
Unidade II – Internet, e-mail e sistemas digitais	125
Unidade III – Ferramentas digitais de produtividade	125
Unidade IV – Usabilidade, cidadania digital e inclusão	125
OBJETIVO GERAL	140
Unidade 1 – Noções gerais de direito	141
Unidade 5 – Direitos humanos, igualdade racial e legislação antidiscriminatória	141
OBJETIVO GERAL	156
Unidade 1 – Conceitos fundamentais do marketing	157
OBJETIVO GERAL	164
Unidade 1 – Conceitos fundamentais de contabilidade	165
OBJETIVO GERAL	170
Unidade 1 – Introdução à administração financeira	171
OBJETIVO GERAL	174
Unidade 1 – Conceitos básicos de matemática financeira	175
PROGRAMAS DE UNIDADES DIDÁTICAS OPTATIVAS (PUD'S)	183
OBJETIVO GERAL	184
Unidade 1 – Fundamentos da Libras e da cultura surda	185
OBJETIVO GERAL	188
Unidade 1 – Música como linguagem e expressão cultural	189

OBJETIVO GERAL	193
Unidade 1 – Fundamentos da educação das relações étnico-raciais	
194	
Unidade 2 – Racismo, discriminação e ações afirmativas	194
Unidade 3 – História da África e da diáspora africana	194
Unidade 4 – História e cultura afro-brasileira	194
OBJETIVO GERAL	198
Unidade 1 – Problemática socioambiental contemporânea	199
Unidade 2 – Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável	199
Unidade 3 – Responsabilidade social e ambiental nas organizações	
199	
Unidade 4 – Gestão socioambiental	199
Unidade 5 – Diversidade cultural, comunidades tradicionais e sustentabilidade	199

DADOS DO CURSO**• Identificação da Instituição de Ensino**

Nome: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) – <i>campus</i> Acopiara			
CNPJ: 10.7440980032/41			
Endereço: Rodovia CE- 060, km 332 – Vila Martins			
Cidade: Acopiara	UF: CE	CEP: 63560-000	Fone: (85) 3401-2217
E-mail: gabinete.acopiara@ifce.edu.br		Página institucional: www.ifce.edu.br/acopiara	

Informações gerais do curso:

Denominação do curso	Curso Técnico em Administração
Titulação conferida	Técnico em Administração
Nível	(X) Médio () Superior
Forma de articulação com o Ensino Médio	() Integrada (X) Concomitante () Subsequente
Modalidade de Ensino	(X) Presencial
Duração do curso	Quantitativo de 03 semestres - 1 ano e 6 meses
Número de vagas autorizadas	35 vagas
Periodicidade de oferta de novas vagas do curso	() Semestral (X) Anual
Período letivo	(X) Semestral () Anual
Formas de ingresso	(X) Processo seletivo () Sisu () Vestibular (X) Transferência () Diplomado
Turno de funcionamento	() matutino () vespertino (X) noturno () integral
Ano e semestre do início do funcionamento	2026.2
Informações sobre carga horária do curso	
Carga horária total para integralização	Presencial: 800 horas
Carga horária dos componentes curriculares	800 horas
Carga horária dos componentes curriculares optativos	160 horas

Percentual de carga horária presencial e a distância	Presencial: 100% A distância: 0%
Carga horária do estágio supervisionado	-
Carga horária total da Prática Profissional Supervisionada no curso	120 horas
Sistema de carga horária	01 crédito = 20h
Duração da hora-aula	1 hora (60 minutos), conforme estabelecido no ROD

APRESENTAÇÃO

O Curso Técnico em Administração, pertencente ao eixo tecnológico Gestão e Negócios, foi proposto pelo Departamento de Ensino do IFCE – Campus Acopiara, na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA). A criação do curso visa contribuir para o desenvolvimento econômico e social do Estado do Ceará, além de suprir a carência existente na rede pública cearense de EJA quanto à formação profissional e técnica de seus estudantes.

Para a elaboração do Plano Pedagógico do Curso (PPC), foi instituída uma comissão por meio da Portaria nº 10009/GAB-ACO/DG-ACO/ACOPIARA, de 17 de outubro de 2025. Essa comissão realizou diversas reuniões e consultas aos docentes vinculados à área, de modo a adequar o documento às demandas do mercado, à legislação vigente e às perspectivas de desenvolvimento sustentável, inovação e empreendedorismo, integrando-o às necessidades da sociedade e do setor produtivo.

O projeto contempla a apresentação do curso e a contextualização institucional, destacando as potencialidades de atuação do IFCE Campus Acopiara no território em que está inserido. Apresenta, ainda, a justificativa para a implantação do Curso Técnico em Administração, enfatizando seu papel transformador no fortalecimento da comunidade local e regional.

Em seguida, são descritos os objetivos do curso, a forma de ingresso, o perfil do egresso e a área de atuação dos futuros profissionais. O documento também detalha a metodologia de ensino e a estrutura curricular proposta, indicando a carga horária total, a organização dos módulos e a respectiva matriz curricular. Na sequência, são apresentadas as estratégias de avaliação da aprendizagem, bem como os mecanismos de acompanhamento e avaliação do curso.

Além disso, o PPC ressalta as ações de apoio ao discente, especialmente aquelas previstas no Plano de Permanência e Êxito (PPE), com destaque para as políticas de assistência estudantil implementadas pelo campus.

Por fim, o documento apresenta o corpo docente e os técnicos administrativos vinculados ao curso, além da infraestrutura disponibilizada, com destaque para a biblioteca e os laboratórios específicos da área de gestão.

Do exposto, destaca-se que o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, *campus* Acopiara, desenvolverá programas de

extensão e de divulgação científica e tecnológica, além de realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico, tendo em vista os princípios de sustentabilidade.

1. CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

1.1 HISTÓRICO INSTITUCIONAL

O IFCE é uma instituição de educação e tem como marco referencial de sua história institucional o contínuo desenvolvimento e expansão de sua atuação, acompanhado de crescentes indicadores de qualidade. A sua trajetória evolutiva corresponde ao processo histórico de desenvolvimento industrial e tecnológico da região Nordeste e do Brasil.

A sua história institucional se inicia no despertar do século XX, quando o então Presidente da República, Nilo Peçanha, cria, mediante o Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, as Escolas de Aprendizes Artífices, destinado às "*classes desprovidas ou desvalidos da sorte*", e que, hoje, configura-se como importante estrutura para que os cidadãos tenham efetivo acesso às conquistas científicas e tecnológicas.

Na década de 1940, o incipiente processo de industrialização passa a ganhar maior impulso, em decorrência do ambiente gerado pela Segunda Guerra Mundial, levando à transformação da Escola de Aprendizes Artífices em Liceu Industrial de Fortaleza no ano de 1941. No ano seguinte, passa a ser chamada de Escola Industrial de Fortaleza, ofertando formação profissional diferenciada das artes e ofícios, orientada para atender às profissões básicas do ambiente industrial e ao processo de modernização do país. Assim, o crescente processo de industrialização, mantido por meio da importação de tecnologias orientadas para a substituição de produtos importados, gerou a necessidade de formar técnicos para operar esses novos sistemas industriais e para atender às necessidades governamentais de investimento em infraestrutura.

No ambiente desenvolvimentista da década de 1950, a Escola Industrial de Fortaleza, mediante a Lei Federal nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959, ganhou a personalidade jurídica de autarquia federal, passando a gozar de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didática e disciplinar, incorporando a missão de formar profissionais técnicos de nível médio. Em 1965, passa a se chamar Escola Industrial Federal do Ceará e, em 1968, recebe então a denominação de Escola Técnica Federal do Ceará, demarcando o início de uma trajetória de consolidação de sua imagem como instituição de educação profissional com elevada qualidade,

passando a ofertar cursos técnicos de nível médio nas áreas de Edificações, Estradas, Eletrotécnica, Mecânica, Química Industrial, Telecomunicações e Turismo. O contínuo avanço do processo de industrialização, com crescente complexidade tecnológica orientada para a exportação, originou a demanda de evolução da rede de Escolas Técnicas Federais.

Essas escolas técnicas passaram por novas modificações no final dos anos 1970. Nesse momento surgem, então, os Centros Federais de Educação Tecnológica do Paraná, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Somente em 1994, a Escola Técnica Federal do Ceará é igualmente transformada junto com as demais escolas técnicas da rede federal em Centro Federal de Educação Tecnológica, mediante a publicação da Lei Federal nº 8.948, de 08 de dezembro de 1994, a qual estabeleceu uma nova missão institucional com ampliação das possibilidades de atuação no ensino, na pesquisa e na extensão tecnológica.

Em 1995, tendo por objetivo a interiorização do ensino técnico, foram inauguradas duas Unidades de Ensino Descentralizadas (UnEDs) localizadas nas cidades de Cedro e Juazeiro do Norte. Em 1998, foi protocolado junto ao MEC o projeto institucional delas. Esse projeto visava a transformação em CEFET-CE que foi implantado por decreto de 22 de março de 1999. Em 26 de maio do mesmo ano, o ministro da educação aprova o respectivo regimento interno pela Portaria nº. 845. Pelo Decreto nº. 3.462/2000, recebe a permissão de implantar cursos de licenciaturas em áreas de conhecimento em que a tecnologia tivesse uma participação decisiva. Assim, em 2002.2, a instituição optou pela Licenciatura em Matemática e, no semestre seguinte, pela Licenciatura em Física.

O Ministério da Educação, reconhecendo a vocação institucional dos Centros Federais de Educação Tecnológica para o desenvolvimento do ensino de graduação e pós-graduação tecnológica, bem como para a extensão e a pesquisa aplicada, reconheceu, mediante o Decreto nº 5.225, de 14 de setembro de 2004, em seu artigo 4º, inciso V, que, dentre outros objetivos, os antigos CEFETs tinham a finalidade de ministrar ensino superior de graduação e de pós graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, visando à formação de profissionais especialistas na área tecnológica.

Em 29 de dezembro de 2008, criado pela Lei 11.892 (BRASIL, 2009a), nasce o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará. A nova instituição congrega o extinto Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará (CEFET-CE)

e as Escolas Agrotécnicas Federais de Crato e Iguatu. A criação dos institutos federais corresponde a uma nova etapa da educação do país e pretende preencher as lacunas históricas da educação brasileira. Sua definição é definida conforme seu Art. 2º:

Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas [...] (BRASIL, 2009a).

Contemplando a perspectiva da interiorização do IFCE, o *campus* Acopiara foi criado tendo como preceito legal a Portaria nº 1.569, de 20 de dezembro de 2017, do Ministério de Estado da Educação, que institui em seu Art. 1º autorização para que o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE possa promover, no âmbito de sua estrutura organizacional, o funcionamento do *campus* Acopiara, com tipologia IF Campus 70/45.

O *campus* Acopiara foi construído na Rodovia CE 060, Km 332 - Vila Martins, distante cerca de 351 km da capital cearense. Tendo infraestrutura dotada de salas de aula, laboratórios básicos e específicos para os diversos cursos, auditório, espaço de convivência, biblioteca, dentre outros espaços. A seguir, será apresentado o contexto do município de Acopiara e das regiões que constituem, destacando-se os aspectos econômicos e educacionais condizentes com a implantação e consolidação do *campus* nesse espaço geográfico.

1.1 CAMPUS ACOPIARA

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, campus Acopiara, tem área total construída de pouco mais de quatro mil metros quadrados, com um bloco administrativo, um bloco didático com dez salas de aula, laboratório de redes e sistemas operacionais, laboratório de microscopia óptica, laboratório de biodiversidade, laboratório integrado de biologia e química, laboratório de biologia estrutural e funcional, laboratório de biotecnologia, laboratório de bioquímica e biologia molecular e laboratório de microbiologia, um auditório com capacidade para 180 pessoas, uma biblioteca, cantina e área de convivência. A sede está situada na rodovia CE-060, km 332, Vila Martins, na saída de Acopiara para Mombaça. O

modelo da unidade segue projeto identitário dos *campi* da fase de expansão três da instituição. O IFCE *campus* Acopiara trouxe para comunidade a oferta dos cursos Técnicos Integrados em: Biotecnologia, Informática e Manutenção e Suporte em Informática. Assim como Cursos Técnico Subsequente em: Informática, Manutenção e Suporte em Informática e Tradução e Interpretação de Libras. Já os Cursos de Licenciatura ofertados são: Ciências Biológicas e Letras Libras. O campus também oferece o Bacharelado em Engenharia de Software. E, no que diz respeito à oferta de cursos de Pós-Graduação *Latu sensu*, o campus Acopiara, conta com a oferta de Especialização em Ensino de Ciências e Matemática.

O nome do município é uma composição da língua tupi, em que "aco" significa roça, roçado, cultura; "pi": de pina, limpar ou tratar; e "ara" que significa: aquele que cultiva a terra, o agricultor ou o lavrador. Sua denominação original era Lages, depois Afonso Pena e, desde 1943, Acopiara. Sua fundação data de 28 de setembro de 1921, instalando-se a Vila em data de 14 de janeiro de 1922. Primeiramente, a sua vinculação geográfica tinha como subordinante o distrito denominado de Vila Telha (Iguatu na atualidade) e era chamado por Lages (designativo característico de sua formação geológica envolvendo pedreiras, elevações irregulares e chãs ribeirinhas, compondo, dessa forma, pequenos nódulos de solos diversificados) (ACOPIARA, 2017).

Nesse complexo geológico variado, estabeleceu-se como pioneiro o alferes Antônio Vieira Pita, seus familiares e outros imigrantes, com assentamentos que datam da segunda década do Século XVIII. O primeiro indício de posse consta de uma sesmária, concedida a um desses pioneiros pelo Capitão-Mor Salvador Alves da Silva, em data de 4 de julho de 1719. Nesse módulo e noutros posteriormente cedidos, situam-se fazendas e edificaram-se moradias, formando povoações (ACOPIARA, 2017).

Estes agrupamentos iniciais transformaram-se em povoado, perdendo de sua originalidade as principais características. Quase duzentos anos se passaram, até o início do século XX, quando as transformações sociais proporcionaram impulsos mais alentadores. Surgiu a ferrovia Fortaleza-Crato, e a povoação de Lages então recebeu uma estação ferroviária, tendo o atrativo inicial em 10 de julho de 1919. (ACOPIARA, 2017).

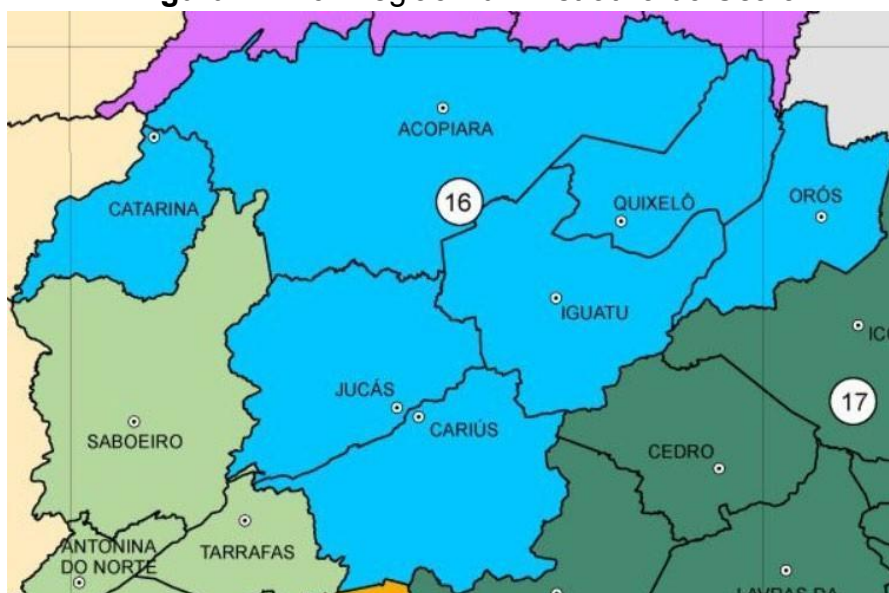
Desde então, Lages tomou novos rumos e partiu para a sua emancipação já nos padrões urbanos. Em 1923, consoante Decreto nº 1.156, Lages passou à

denominação de Afonso Pena, homenagem que se prestava a um dos presidentes brasileiros. Sua elevação à categoria de cidade ocorreu segundo Decreto nº 448, de 20 de dezembro de 1938.

Como em muitas cidades do interior do Ceará, Acopiara tem em sua produção agrícola a maior fonte de renda, muito embora se possa verificar que a agricultura ainda se apresenta como de subsistência de pequenos produtores, em sua maioria. Destacam-se, de igual modo, as indústrias de sabão e a refinaria de óleo, e a cidade também dispõe de boa estrutura no ramo de cerâmicas, com relevante produção de tijolos e telhas.

O município de Acopiara está situado na 16ª Região Administrativa do Ceará, conforme observado na Figura 1.

Figura 1 – 16ª Região Administrativa do Ceará



Fonte: IPECE, 2019

Conforme exposto acima, a Região Administrativa 16 é constituída de sete municípios, sendo Acopiara o que ocupa o maior espaço territorial, elevando a sua relevância frente aos outros municípios. Nesse sentido, pode-se verificar as áreas territoriais dos municípios que constituem a Região Administrativa 16 na tabela 1:

Tabela 1 – Área territorial dos municípios da Região Administrativa 16.

MUNICÍPIO	ÁREA (km ²)
Acopiara	2.254,3
Cariús	1.036,4
Catarina	488,2

Iguatu	992,2
Jucás	940,3
Orós	577,5
Quixelô	605,3
TOTAL	6.894,3

Fonte: Censo 2022 - Panorama (IBGE 2022).

Conforme expresso na figura 2, trazida abaixo, são identificados outros municípios que também se interligam ao de Acopiara, mas que não fazem parte dessa Região Administrativa, compondo o que será denominado aqui de Zona de Influência¹.

Figura 2 – Municípios da Zona de Influência.



Fonte: IPECE, 2019.

Na Figura 2, constata-se que, dentre os municípios que constituem a Zona de Influência, Solonópole e Mombaça ocupam a maior dimensão territorial. As informações detalhadas sobre a extensão territorial da Zona de Influência estão disponível para consulta na tabela 2:

Tabela 2 – Área territorial dos municípios da Zona de Influência.

MUNICÍPIO	ÁREA (km²)
------------------	------------------------------

¹ Regiões de Influência das Cidades - REGIC define a hierarquia dos centros urbanos brasileiros e delimita as regiões de influência a eles associados. É nessa pesquisa que se identificam, por exemplo, as metrópoles e capitais regionais brasileiras e qual o alcance espacial da influência delas.

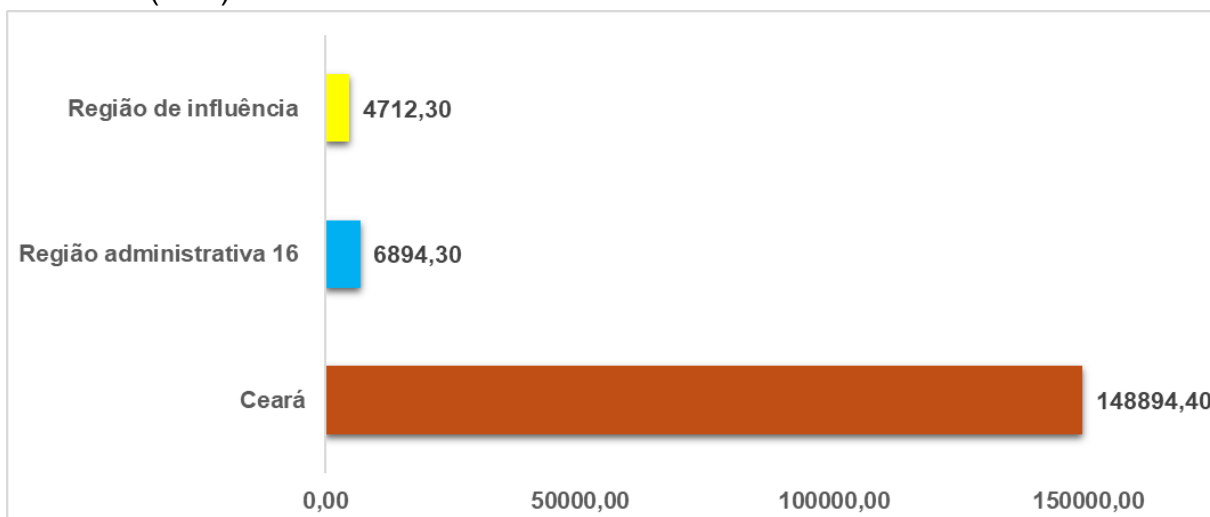
Dep. Irapuan Pinheiro	471,1
Mombaça	2.115,7
Piquet Carneiro	589,6
Solonópole	1.535,8
TOTAL	4.712,2

Fonte: Censo 2022 - Panorama (IBGE 2022).

Percebe-se que, nos dois recortes realizados, Região Administrativa e Zona de Influência, obtém-se um total de 11 municípios. Isso demonstra a abrangência e a relevância da implantação do *campus* do Instituto Federal do Ceará nesse território.

Considera-se importante pontuar qual a proporção destas duas demarcações, Região Administrativa e Zona de Influência, em comparação aos dados do Estado do Ceará, conforme o Gráfico 1, a seguir:

Gráfico 1 – Território do Ceará, Região Administrativa 16 e Zona de Influência (km²).



Fonte: Censo 2022 - Panorama (IBGE 2022).

Após a compreensão da Região Administrativa em que se localiza o município de Acopiara e sua Zona de Influência, torna-se relevante verificar o quantitativo populacional de cada um dos municípios. Assim, a Figura 3 o quantitativo e a diferença entre as duas demarcações que constituem o Território de Abrangência, de acordo com o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística realizado em 2022.

Figura 3 – Distribuição da população por município.

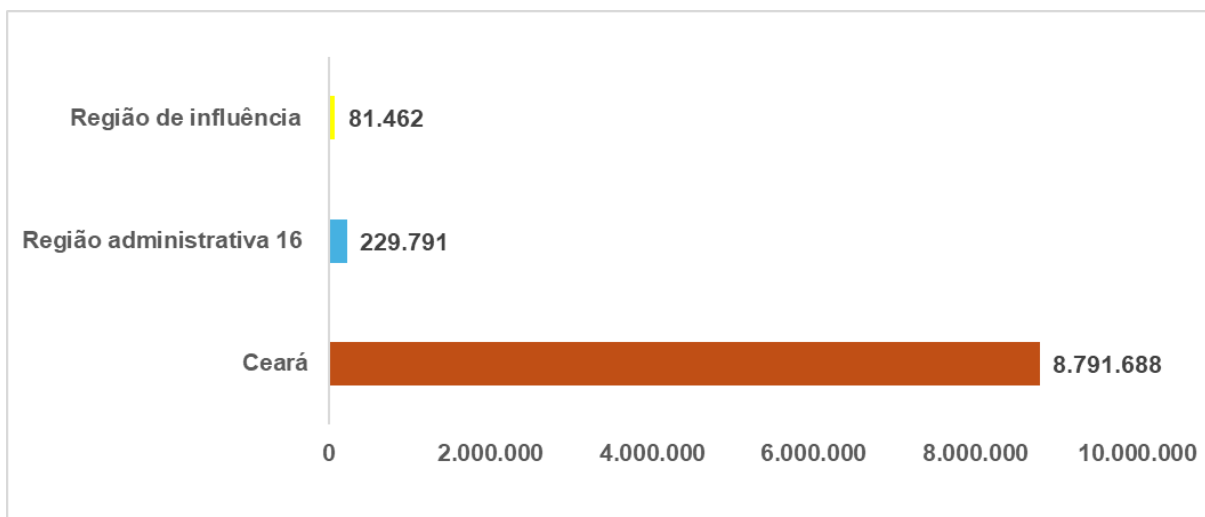


Fonte: Censo 2022 - Panorama (IBGE 2022).

Conforme apontado na Figura 3, verifica-se que, nas duas demarcações, Acopiara só perde em quantidade populacional para Iguatu, sendo o segundo maior município em população da Região Administrativa 16 e o maior em comparação com os municípios da Zona de Influência. Nesse sentido, também se considera pertinente

construir um comparativo entre a quantidade populacional da Zona de Influência e da Região Administrativa 16 com todo o Estado do Ceará. Este comparativo está expresso no Gráfico 2, analisado adiante.

Gráfico 2 – Distribuição da população no Ceará e regiões de abrangência do IFCE *campus* Acopiara



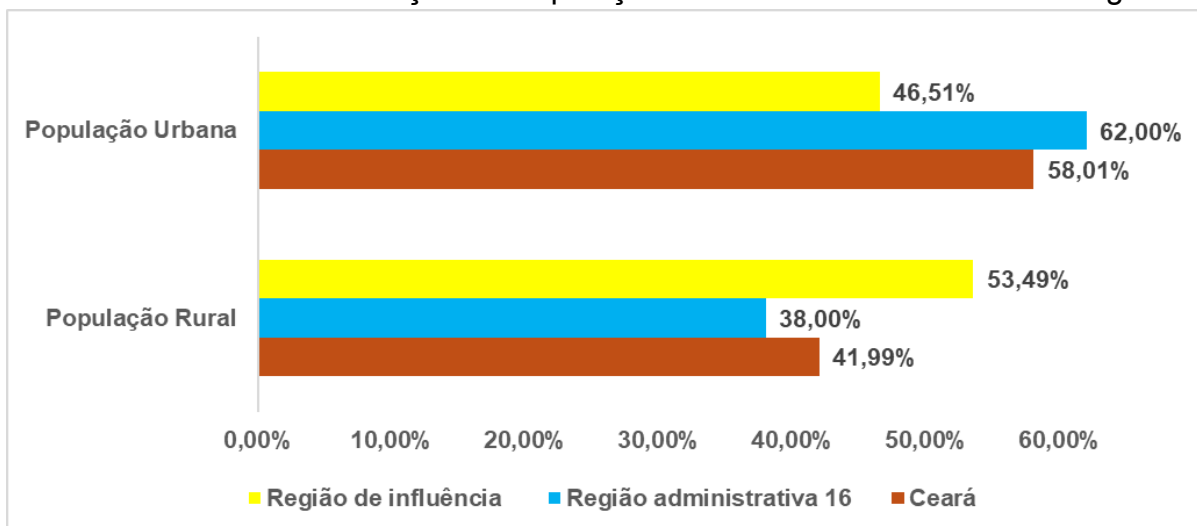
Fonte: Censo 2022 - Panorama (IBGE 2022)

Observa-se, no Gráfico 2, que o Território de Abrangência apresenta um quantitativo de mais de 300 mil habitantes que expressa demarcação de grande camada da população cearense. Nesse sentido, entende-se que essas pessoas alcançarão, com o IFCE, possibilidades de formação como aquelas ofertadas pelas instituições de ensino situadas na capital do estado. Percebe-se também que a possibilidade de um instituto federal no interior contempla, prioritariamente, pessoas que constituem as classes populares e que por certo não teriam recursos financeiros para a garantia de estudo na capital.

Ao reconhecer a importância do processo de interiorização do IFCE, principalmente no que concerne às camadas menos abastadas da sociedade, dialoga-se com uma demanda cada vez mais recorrente: a necessidade de atenção aos territórios que também compõem os territórios dos municípios brasileiros. Para tanto, destaca-se o pensamento de VEIGA (2013) que produz um estudo sinalizando a dimensão rural do Brasil. Dimensão silenciada, sucateada e sem visibilidade no cenário político. Diante do reconhecimento do Território Rural/Campesino como produtor de cultura é importante para o processo de interiorização é que se situa o Gráfico 3 sinalizando a demarcação entre Territórios Urbanos e Territórios

Rurais/Campesinos na Região Administrativa 16, na Zona de Influência de Acopiara e no estado do Ceará, conforme se observa a seguir:

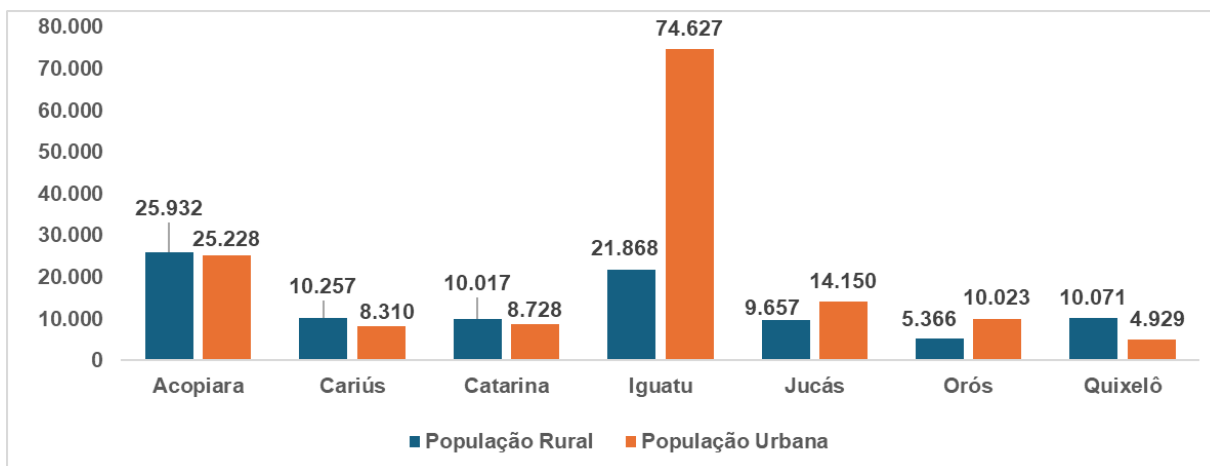
Gráfico 3 – Distribuição da População Urbana e Rural no Ceará e Regiões.



Fonte: IPECE, 2023.

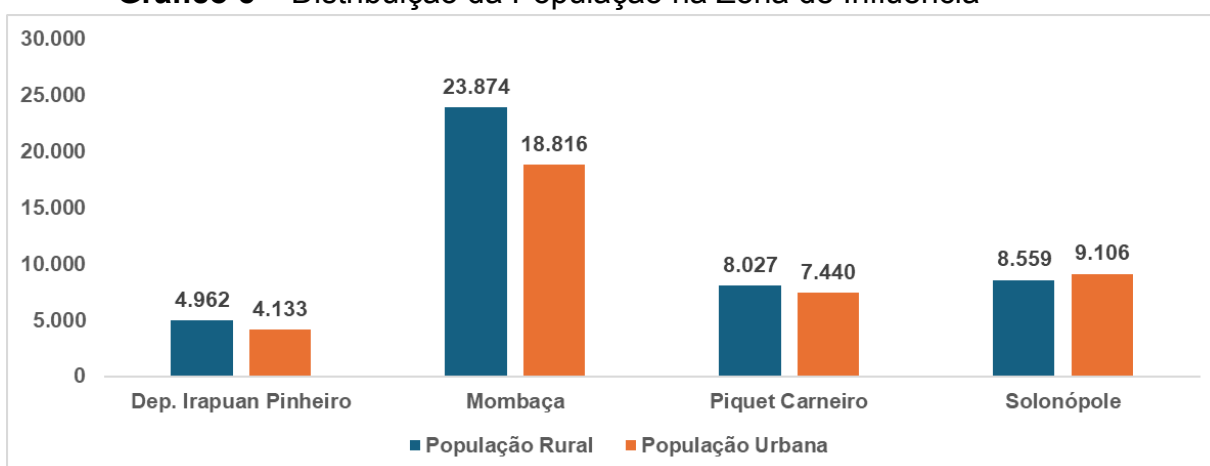
No Gráfico 3, nota-se que na Zona de Influência do município de Acopiara, o Território Rural/Campesino se sobressai do Território Urbano. Esse dado revela que, no IFCE *campus* Acopiara, está contemplada não apenas a dimensão urbana da população dos municípios, mas também que será possível atender a um público advindo dos Territórios Rurais. Para tanto, convém destacar que o *campus* Acopiara está atento às demandas da educação do campo garantidas pela LDB (BRASIL, 1996), visto que sua abrangência contempla também a dimensão rural dos territórios em destaque.

Das cidades que constituem a Região Administrativa 16, o município de Acopiara possui uma equivalência entre a população urbana e a rural. Dentre os municípios que compõem a Região Administrativa 16, apenas Iguatu, Orós e Jucás têm a população urbana superior à rural. No Gráfico 4, a seguir, confirma-se essa afirmação por meios dos dados expostos.

Gráfico 4 – Distribuição da População na Região Administrativa 16.

Fonte: IPECE, 2023.

Na análise da Zona de Influência de Acopiara, percebe-se que a situação da proporcionalidade das populações não se diferencia muito. Enquanto na Região Administrativa 16, existem três municípios que possuem a população urbana maior do que a rural, na Zona de Influência essa discrepância não existe em nenhum dos casos. Assim, há um equilíbrio entre o Território Urbano e o Território Rural/Campesino, conforme pontuado no Gráfico 5, a seguir:

Gráfico 5 – Distribuição da População na Zona de Influência

Fonte: IPECE, 2023.

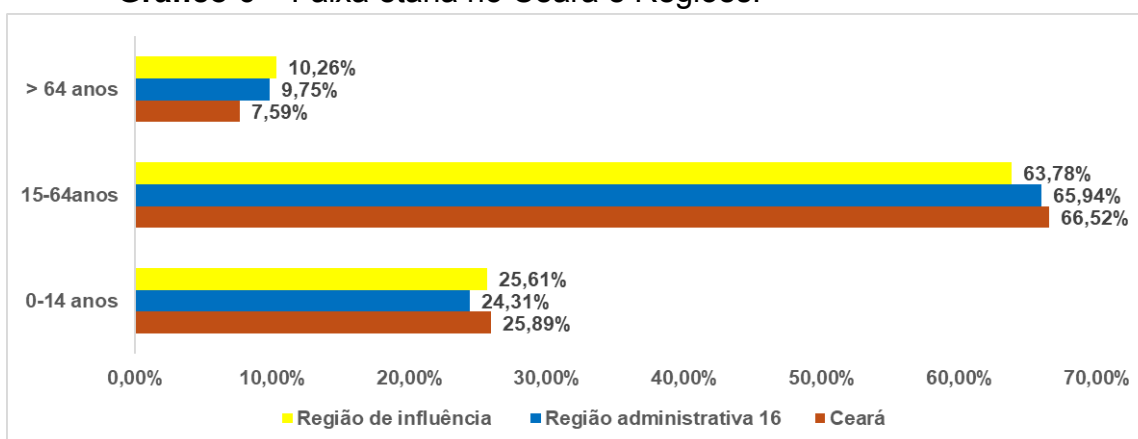
Com base em análise das características territoriais e demográficas do Território de Abrangência referentes ao município de Acopiara, pode-se estabelecer algumas compreensões sobre a importância do IFCE - *campus* Acopiara. A primeira

diz respeito ao município contemplar um espaço significativo do Estado do Ceará; a segunda, a de que as populações que ocupam este Território de Abrangência se caracterizam como urbanas e rurais, o que possibilita um diálogo com as diferentes epistemes, rompendo com a centralidade urbanocêntrica tão demarcada pelas instituições mais conceituadas, o que expressa portanto, a possibilidade de uma educação de boa qualidade ofertada na perspectiva de diálogo com as epistemes que são produzidas nestes Territórios Outros (ARROYO, 2012).

1.1.1 Faixa Etária da População da Região Administrativa 16 e da Zona de Influência

Para o início do exercício da docência em uma Instituição de educação profissional é importante que a comunidade acadêmica tome conhecimento do lugar e da população que constitui esse espaço de aprendizagem. Portanto, identificar as características de um território, das pessoas que o constitui, bem como os seus modos de vida possibilita práticas pedagógicas que contemplem as diferenças e pluralidades, proporcionando a redução do risco de uma educação impositiva e descontextualizada. No momento da construção do estudo de potencialidades do IFCE – *campus* Acopiara e deste PPC, reconheceu-se a importância de entender como essa população está organizada. Para tanto, foi feito um levantamento sobre a faixa etária das duas demarcações deste estudo: a Região Administrativa 16 e a Zona de Influência. No Gráfico 6, a seguir, apresenta-se como se organizam as faixas etárias nas duas demarcações em comparação ao Estado do Ceará.

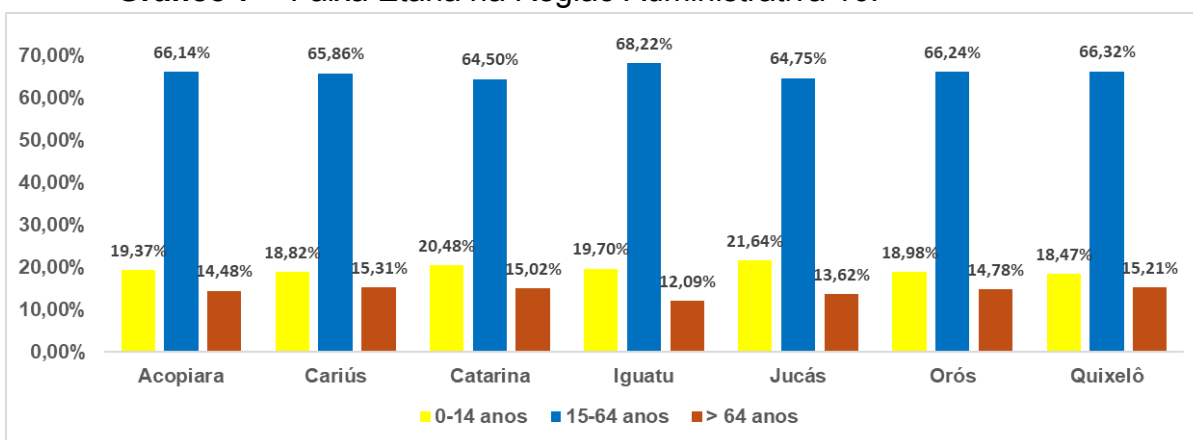
Gráfico 6 – Faixa etária no Ceará e Regiões.



Fonte: IPECE, 2023

O gráfico 6 aponta que a maior parte da população, tanto em todo o Estado como no Território de Abrangência, está com as pessoas da faixa etária de 15 a 64 anos. No entanto, entende-se, também, que as pessoas que possuem essas faixas etárias podem ocupar os espaços do IFCE, visto a oferta de ensino do Instituto Federal. Isso aponta a relevância da presença de uma instituição federal de ensino nesse município. Para além disso, realizaram-se os recortes das faixas etárias populacionais da Região Administrativa 16, conforme registrado no Gráfico 7.

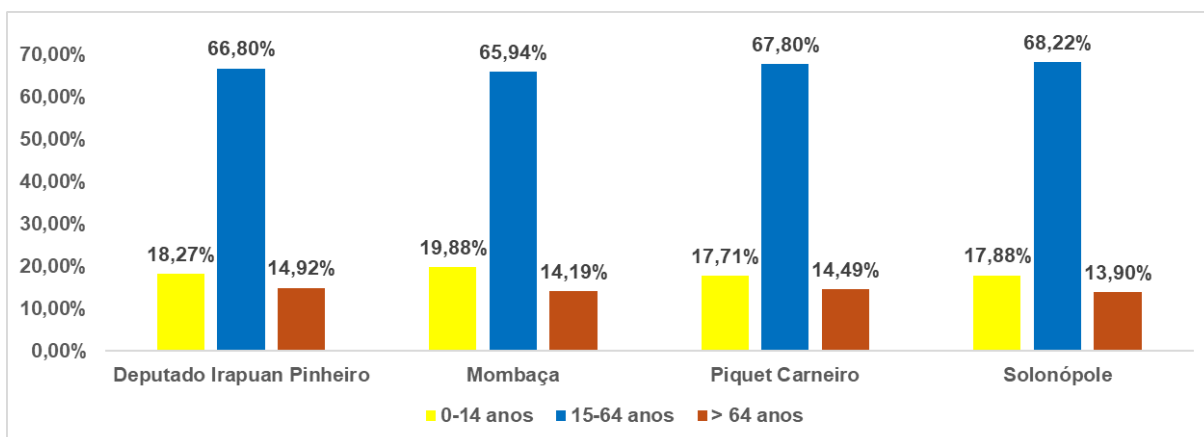
Gráfico 7 – Faixa Etária na Região Administrativa 16.



Fonte: IPECE, 2023.

Observa-se no gráfico 7 a mesma coerência que o apresentado anteriormente. Em todos os municípios, o público de pessoas com faixa etária entre 15 a 64 anos é maior do que nas outras faixas etárias. Corroborando com os dados de idade da Região Administrativa 16, observa-se que a Zona de Influência também mantém a mesma lógica no que concerne às faixas etárias de seus habitantes. Pode-se constatar essa afirmação com o Gráfico 8.

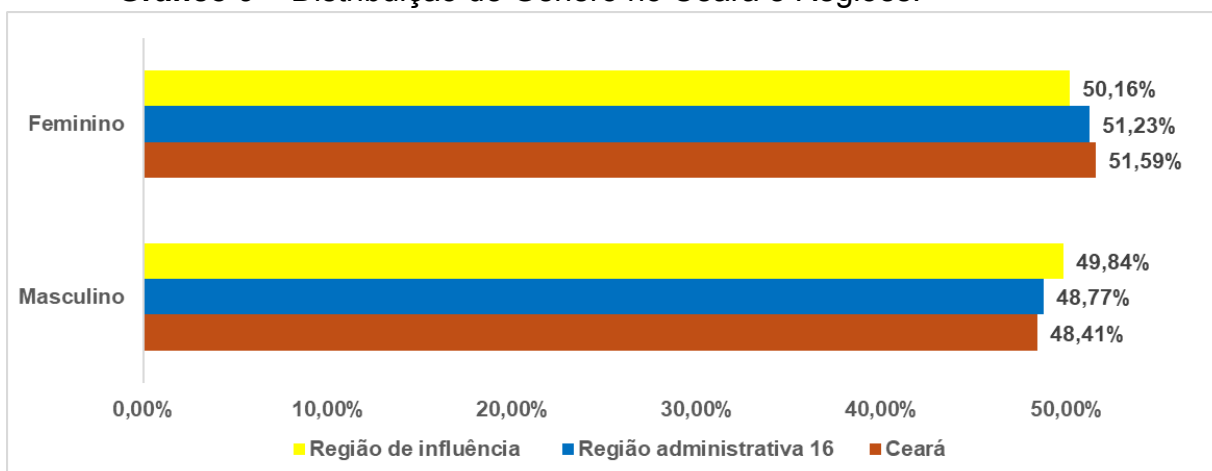
Gráfico 8 – Faixa Etária na Zona de Influência.



Fonte: IPECE, 2023.

Nesse sentido, no que envolve a população do Território de Abrangência pode-se concluir que o que predomina são as pessoas pertencentes à idade de 15 a 64 anos. Assim, essas pessoas encontram-se em idade produtiva escolar e de trabalho. Esse dado justifica mais uma vez a presença do *Campus Acopiara* nesse espaço territorial. Além da compreensão acerca da faixa etária das pessoas, necessita-se também demarcar qual a proporção das pessoas em gênero (masculino e feminino). Entende-se que na atualidade as discussões sobre gênero são mais amplas do que isso. Entretanto, os dados apresentados aqui estão centrados apenas em masculino e feminino, visto que, a fonte pesquisada apenas quantifica essa proporcionalidade sem considerar as outras dimensões que povoam as discussões sobre gênero. Assim, observa-se no Gráfico 9:

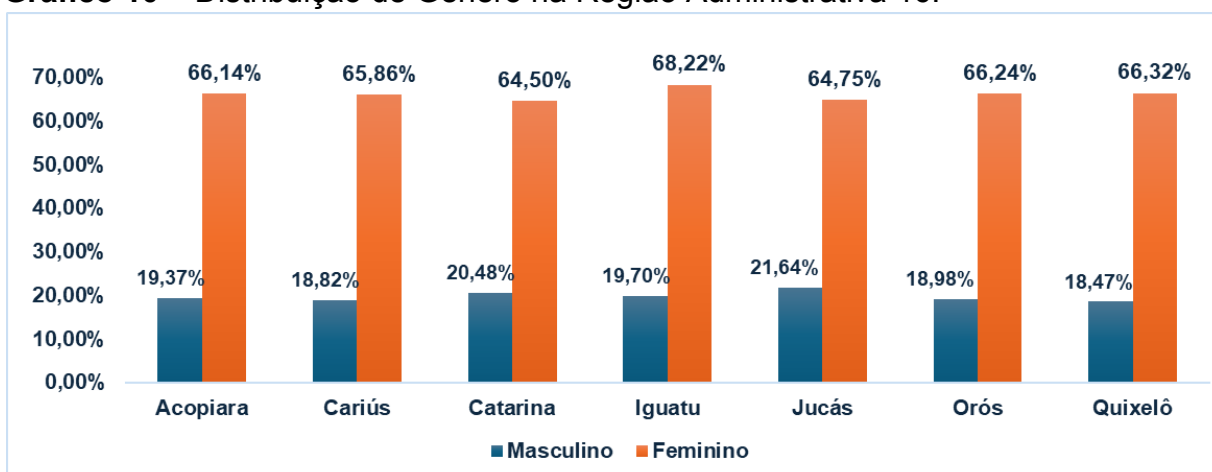
Gráfico 9 – Distribuição de Gênero no Ceará e Regiões.



Fonte: IPECE, 2023.

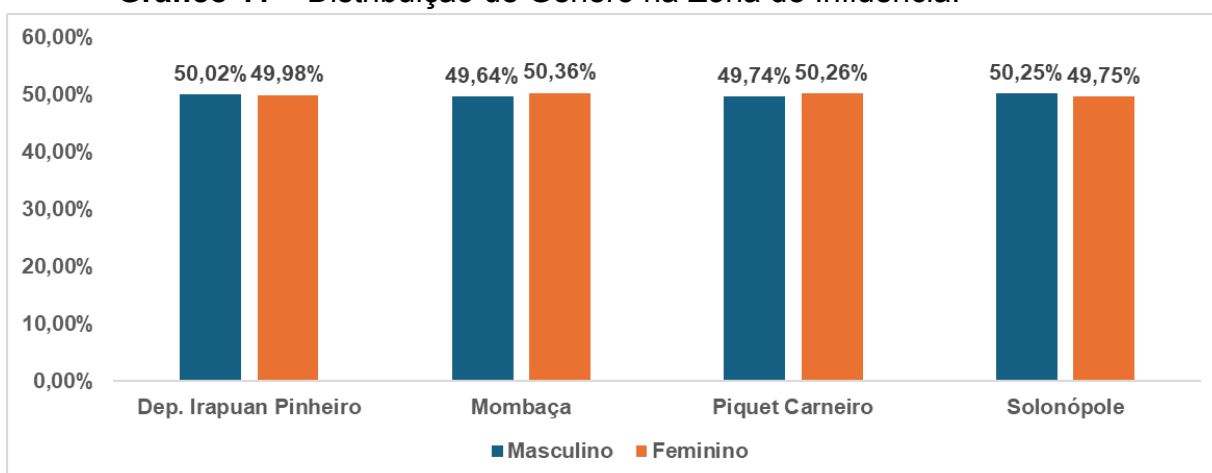
No que concerne ao quantitativo de homens e mulheres, nota-se que há um

número maior de mulheres do que de homens. Apenas na parte da Zona de Influência é que se percebe uma proporcionalidade entre os gêneros masculino e feminino. Conforme expresso no Gráfico 10, o município de Iguatu se destaca no quantitativo de mulheres em face aos outros municípios.

Gráfico 10 – Distribuição de Gênero na Região Administrativa 16.

Fonte: IPECE, 2023.

Ainda falando de quantitativo entre homens e mulheres, o Gráfico 11 apresenta a quantidade de homens e mulheres dos municípios que constituem a Zona de Influência. Destaca-se que os índices da Zona de Influência foram os que mantiveram quantitativos mais proporcionais se comparados ao estado do Ceará.

Gráfico 11 – Distribuição de Gênero na Zona de Influência.

Fonte: IPECE, 2023

De acordo com os dados do Gráfico 11, em Mombaça e Piquet Carneiro o quantitativo de mulheres é ligeiramente superior ao quantitativo de homens. Nos outros dois municípios, esse quantitativo é inferior. De posse dos dados sobre gênero, considera-se pertinente também compreender qual a taxa de escolaridade² no Território de Abrangência. Desse modo, observa-se no Gráfico 12 o percentual de

² Taxa de escolarização é a razão entre o número de estudantes de determinada faixa etária e o total de pessoas dessa mesma faixa etária (IBGE, 2022).

escolarização na Região Administrativa 16.

No município de Acopiara, a rede pública de ensino médio conta, atualmente, com matrícula de 656 estudantes, distribuídos em 200 alunos no turno da manhã, 206 no turno da tarde e 250 no turno da noite, em sistema de oferta semipresencial. Esse quadro evidencia um contingente significativo de jovens que precisam conciliar estudos, trabalho e responsabilidades familiares, demandando formatos educacionais mais flexíveis e articulados à realidade local.

Ademais, a análise da faixa etária da população da Região Administrativa 16 e da Zona de Influência 25 revela um número expressivo de jovens e adultos em idade própria ou superior para o ensino médio, muitos dos quais ainda não concluíram essa etapa da educação básica. No município de Acopiara, já existe uma estrutura consolidada de Educação de Jovens e Adultos (EJA) em nível médio, com diversas turmas em funcionamento, o que assegura uma demanda potencial concreta para a oferta de cursos técnicos concomitantes.

Nesse contexto, a proposta de implantação do Curso Técnico Concomitante em Administração para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) – Campus Acopiara mostra-se plenamente adequada e oportuna. Além de responder a uma demanda comprovada de estudantes da rede pública, a iniciativa apoia-se em tratativas já em curso entre a Direção-Geral do campus e a Secretaria Municipal de Educação de Acopiara, visando à articulação entre o ensino médio EJA da rede municipal e a formação técnica ofertada pelo IFCE. Tal parceria tende a ampliar as oportunidades de escolarização e qualificação profissional para jovens e adultos da região, contribuindo para sua inclusão social e inserção no mundo do trabalho.

2 JUSTIFICATIVA

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) – Campus Acopiara, comprometido com sua missão institucional de promover educação pública, gratuita e de qualidade, voltada à formação integral do cidadão e ao desenvolvimento socioeconômico regional, propõe a oferta do Curso Técnico em Administração na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA). Essa iniciativa se alinha aos princípios da política de Educação Profissional e Tecnológica integrada à EJA, conforme as diretrizes da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996) e das normativas emanadas pelo Ministério da Educação, que garantem o direito à educação e à formação profissional como elementos essenciais para a inclusão social e produtiva.

A região de Acopiara e seu entorno caracterizam-se por uma economia predominantemente baseada no comércio, nos serviços, na agricultura familiar e em pequenas atividades industriais. Apesar de haver um crescimento gradual nas oportunidades de trabalho e no surgimento de novos empreendimentos, observa-se um déficit expressivo de profissionais qualificados na área administrativa, especialmente entre os jovens e adultos que não concluíram o ensino médio em idade regular. Muitos desses cidadãos se encontram em condições de vulnerabilidade social, exercendo atividades informais, com baixa escolaridade e acesso restrito à qualificação profissional.

A oferta de um curso técnico concomitante à EJA em Administração surge, portanto, como uma estratégia de inclusão educacional, social e produtiva, possibilitando que os estudantes desenvolvam competências profissionais compatíveis com as demandas locais e regionais, ao mesmo tempo em que completam sua formação básica.

O curso técnico em Administração na modalidade EJA tem como principal objetivo formar profissionais aptos a atuar nos processos administrativos das organizações, sejam elas públicas, privadas ou do terceiro setor. O egresso do curso será capaz de planejar, executar, controlar e avaliar atividades administrativas, financeiras, de recursos humanos, de marketing e de logística, contribuindo para a eficiência e a sustentabilidade dos empreendimentos.

Ao capacitar jovens e adultos nessa área, o IFCE campus Acopiara

contribuirá para o fortalecimento do setor produtivo local, oferecendo mão de obra qualificada e fomentando o empreendedorismo. Essa formação técnica permitirá que os concluintes possam atuar como colaboradores, gestores ou empreendedores, promovendo a geração de renda e o desenvolvimento econômico da região.

Além disso, o curso possibilitará a valorização dos saberes e das experiências prévias dos estudantes, reconhecendo a trajetória de vida e de trabalho dos sujeitos da EJA. Essa perspectiva humanizadora e inclusiva, própria do IFCE, reforça o papel da instituição como agente de transformação social, capaz de dialogar com as realidades locais e regionais, ampliando as oportunidades de formação e de cidadania.

A proposta está em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFCE, que orienta a ampliação da oferta de cursos voltados à EJA e a interiorização da educação profissional e tecnológica. Também atende às diretrizes da Política Nacional de Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional e Tecnológica, que preconiza a oferta de cursos que articulem formação geral e formação técnica, respeitando as especificidades do público atendido.

No âmbito regional, o curso dialoga com o Arranjo Produtivo Local (APL) do comércio e dos serviços, setores em franca expansão em Acopiara e municípios vizinhos. A criação do curso técnico em Administração voltado para a EJA reforça o compromisso institucional com o desenvolvimento sustentável, a equidade educacional e a democratização do acesso à formação técnica.

Ademais, a iniciativa coaduna-se com as metas estabelecidas pelo Plano Estadual de Educação do Ceará (PEE 2016–2026), especialmente aquelas que visam ampliar o atendimento da EJA integrada à educação profissional, promovendo a qualificação de jovens e adultos trabalhadores.

A implantação do Curso Técnico em Administração – EJA no IFCE campus Acopiara deverá gerar impactos positivos em diferentes dimensões:

1. Educacional: ampliação da oferta de vagas na educação profissional pública, contribuindo para a redução da evasão e para o aumento dos índices de conclusão do ensino médio na modalidade EJA;
2. Social: inclusão de jovens e adultos em situação de vulnerabilidade, fortalecimento da autoestima e do sentimento de pertencimento social e institucional;
3. Econômico: formação de profissionais qualificados para atuar em empresas

locais e regionais, contribuindo para a melhoria da gestão e da produtividade dos empreendimentos;

4. Institucional: consolidação do IFCE campus Acopiara como polo de referência em educação técnica e tecnológica inclusiva, fortalecendo sua relação com a comunidade e com os arranjos produtivos locais.

No próximo tópico, destacar-se-á as potencialidades regionais de Acopiara.

2.1 POTENCIALIDADES DO TERRITÓRIO DE ABRANGÊNCIA

Esta seção do estudo aponta quais as potencialidades do Território de Abrangência do IFCE *Campus* Acopiara e é constituída de quatro tópicos, a saber:

2.1.1 Mercado de Trabalho;

2.1.2 Produto Interno Bruto;

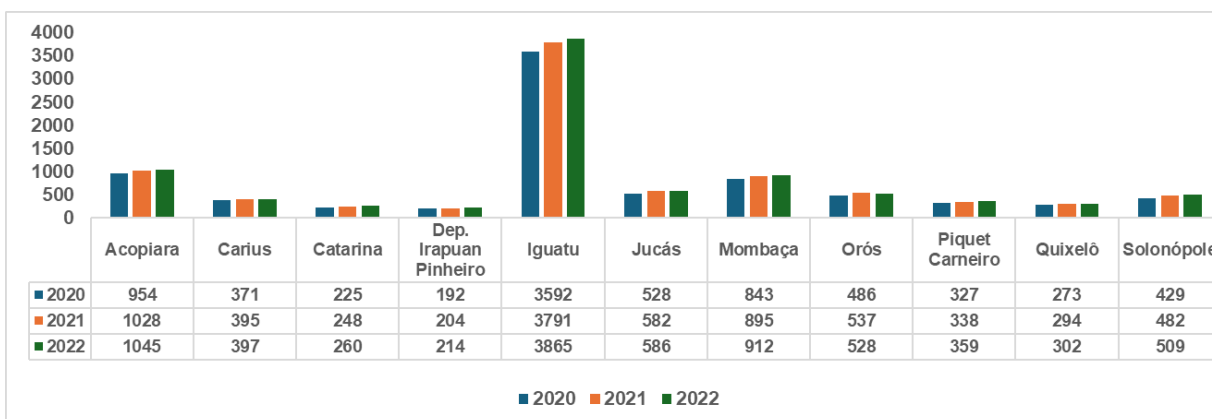
2.1.3 Atividade Produtiva;

2.1.4 Educação.

2.1.1 Mercado de Trabalho

O mercado de trabalho do Território de Abrangência conta com empresas de pequeno e médio porte que geram os postos de trabalho formal, na sua maioria ligados às atividades do comércio, existindo também aqueles que estão ligados às atividades da indústria. No geral, independente da atividade, houve aumento desses estabelecimentos no triênio 2020-2022 em todas as cidades que compõem esse território considerado para o estudo, cabendo destacar os desempenhos apresentados em 2022 pelas cidades de Acopiara, Iguatu e Mombaça. O referido triênio será utilizado para tecer todas as análises que comporão esse item conforme gráfico 14.

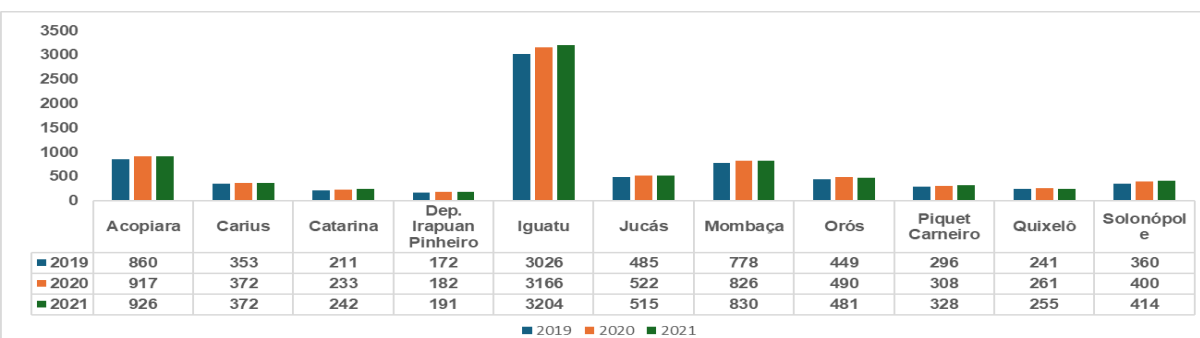
Gráfico 14 - Total de Estabelecimentos



Fonte: IPECE (2023)

Estatisticamente, se verifica que a maior alocação dos postos de trabalho na área de abrangência está na área ligada ao comércio, que desempenha importante papel nas atividades ligadas ao varejo e na prestação de serviços (gráfico 15).

Gráfico 15 – Alocação nos Postos de Trabalho no Comércio.



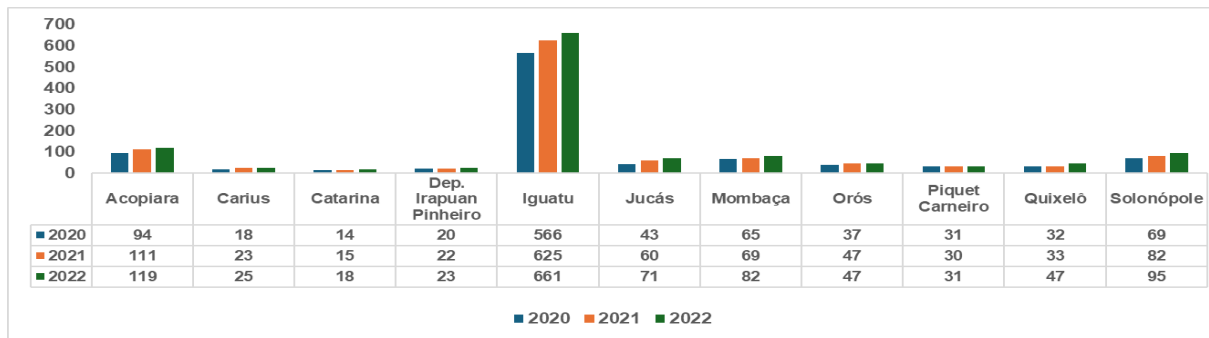
Fonte: IPECE, 2023.

O mercado de trabalho do Território de Abrangência alinhado ao eixo do comércio, contexto que insere os profissionais técnicos em administração de empresas, com base na 4ª edição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT), conta com empresas industriais do gênero de extrativa mineral, construção civil, serviços industriais de utilidade pública e transformação. Em contrapartida, ainda existe uma grande quantidade de oportunidades de trabalho na área da indústria, considerando o potencial de crescimento da região, que ainda necessita de maior investimento para desenvolvimento da atividade industrial.

Nesse contexto, a cidade de Iguatu, distante 36 km do município de Acopiara, se destaca como maior polo industrial da área de abrangência, seguido da cidade de Acopiara, Solonópole e Mombaça (IPECE, 2023). Independente do gênero das empresas industriais, é possível observar um aumento desses

estabelecimentos no triênio 2020-2022 em praticamente todas as cidades que estão nesse território considerado para o estudo (gráfico 16), o que demonstra uma real necessidade de formação de profissionais técnicos em administração a fim de garantir o crescimento da região.

Gráfico 16 – Total de Estabelecimentos.



Fonte: IPECE, 2023.

Os postos de trabalho predominantes em todas as cidades consideradas nesse estudo são de caráter formal gerando, em sua maioria, índices de ocupação do emprego formal a partir de 84% em relação ao total de empregos verificados anualmente em cada município estudado. Considerando-se a porcentagem estabelecida anteriormente, vale destacar os índices 93,4% e 91,8% apresentados pelo município de Acopiara, respectivamente nos anos de 2014 e 2015, contrastando com desempenhos mais baixos, como por exemplo, 51,4% atingido pelo município Deputado Irapuan Pinheiro em 2015 e 69,5% alcançado pelo município de Orós em 2013, conforme expresso nas Tabelas 3 e 4.

Tabela 3 – Quantitativo de empregos no Território de Abrangência.

Município	2019	2020	2021
	Empregos formais	Empregos formais	Empregos formais
Acopiara	2763	2374	2976

Cariús	781	642	876
Catarina	524	437	562
Dep. Irapuan	588	532	674
Pinheiro Iguatu	13960	12971	14443
Jucá	1522	1229	1608
s	2572	2267	2947
Mom	817	823	1211
baça	1073	1065	982
Orós	876	813	1081
Piquet	1619	1550	1943
Carneiro			
Quixelô			
Solonópole			
Total	27095	24703	29303

Fonte: IPECE, 2023.

2.1.2 Produto Interno Bruto (PIB)

Para a discussão sobre o PIB, será considerado o conceito que a Economia adota para especificá-lo. PIB é um indicador econômico muito importante dentro do sistema monetário das economias, presente também nas diversas esferas do poder público (municipal, estadual e federal). Esse indicador demonstra em valores monetários quanto de riqueza (bens e serviços finais) foi produzida por determinada região. O PIB pode ser nominal ou real. No primeiro, o índice é gerado a partir de preços correntes mantendo assim os valores dentro do mesmo ano em que o produto foi gerado e comercializado. No segundo, são excluídos os efeitos da inflação. Para entender melhor o impacto de cada setor na obtenção do PIB, pode-se fazer a estratificação dos valores também por setor. A Tabela 4 traz essa informação.

A média do PIB do último triênio (2019 – 2021), segundo dados do IPECE, para o território de abrangência aqui considerado foi de R\$ 4.141.850,00. Em se tratando do estado do Ceará, a média para o mesmo período foi de R\$ 174.667.442,00. Logo, o PIB do Território de Abrangência do IFCE *campus* Acopiara representa, no referido triênio, a média de 2,36% do PIB do estado do Ceará. É importante perceber que o Território de Abrangência está produzindo mais porque o PIB tem aumentado em quase todas as cidades, com destaque de algumas, dentre elas, as cidades de Acopiara, Iguatu e Mombaça conforme Tabela 4.

Ainda em se tratando do PIB, analisando os resultados apresentados no triênio para cada um dos setores primário (agropecuária), secundário (indústria) e

terciário (serviços), percebe-se que o PIB do Território de Abrangência apresenta uma oscilação no caso dos setores primário e terciário, ora aumentando, ora diminuindo. O PIB do setor secundário apresentou somente crescimento.

Tabela 4 – Produto Interno Bruto (PIB).

Região Administrativa 16 (RA 16)						
Município	2019 (R\$)	%CE	2020 (R\$)	%CE	2021 (R\$)	%CE
Acopiara	462.784	0,28	515.638	0,31	564.520	0,29
Cariús	144.572	0,09	164.688	0,10	180.984	0,09
Catarina	119.006	0,07	139.921	0,08	154.108	0,08
Iguatu	1.697.613	1,04	1.747.215	1,05	1.904.815	0,98
Jucás	244.456	0,15	275.713	0,17	319.373	0,16
Orós	185.020	0,11	169.836	0,12	198.820	0,11
Quixelô	142.613	0,09	199.602	0,10	218.899	0,10
Zona de Influência (ZI)						
Dep. Irapuan Pinheiro	73.571	0,04	88.184	0,05	100.883	0,05
Mombaça	342.751	0,21	413.851	0,25	446.847	0,23
Piquet Carneiro	135.230	0,08	151.868	0,09	162.092	0,08
Solonópole	219.037	0,13	237.756	0,14	303.284	0,16
TOTAL (RA16 + ZI)	3.766.653	2,3	4.104.272	2,46	4.554.625	2,34
CEARÁ	163.232.019		166.401.429		194.368.878	

Fonte: IPECE, 2023.

2.1.3 Atividade Produtiva

As principais atividades produtivas no Território de Abrangência, no triênio 2017-2019, são: agropecuária e extrativismo, comércio, construção civil, indústria de transformação e serviços. Essas atividades são as mais representativas, sendo que o maior número de registros de admissões estão nas atividades de comércio, serviços e indústria. Essa estatística segue o mesmo perfil apresentando no resultado do estado do Ceará. O município de Acopiara apresentou, em 2018, um crescimento em relação ao ano anterior, da atividade de comércio e em 2019, apresentou queda nessa mesma atividade na comparação com 2015, ocorrendo o

mesmo com as atividades de comércio e indústria de transformação. Por outro lado, as atividades de agropecuária e extrativismo e serviços apresentaram aumento de desempenho, de acordo com a informação constante na Tabela 5.

O Campus do IFCE na cidade de Acopiara contribuirá de forma significativa no incremento da atividade comércio desse município, pois ofertará ensino técnico na área.

Esse conhecimento poderá ser aplicado em diversas atividades, contribuindo para um maior e melhor desenvolvimento dos diversos setores na produção futura de bens e serviços.

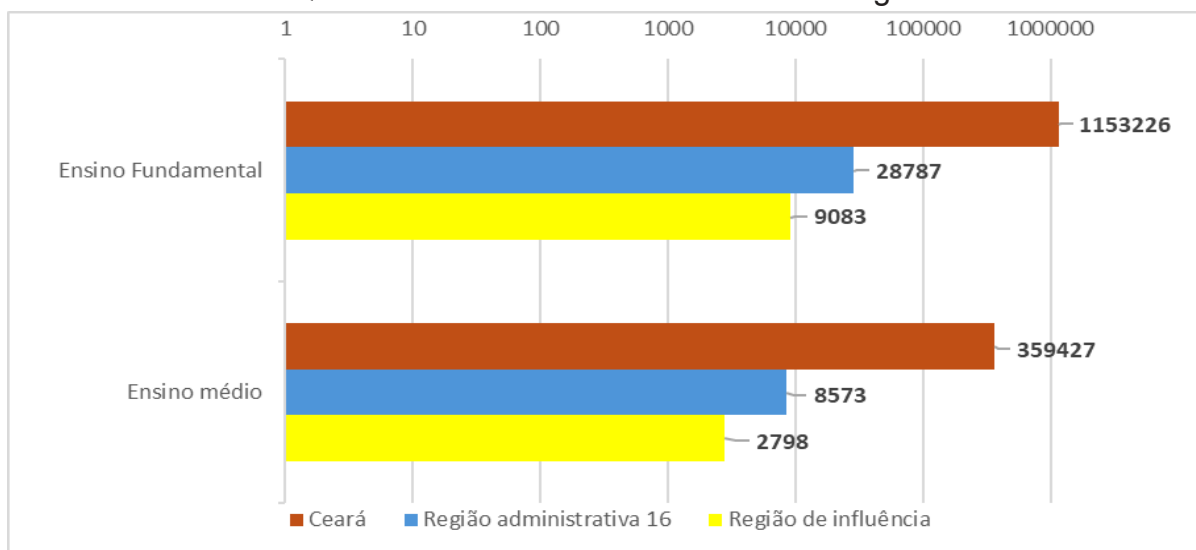
Tabela 5 – Principais atividades produtivas do município de Acopiara.

ACOPIARA										
Tipo de Atividade	2017			2018			2019			
	Ad.	De	Sa.	Ad.	De.	Sa.	Ad.	De.	Sa.	
Agropecuária e Extrativismo	21	13	8	10	29	-19	24	37	-13	
Comércio	104	118	-14	147	104	43	136	116	20	
Construção civil	5	36	-31	-	-	-	21	59	-38	
Indústria da transformação	15	38	-23	27	29	-2	21	28	-7	
Serviços	25	34	-9	22	33	-11	29	23	6	
Total	170	239	-69	206	195	11	231	263	-32	

Fonte: CAGED, 2021. **Legenda:** Ad. = Admissões; De. = Desligamentos; Sa. = Saldo.

2.1.4 Educação

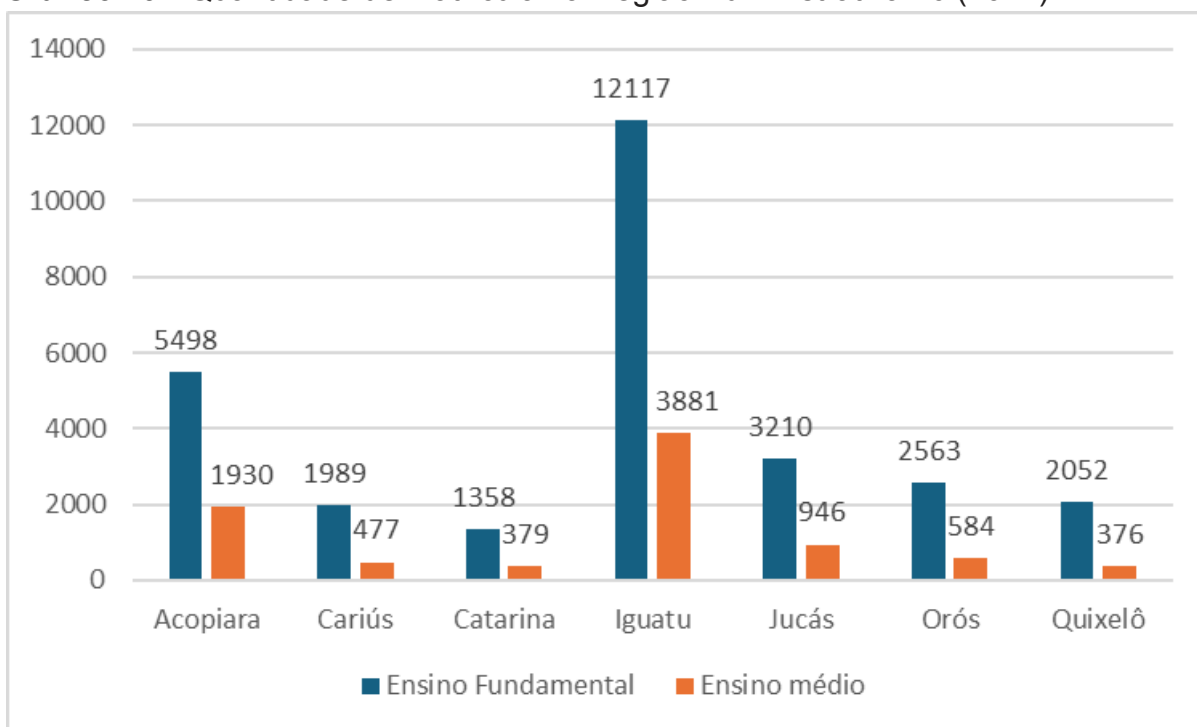
Entender as ofertas e demandas educacionais que constituem o Território do presente estudo auxilia a estabelecer metas para as ações que serão desenvolvidas na constituição do *Campus* Acopiara em seu momento de implantação. Desta forma, as aproximações com os dados concernentes às matrículas do ano de 2022 nas duas demarcações do Território de Abrangência e o comparativo dessas no Estado do Ceará, conforme posto na Gráfico 18:

Gráfico 18: Quantidade de Matrículas no Ceará e Regiões.

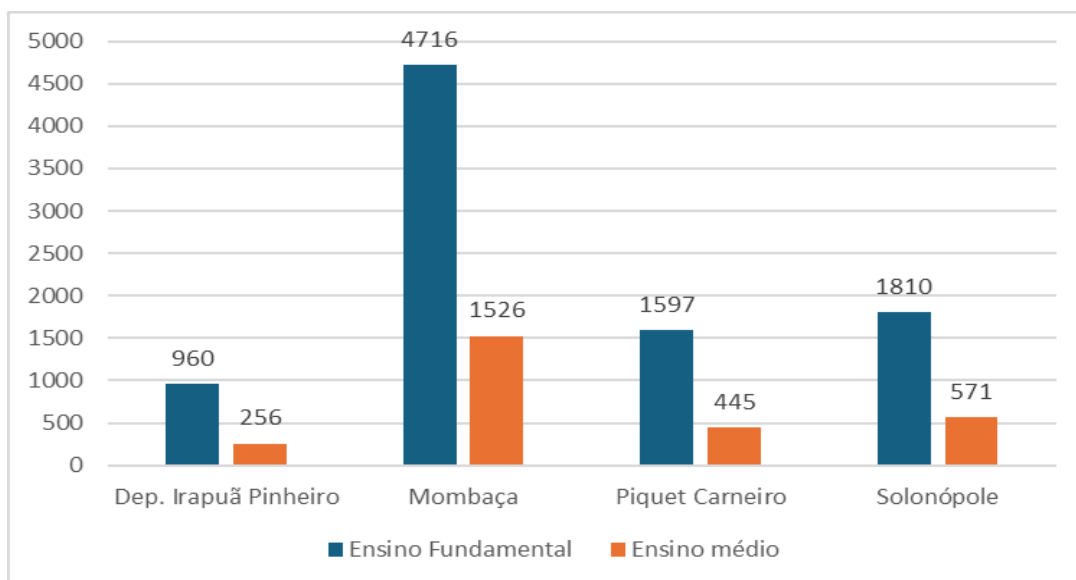
Fonte: INEP, 2023.

Com os dados em mãos, percebe-se que o Território de Abrangência possuía um quantitativo de 49.241 alunos matriculados em 2022. No Ensino Médio, a quantidade de alunos matriculados foi de 8.573 estudantes. Neste sentido, compreende-se que há público para compor as instalações do IFCE *Campus* Acopiara. Além disso, o Gráfico 18 aponta que no Estado do Ceará houve um quantitativo de 1.512.653 estudantes matriculados. Entende-se, portanto, que o IFCE está situado em um estado que possui uma grande demanda educacional e conseqüentemente a necessidade da oferta de ensino que vise a continuidade dos estudos após a conclusão da Educação Básica.

Diante deste reconhecimento, considera-se pertinente analisar os dados de matrícula especificamente nos municípios que compõem a Região Administrativa 16 e a Zona de Influência, pertencente à Região Administrativa 14. Os Gráficos 19 e 20 apresentam este detalhamento, conforme sinalizado:

Gráfico 19 - Quantidade de Matrícula na Região Administrativa 16 (2022).

Fonte: INEP, 2023.

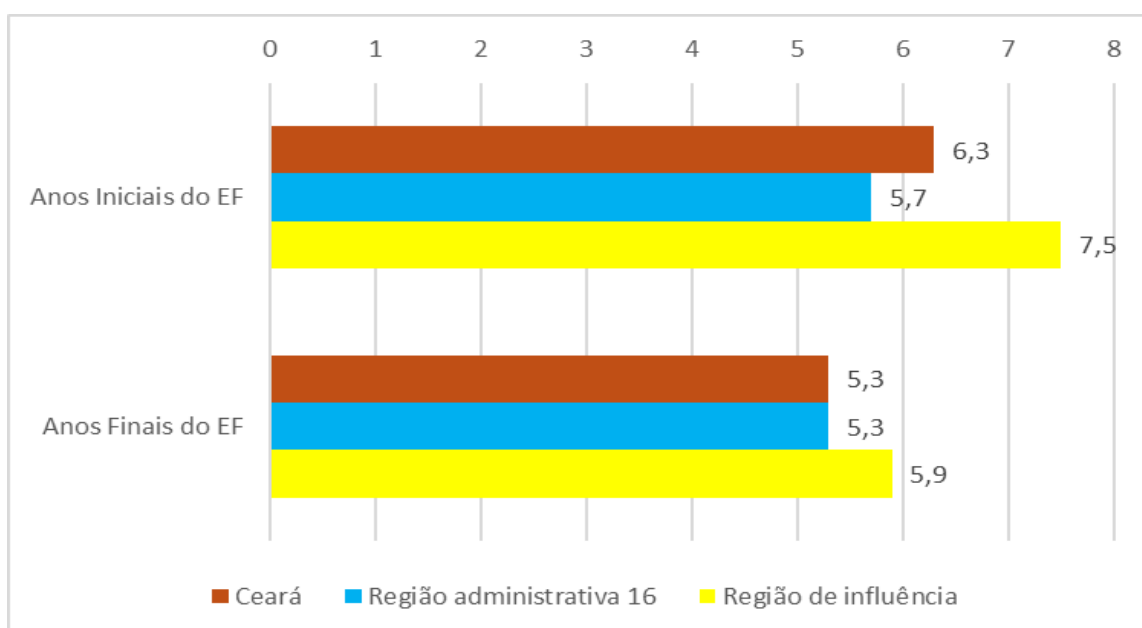
Gráfico 20 - Quantidade de Matrículas na Região de Influência (2022).

Fonte: INEP, 2023.

Percebe-se que na Região Administrativa 16 os municípios de Acopiara e Iguatu lideram nas matrículas, ao passo em que, na Zona de Influência esse predomínio ocorre no município de Mombaça. Constata-se também com os Gráficos 19 e 20 que a quantidade de matriculados no Ensino Fundamental é superior se

comparado ao Ensino Médio. Ao observar os índices de desenvolvimento da região, os indicadores sugerem o seguinte:

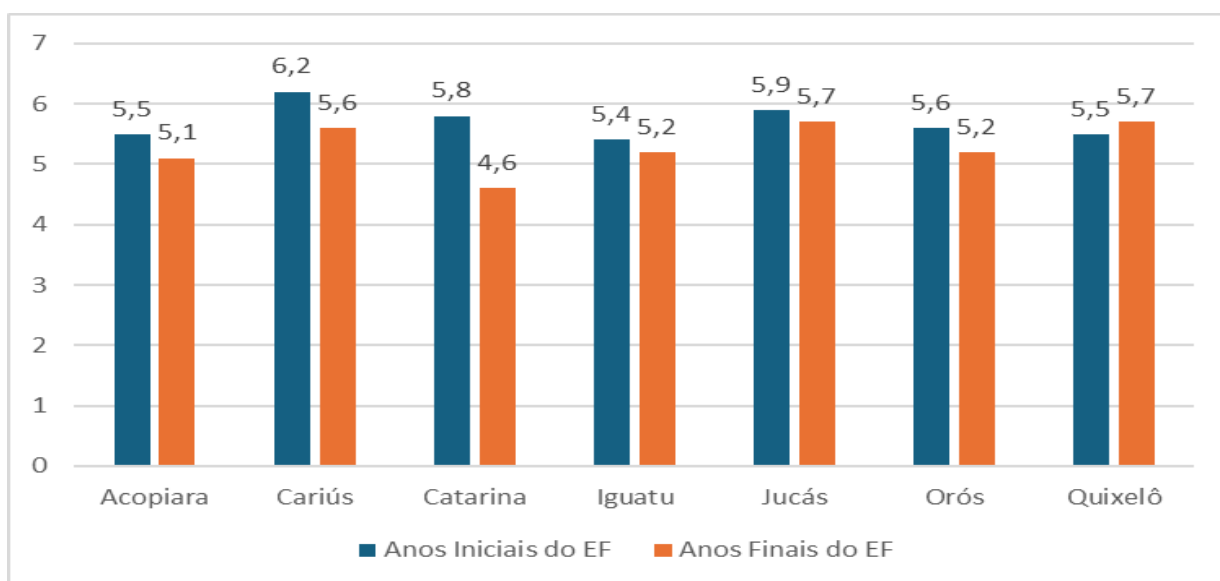
Gráfico 21 - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB 2021) no Ceará e Regiões.



Nota-se a partir da Gráfico 21 que há uma proporcionalidade nos índices. Nos anos iniciais do Ensino Fundamental (EF) há um índice melhor de desenvolvimento do que nos anos finais do EF. Observa-se que a Zona de Influência possui um índice maior se comparado ao estado e a Região Administrativa 16.

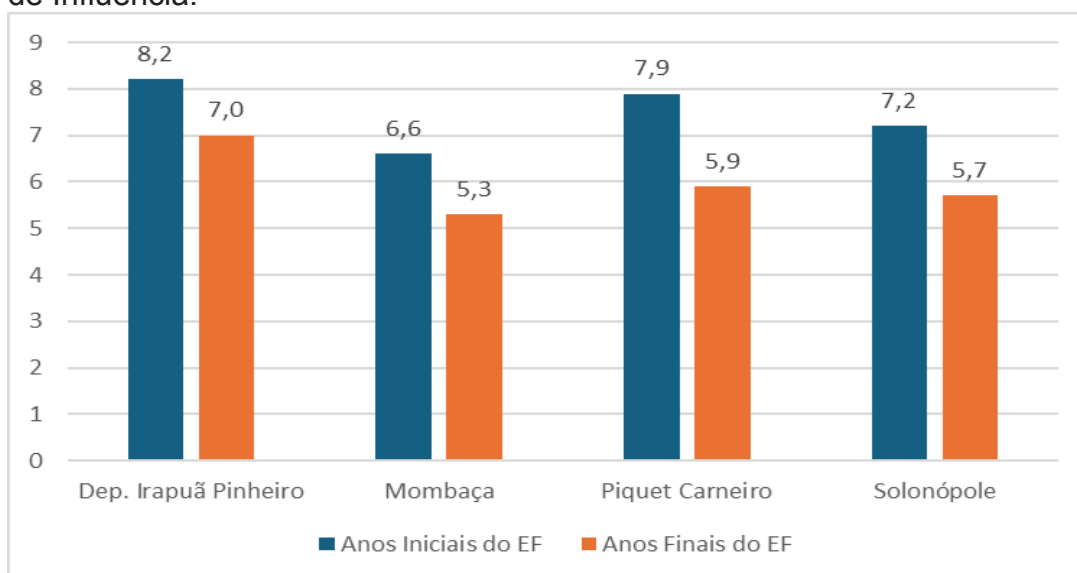
Além da análise geral do Ideb no Estado do Ceará e Território de Abrangência, foi feito o detalhamento do Ideb nos municípios do Território de Abrangência do IFCE *Campus* Acopiara, de acordo com os Gráficos 22 e 23.

Gráfico 22 - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb 2021) na Região Administrativa 16.



Fonte: INEP, 2022.

Gráfico 23 - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb 2021) na Região de Influência.



Fonte: INEP, 2022.

Percebe-se com os Gráficos 22 e 23 uma constante entre os índices de desenvolvimento da Educação Básica nas duas demarcações. Assim, os anos iniciais do Ensino Fundamental indicam sempre um resultado maior do que os anos finais. Os registros desses índices se fazem importantes para que o Instituto Federal elabore futuramente ações que possibilitem a problematização e desenvolvimentos de estratégias com o intuito de qualificar o ensino e os indicadores educacionais.

A oferta do Curso Técnico Concomitante em Administração para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) – Campus Acopiara justifica-se, em primeiro lugar, pelo perfil educacional da região de abrangência. O município de Acopiara conta, atualmente, com 656 estudantes matriculados no Ensino Médio, distribuídos em 200 alunos no turno da manhã, 206 no turno da tarde e 250 no turno da noite, em sistema semipresencial. Esse quadro revela um contingente significativo de jovens que necessitam conciliar estudo, trabalho e, em muitos casos, responsabilidades familiares, o que reforça a importância de ofertas formativas flexíveis, articuladas à realidade social e profissional da população.

Ademais, a análise da faixa etária da população da Região Administrativa 16 e da Zona de Influência 25 evidencia um número expressivo de jovens e adultos em idade de concluir ou retomar o Ensino Médio, muitos deles já inseridos ou em busca de inserção no mercado de trabalho. No município, observa-se uma estrutura consolidada de Educação de Jovens e Adultos (EJA) em nível médio, com diversas turmas em funcionamento, o que indica uma demanda potencial certa para um curso técnico concomitante, em especial na área de Administração, diretamente relacionada aos setores de comércio, serviços e gestão pública presentes na região.

Some-se a isso o fato de que já há tratativas estabelecidas entre a Direção-Geral do IFCE – Campus Acopiara e a Secretaria Municipal de Educação de Acopiara, com vistas à articulação entre o Ensino Médio EJA ofertado pela rede municipal e a formação técnica proporcionada pelo Instituto Federal. Tal parceria institucional fortalece a perspectiva de integração entre educação básica e educação profissional, contribuindo para a permanência e o êxito dos estudantes, ampliando suas condições de empregabilidade e promovendo o desenvolvimento local e

regional. Dessa forma, a implantação do Curso Técnico Concomitante em Administração para a EJA apresenta-se não apenas pertinente, mas estratégica, em consonância com a missão do IFCE de ofertar uma educação pública, gratuita, inclusiva e socialmente referenciada.

3 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A oferta do Curso Técnico Concomitante em Administração na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFCE) *Campus* Acopiara fundamenta-se na legislação vigente e em documentação específica, a saber:

3.1 NORMATIVAS NACIONAIS COMUNS AOS CURSOS TÉCNICOS E DE GRADUAÇÃO

- Constituição Federal de 1988. Título VIII - DA ORDEM SOCIAL, Seção IV - DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, CAPÍTULO III - DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO.
- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).
- Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
- Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004 - Regulamenta a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.
- Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras), e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.
- Resolução CNE/CES nº 3, de 2 de julho de 2007. Dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula, e dá outras providências.
- Lei nº 11.741/2008. Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica.
- Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de

Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria o Instituto Federal do Ceará e dá outras providências.

- RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 3, DE 8 DE ABRIL DE 2025. Institui as Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos – EJA.
- Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012. Estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.
- Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.
- Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- Resolução CNE/CP nº 1, de 05 de janeiro de 2021. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica.
- Lei nº 14.945, de 31 de julho de 2024. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a fim de definir diretrizes para o ensino médio, e as Leis nºs 14.818, de 16 de janeiro de 2024, 12.711, de 29 de agosto de 2012, 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e 14.640, de 31 de julho de 2023.
- BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 6 jul. 2015.
- BRASIL. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011.** Regulamenta a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 nov. 2011.
- BRASIL. **Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010.** Institui o Estatuto da Igualdade Racial. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 jul. 2010.

3.2 NORMATIVAS INSTITUCIONAIS COMUNS AOS CURSOS TÉCNICOS E DE GRADUAÇÃO

- Regulamento da Organização Didática do IFCE (ROD).
- Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFCE (2024 - 2028).
- Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI) do IFCE. Aprovado pela Resolução CONSUP nº 46, de 28 de maio de 2018.

- Plano Estratégico para Permanência e Êxito dos estudantes do IFCE (2017 - 2024).
- Resolução CONSUP que estabelece os procedimentos para criação, suspensão e extinção de cursos no IFCE.
- Resolução CONSUP Nº 141, de 18 de dezembro de 2023 que estabelece o Manual de elaboração de Projetos Pedagógicos.
- Tabela de Perfil Docente.
- Resolução nº. 39, de 22 de agosto de 2016. Aprova a Regulamentação das Atividades Docentes (RAD) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE.
- Resolução vigente que determina a organização e o funcionamento do Colegiado de curso e dá outras providências.
- Resolução vigente que trata da curricularização da extensão no âmbito do IFCE
- Nota Técnica vigente que trata do alinhamento das matrizes dos cursos técnicos e de graduação

3.3 NORMATIVAS NACIONAIS PARA CURSOS TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO

- Parecer CNE/CEB 11/2000, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos;
- Parecer CNE/CEB nº 39/2004, sobre a aplicação do Decreto nº 5.154/2004 na Educação Profissional Técnica de nível médio e no Ensino Médio;
- Parecer CNE/CEB nº 36/2004, que aprecia a Indicação CNE/CEB 3/2004, que propõe a reformulação da Resolução CNE/CEB 1/2000, que define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos;
- Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Trata do processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso, de forma a eliminar o preconceito e a produzir conhecimentos sobre a matéria.
- Portaria nº 397, de 10 setembro de 2002. A Classificação Brasileira de Ocupações (CBO).
- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CONSELHO PLENO. **Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012.** Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Brasília, DF, 2012.
- Lei nº 10.793, de 1º de dezembro de 2003. Alterando a redação do art. 26, § 3º, e do

art. 92 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, trata da Educação Física, integrada à proposta pedagógica da instituição de ensino, prevendo os casos em que sua prática seja facultativa ao estudante.

- Parecer nº 024/2003. Responde a consulta sobre recuperação de conteúdos, sob a forma de Progressão Parcial ou Dependência, sem que se exija obrigatoriedade de frequência.
- Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e dá outras providências.
- Resolução CNE/CEB Nº 1/2004 que estabelece as Diretrizes Nacionais para a organização e a realização de Estágio de alunos da Educação Profissional e do Ensino Médio, inclusive nas modalidades de Educação Especial e de Educação de Jovens e Adultos.
- Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.
- Lei Nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes, altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e dá outras providências.
- Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.
- Lei nº 13.006, de 26 de junho de 2014. Acrescenta o § 8º ao art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para obrigar a exibição de filmes de produção nacional nas escolas de educação básica.
- Lei nº 13.010, de 26 de junho de 2014. Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou de tratamento cruel ou degradante, e altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.
- Lei nº 15.388, de 14 de abril de 2026. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências (período 2026–2036).

- Resolução CNCD/LGBT nº 12, de 16 de janeiro de 2015. Estabelece parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas travestis e transexuais e todas aquelas que tenham sua identidade de gênero não reconhecida em diferentes espaços sociais – nos sistemas e instituições de ensino, formulando orientações quanto ao reconhecimento institucional da identidade de gênero e sua operacionalização.
- BRASIL. CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS INDUSTRIAIS. Resolução CF nº 85, de 28 de outubro de 2019. Aprova a tabela de títulos de profissionais dos Técnicos Industriais no SINCETI.
- Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos – CNCT, quarta edição, conforme disposto na Resolução Nº 02, de 15 de dezembro de 2020, da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação.
- Lei nº 14.164, de 10 de junho de 2021. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir conteúdo sobre a prevenção da violência contra a mulher nos currículos da educação básica, e institui a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher.
- Lei nº 14.945, de 31 de julho de 2024. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a fim de definir diretrizes para o ensino médio, e as Leis nºs 14.818, de 16 de janeiro de 2024, 12.711, de 29 de agosto de 2012, 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e 14.640, de 31 de julho de 2023.

3.4 PRINCÍPIOS NORTEADORES

O Decreto nº 5.840/06 (Brasil, 2006) institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, que abrange a formação inicial e continuada de trabalhadores, bem como a educação profissional técnica de nível médio, possibilitada pelo Decreto 5.154/04. Nesse sentido, a organização curricular do curso está definida com base em um desenho pedagógico fundamentado na articulação dinâmica das experiências, dos valores, do trabalho e do ensino, respeitando as características próprias da comunidade e dialogando com esta.

Portanto, a organização curricular do curso pauta-se pelos seguintes

princípios básicos:

1. O trabalho como princípio educativo: O contexto contemporâneo da sociedade tem aumentado significativamente os desafios que implicam na articulação com o mundo do trabalho. A reorganização produtiva provocou uma série de mudanças significativas no mundo do trabalho, tais como perdas dos direitos sociais, ameaça aos trabalhadores com o desemprego, automação da produção e dos serviços e novos paradigmas de gestão, configurados pelo trabalho precário, de tempo parcial, autônomo, desregulamentado etc. – contribuindo com a necessidade da educação continuada durante toda a vida.

2. Integração através de projetos: O Projeto Integrador se origina dos eixos integradores do curso e obedece a uma sequência de etapas definidas pelo corpo docente. O Projeto Integrador parte de uma situação problema voltado para a realidade local e regional, potencialmente factível de ser vivenciada de forma contextualizada para a simulação/ressignificação e construção nos ambientes da instituição e, sempre que possível, articulada ao mundo do trabalho. As etapas básicas para o desenvolvimento do projeto são: planejamento, execução e avaliação.

3. Conhecimento trabalhado de forma integral: A Educação Profissional tem seu foco nos conhecimentos tecnológicos, seu ensino é orientado predominantemente para a atividade de trabalho. No processo de ensino-aprendizagem devem-se considerar as diversas dimensões da vida dos estudantes e suas práticas sociais, promovendo transformação do sujeito crítico. A habilidade de integrar, diz respeito a um conjunto de ações e não a uma disciplina única e nem a um conteúdo determinado. Por isso, é fundamental a seleção de conteúdos que viabilizem o conhecimento da realidade vivida e das experiências dos sujeitos, reafirmando suas histórias como protagonistas da cultura.

Portanto, a lógica da organização do trabalho pedagógico, deve assegurar esses princípios estruturantes do currículo integrado, permitindo desenvolver uma formação articulada com as dimensões do ensino médio: trabalho, cultura, tecnologia e ciência.

4. OBJETIVOS DO CURSO

4.1 OBJETIVO GERAL

O Curso Técnico Concomitante em Administração na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA) do Instituto Federal do Ceará – Campus Acopiara tem como objetivo geral formar profissionais técnicos com competências, habilidades e atitudes voltadas para o exercício das funções administrativas em organizações públicas, privadas e do terceiro setor, integrando a formação básica à educação profissional e tecnológica. O curso busca proporcionar uma formação integral e humanizadora, que articule saberes científicos, tecnológicos e culturais, promovendo o desenvolvimento pessoal, profissional e social dos estudantes jovens e adultos que não concluíram o ensino médio na idade regular.

Essa formação pretende contribuir para o fortalecimento do setor produtivo local e regional, para a geração de trabalho e renda e para o exercício pleno da cidadania. O curso tem como base o compromisso institucional do IFCE com a democratização do acesso à educação e com a inclusão social, possibilitando aos estudantes retomar a trajetória escolar interrompida, ampliando suas perspectivas de vida, trabalho e participação na sociedade.

Dessa forma, o curso objetiva formar técnicos em Administração capazes de compreender criticamente os contextos sociais e produtivos, de atuar com ética e responsabilidade nas organizações e de contribuir para o desenvolvimento sustentável e solidário da região do Centro-Sul cearense

4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- **Proporcionar uma formação integral** que una a educação básica e a educação profissional, garantindo ao estudante o desenvolvimento das competências cognitivas, comunicativas e científicas necessárias à continuidade dos estudos e à inserção no mundo do trabalho.
- **Valorizar os saberes e as experiências de vida e de trabalho** dos estudantes da EJA, reconhecendo-os como sujeitos históricos e construtores do conhecimento.
- **Promover a elevação da escolaridade** de jovens e adultos trabalhadores, oferecendo uma nova oportunidade de conclusão do ensino médio integrada à qualificação profissional.

- **Estimular o pensamento crítico e reflexivo**, a autonomia intelectual e o protagonismo estudantil, favorecendo o aprendizado contínuo e o engajamento em processos de transformação social.
- **Integrar o currículo à realidade local**, articulando os conteúdos das disciplinas da formação geral com os componentes técnicos, por meio de projetos interdisciplinares, visitas técnicas e atividades práticas contextualizadas.
- **Desenvolver competências técnicas e gerenciais** que capacitem o estudante para planejar, organizar, executar e controlar processos administrativos em diferentes tipos de organizações.
- **Formar profissionais aptos a atuar em áreas como finanças, marketing, recursos humanos, logística e gestão de operações**, observando princípios éticos, sustentáveis e de qualidade.
- **Estimular o empreendedorismo, a inovação e a criatividade**, incentivando o aluno a identificar oportunidades e propor soluções para problemas administrativos e sociais da sua comunidade.
- **Promover o domínio de ferramentas tecnológicas e informacionais**, qualificando o estudante para lidar com sistemas de gestão, plataformas digitais e práticas administrativas modernas.
- **Proporcionar experiências práticas e formativas**, como estágios supervisionados, visitas técnicas, estudos de caso e projetos integradores, que aproximem o estudante da realidade do mundo do trabalho.
- **Contribuir para a inclusão social e produtiva** de jovens e adultos, reduzindo desigualdades e promovendo oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional.
- **Fortalecer a identidade e a autoestima dos sujeitos da EJA**, reconhecendo a importância da educação como instrumento de emancipação e transformação social.
- **Incentivar a participação cidadã e comunitária**, formando técnicos conscientes de seu papel social e de sua responsabilidade ética na construção de uma sociedade mais justa e solidária.

- **Valorizar a diversidade sociocultural e as relações humanas** no ambiente escolar e profissional, promovendo a convivência respeitosa e o trabalho em equipe.
- **Contribuir para o desenvolvimento econômico e sustentável da região**, por meio da qualificação de profissionais capazes de atuar de forma eficiente, inovadora e socialmente responsável nas organizações locais.

5 FORMAS DE INGRESSO

O acesso ao Curso Técnico Concomitante em Administração na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), dar-se-á mediante processos seletivos, precedidos de edital público, que têm como objetivos avaliar e classificar os candidatos até o limite de vagas fixado para cada curso conforme o estabelecido no Título III, Capítulo I, Seções I e II. do Regulamento da Organização Didática (ROD) especificamente nos seguintes artigos:

Art. 48. A admissão aos cursos técnicos de nível médio e de graduação, ministrados no IFCE, deve ser feita regularmente mediante processos seletivos, precedidos de edital público, que têm como objetivos avaliar e classificar os candidatos até o limite de vagas fixado para cada curso.

Art. 49. O IFCE poderá receber, em todos os seus cursos, estudantes oriundos de instituições devidamente credenciadas pelos órgãos normativos dos sistemas de ensino municipal, estadual e federal (IFCE, 2015).

O ingresso no Curso Técnico Concomitante em Administração na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA) ocorre por meio de processo seletivo institucional, sendo requisito obrigatório que o candidato esteja regularmente matriculado no Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), ofertado por instituições das redes municipal, estadual ou federal de ensino, conforme a legislação vigente para a oferta concomitante.

Para cada oferta do curso serão disponibilizadas 35 (trinta e cinco) vagas, podendo haver também ingresso por meio de transferência, nos termos dos artigos 53 a 56 do Regulamento da Organização Didática do IFCE, respeitando-se as normas institucionais e a disponibilidade de vagas.

6 ÁREAS DE ATUAÇÃO

O egresso do **Curso Técnico em Administração na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA)** do Instituto Federal do Ceará – Campus **Acopiara** estará preparado para atuar em diferentes contextos organizacionais, públicos e privados, com competências técnicas e éticas voltadas à gestão eficiente de processos administrativos. Sua formação integrará conhecimentos teóricos e práticos que o habilitam a participar do planejamento, execução, controle e avaliação das atividades essenciais à administração das organizações.

O curso oferece uma formação ampla e atualizada, permitindo que o profissional técnico em Administração possa **atuar em múltiplas áreas funcionais** das empresas, além de desenvolver o **espírito empreendedor**, estimulando a criação e a gestão do próprio negócio. Por se tratar de um curso técnico concomitante à EJA, o perfil do egresso considera as vivências, experiências e necessidades dos estudantes trabalhadores, valorizando suas competências adquiridas ao longo da vida e potencializando-as para o exercício profissional qualificado.

6.1. Administração Geral e Operacional

O técnico em Administração poderá atuar no **apoio à gestão administrativa de organizações públicas, privadas e do terceiro setor**, desempenhando funções como:

- Auxiliar na elaboração e execução de planos, metas e relatórios administrativos;
- Organizar rotinas de trabalho, fluxos de processos e controles internos;
- Apoiar atividades de controle de materiais, patrimônio e documentos administrativos;
- Executar tarefas relacionadas ao atendimento ao público e à comunicação organizacional;

- Participar do planejamento estratégico e do acompanhamento de indicadores de desempenho.

Essa área constitui a base da atuação do profissional, envolvendo atividades que exigem organização, responsabilidade e visão sistêmica dos processos empresariais.

6.2. Recursos Humanos

No campo da **gestão de pessoas**, o egresso poderá exercer atividades de apoio aos processos de recrutamento, seleção, treinamento, avaliação e desenvolvimento de pessoal. Suas funções poderão incluir:

- Apoiar a elaboração e execução de políticas de gestão de pessoas;
- Auxiliar em processos de integração e capacitação de colaboradores;
- Participar da administração de benefícios e controle de frequência;
- Contribuir para o clima organizacional e para a melhoria das relações interpessoais no ambiente de trabalho.

Essa área é especialmente relevante na realidade regional, considerando a necessidade crescente de **profissionais qualificados na gestão de equipes** em pequenas e médias empresas.

6.3. Finanças e Contabilidade

O técnico em Administração também poderá atuar na área **financeira e contábil**, apoiando o controle econômico das organizações. Suas atribuições incluem:

- Auxiliar na elaboração e execução do orçamento empresarial;
- Efetuar lançamentos e registros de receitas e despesas;
- Apoiar o controle de contas a pagar e a receber;
- Elaborar relatórios financeiros e planilhas de custos;
- Auxiliar na análise de demonstrativos contábeis e de desempenho econômico.

Essas competências permitem ao egresso contribuir para o equilíbrio financeiro das organizações, aspecto essencial para a sustentabilidade dos negócios locais e regionais.

6.4. Marketing e Vendas

Na área de **marketing e comercialização**, o egresso poderá atuar na execução de estratégias voltadas à promoção de produtos e serviços, fidelização de clientes e posicionamento da marca. Entre as principais atividades estão:

- Apoiar a elaboração de campanhas publicitárias e ações de divulgação;
- Participar de estudos de mercado e análise de concorrência;
- Atuar na gestão de vendas e atendimento ao cliente;
- Colaborar na elaboração de planos de marketing e comunicação;
- Auxiliar na criação de estratégias para fortalecimento da imagem institucional e ampliação de mercados.

6.5 Empreendedorismo, Ética e Sustentabilidade

Além das áreas tradicionais da Administração, o egresso estará apto a atuar na promoção de práticas empreendedoras, éticas e sustentáveis em organizações públicas, privadas, do terceiro setor e em negócios próprios. A formação proporcionada pelo curso possibilitará a compreensão da importância da responsabilidade social, da ética profissional e da sustentabilidade como elementos fundamentais para a gestão contemporânea.

Nesse contexto, o técnico em Administração poderá:

- Desenvolver e apoiar iniciativas empreendedoras voltadas à geração de trabalho, renda e desenvolvimento local;
- Identificar oportunidades de negócios e elaborar propostas inovadoras alinhadas às necessidades da comunidade e do mercado;
- Aplicar princípios éticos na tomada de decisões e nas relações profissionais, promovendo a transparência, a integridade e o respeito à diversidade;

- Participar da implementação de práticas de responsabilidade socioambiental nas organizações;
- Contribuir para a elaboração e execução de ações de educação ambiental, incentivando o uso consciente dos recursos naturais, a redução de desperdícios e a adoção de práticas sustentáveis nos ambientes organizacionais;
- Atuar na promoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e de iniciativas voltadas à melhoria da qualidade de vida das comunidades.

Dessa forma, o egresso será capaz de integrar conhecimentos técnicos da Administração com valores éticos, empreendedores e socioambientais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável das organizações e da sociedade.

7 PERFIL ESPERADO DO FUTURO PROFISSIONAL

O egresso do **Curso Técnico em Administração na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA)** do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – Campus Acopiara deverá ser um profissional ético, responsável e comprometido com o desenvolvimento social, econômico e sustentável de sua comunidade. Sua formação técnica e cidadã o habilitará a atuar com eficiência nos processos administrativos de organizações públicas, privadas e do terceiro setor, bem como a empreender e gerir seu próprio negócio com visão crítica, inovadora e solidária.

O curso propõe a formação de um profissional com **domínio das funções essenciais da administração**, capaz de compreender o funcionamento das organizações, planejar e executar ações, avaliar resultados e propor melhorias nos processos gerenciais. Para além da competência técnica, busca-se formar um sujeito consciente do seu papel na sociedade, com **valores éticos, responsabilidade social e capacidade de adaptação às mudanças do mundo do trabalho**.

7.1. Formação técnica, científica e empreendedora

O técnico em Administração, egresso do IFCE campus Acopiara deverá possuir sólida formação em fundamentos administrativos, econômicos e organizacionais, compreendendo as interações entre os diversos setores de uma empresa — como finanças, recursos humanos, marketing, logística e produção.

Deverá ser capaz de aplicar **conhecimentos teóricos e práticos** na execução de atividades administrativas, no uso de tecnologias de informação e comunicação, na elaboração de relatórios, planilhas e documentos de gestão, e na tomada de decisões fundamentadas em dados e evidências.

O curso também valoriza a **formação empreendedora**, preparando o estudante para planejar e gerir negócios próprios, identificando oportunidades e soluções inovadoras que contribuam para o desenvolvimento local. O egresso será

capaz de atuar de forma criativa, buscando alternativas sustentáveis e eficientes para a melhoria dos processos administrativos em empresas de diferentes portes.

7.2. Formação humana, ética e social

Considerando as especificidades da Educação de Jovens e Adultos, o curso tem como base o respeito à trajetória e às experiências de vida dos estudantes. Assim, espera-se que o egresso seja um **profissional sensível às questões humanas e sociais**, reconhecendo a importância da educação como meio de transformação individual e coletiva.

Deverá demonstrar atitudes de **solidariedade, respeito, cooperação e empatia**, promovendo um ambiente de trabalho saudável e colaborativo. A ética profissional será um dos pilares de sua atuação, orientando suas decisões e ações com base na integridade, na transparência e na responsabilidade social.

Além disso, o egresso deverá compreender os impactos das atividades empresariais no meio ambiente e na comunidade, atuando de forma consciente e sustentável, em consonância com os princípios da **responsabilidade socioambiental e da cidadania corporativa**.

7.3. Formação comunicativa, crítica e reflexiva

O futuro técnico em Administração formado pelo IFCE campus Acopiara deverá ser capaz de **comunicar-se com clareza e assertividade**, tanto na linguagem oral quanto na escrita, utilizando-se adequadamente dos meios e ferramentas de comunicação empresarial.

Deverá demonstrar **pensamento crítico e reflexivo**, avaliando situações complexas, analisando informações e propondo soluções coerentes e inovadoras para os desafios organizacionais. O egresso será preparado para **atuar em equipe**, contribuindo para o trabalho colaborativo, a liderança participativa e a gestão de conflitos, características essenciais no ambiente corporativo moderno.

Essa postura reflexiva permitirá ao profissional compreender o contexto social e econômico em que está inserido, favorecendo uma atuação proativa e

consciente das transformações tecnológicas e das dinâmicas do mercado de trabalho.

7.4. Formação adaptável e voltada à aprendizagem contínua

Diante das constantes mudanças do cenário econômico e tecnológico, o egresso deverá possuir **flexibilidade, resiliência e disposição para o aprendizado permanente**. O curso busca formar profissionais que saibam se adaptar a novas ferramentas de gestão, metodologias e contextos de trabalho, mantendo-se atualizados e abertos à inovação.

O técnico em Administração formado pelo IFCE campus Acopiara será um **agente de desenvolvimento local**, comprometido com a busca constante por aprimoramento profissional e pessoal. Sua atuação deverá contribuir não apenas para o sucesso das organizações em que estiver inserido, mas também para a melhoria das condições de vida e de trabalho da comunidade onde vive.

8 METODOLOGIA

A concepção teórica que fundamenta a proposta pedagógica deste curso está balizada no conceito de trabalho como princípio educativo, descrito por Gramsci como a possibilidade de conceber a formação para o trabalho em seu sentido mais amplo e como possibilidade de atuação no mundo, rumo a sua transformação.

Trata-se de um pressuposto ético-político de que todos os “seres humanos são seres da natureza e, portanto, têm a necessidade de alimentar-se, proteger-se das intempéries e criar seus meios de vida”. Assim, o trabalho não pode ser limitado a uma forma de prover o sustento para recompor as energias de que o próprio trabalho necessita, mas é uma ação “comum a todos os seres humanos, é fundamental para não criar indivíduos, ou grupos, que exploram e vivem do trabalho de outros”.

Na expressão de Antônio Gramsci, a educação para o trabalho não pode “criar mamíferos de luxo”, que se alimentam exclusivamente da exploração do fruto do trabalho alheio (FRIGOTTO, 2001). Esta concepção teórica, quando posta em prática gera uma metodologia de ensino calcada no respeito ao educando e no trabalho pedagógico como uma relação dialógica, capaz de estimular a dúvida metódica e a curiosidade epistemológica, que se traduzem em um ensino fundamentado na pesquisa e na extensão.

O fazer pedagógico consiste no processo de construção e reconstrução da aprendizagem numa perspectiva compartilhada, em que todos são sujeitos do conhecer e aprender, visando à construção do conhecimento, partindo da reflexão, do debate e da crítica, numa perspectiva criativa, interdisciplinar e contextualizada. Na busca constante pela excelência no processo de ensino-aprendizagem, as ações pedagógicas serão desenvolvidas com o apoio de uma equipe multidisciplinar. Essa equipe terá como objetivo acompanhar a formação integral dos estudantes, identificando tanto suas fragilidades quanto suas potencialidades, e, a partir disso, planejar estratégias estratégicas que garantam um aprendizado de qualidade e o desenvolvimento integral dos alunos.

A metodologia consiste na adoção de práticas pedagógicas presenciais que busquem o desenvolvimento de competências por meio da aprendizagem ativa do aluno, estimulando a busca por sua autonomia e o protagonismo do processo de ensino-aprendizagem. As atividades propostas têm como princípio a relação teoria–

prática, visando a formação de profissionais que atendam as demandas do setor produtivo e as novas concepções de desenvolvimento socioeconômico.

A educação profissional e técnica demanda a aplicação destas metodologias ativas de aprendizagem na formação dos técnicos em administração. A aplicação de aulas de laboratório, oficinas, tarefas em grupo, trabalhos em equipe dentro e fora do ambiente escolar, visitas técnicas e desenvolvimento de projetos são alguns exemplos que devem ser replicados sem hesitação. Essas atividades tendem a ser naturalmente participativas e promovem o envolvimento do aluno no processo de aprendizagem (BARBOSA; MOURA, 2013).

O trabalho pedagógico não só se fundamenta como prioriza a participação ativa dos alunos, no ambiente da sala de aula e nos demais ambientes da escola e da sociedade, colocando em prática métodos de estudo embasados na troca de diálogos sobre os conhecimentos teóricos e sobre as relações que eles estabelecem com as questões práticas da vida em sociedade, no estímulo à leitura, meio pelo qual o aluno pode se tornar protagonista do seu próprio aprendizado, no trabalho individual e em grupo, na elaboração de trabalhos de síntese e integração dos conhecimentos adquiridos no decorrer do curso, na participação em atividades esportivas e culturais, na realização de atividades de iniciação científica, na elaboração de projetos de pesquisa e extensão, na atividade profissional por meio de estágio e visitas técnicas, com intuito de trocar experiências e aprender com profissionais atuantes no mercado.

Em atividades de ensino voltadas para uma educação pluricultural e pluriétnica, capaz de promover a reflexão, a valorização, a compreensão e respeito aos direitos humanos (conteúdo programático da disciplinas de Aspectos Legais da Gestão Empresarial); participação ativa do aluno na identidade étnico-racial e indígena (conteúdos programáticos das disciplinas de Artes, Educação Cultural e Música e Português Instrumental), das políticas de educação ambiental (conteúdo programático da disciplina de Gestão Sócio-ambiental), de forma a promover a conscientização para a responsabilidade social com a colaboração e participação do NEABI (Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-brasileiros e Indígenas) e do NAPNE (Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Especiais). No estímulo à participação dos Programa de Monitoria instituídos no *campus*; ou acadêmica, sob orientação de um professor-orientador, destinado aos discentes que estejam com dificuldade de aprendizagem, visando estimular sua participação no processo

educacional e nas atividades relativas ao ensino. Além de se fundamentar nestes preceitos, a metodologia deste curso se estrutura com base em uma organização do trabalho pedagógico interdisciplinar e transversal.

Destaca-se o compromisso do IFCE em buscar promover a inclusão de todos os seus alunos respeitados os princípios da acessibilidade pedagógica e atitudinal. Nessa perspectiva, o Conselho Superior do IFCE, através da Resolução No 50, de 14 de dezembro de 2015, aprovou o Regulamento dos Núcleos de Acessibilidade de Assistência Estudantil (NAPNES) com a finalidade de promover o acesso, a permanência e o êxito educacional do discente com deficiência, com transtornos globais de desenvolvimento, com altas habilidades/superdotação.

Ressalta-se que a concepção do PPC e os princípios pedagógicos que o fundamentaram consideram as questões de inclusão social dos alunos com necessidades específicas (NE). O campus tem institucionalizado o NAPNE (Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Especiais) cujo propósito é criar estratégias de inclusão e permanência das Pessoas com Deficiência (PcD) no mundo do trabalho. Considera-se, ainda, a possibilidade de integração com profissionais externos que trabalham ou já trabalharam com o estudante, caso seja necessário, para melhor desenvolvimento do trabalho pedagógico assim, como atividades de sensibilização da turma e dos servidores da instituição de ensino (professores, técnicos administrativos, pessoal de apoio), por meio de palestras, atividades culturais, reuniões, para que as pessoas conheçam o tipo de necessidade específica que o estudante tem e possam ter uma postura inclusiva.

Cabe ao NAPNE articular os diversos setores da instituição nas atividades relativas à inclusão, definindo prioridades, buscando parcerias com entidades de atendimento aos alunos especiais, incentivando e promovendo a quebra de barreiras arquitetônicas e de comunicação.

Para isso, devem ser previstas reuniões com o Departamento de Ensino, Coordenação Pedagógica, Coordenador do Curso, Professores do aluno e convidados, Assistência Estudantil, Coordenador do NAPNE e equipe, para discussão das adaptações curriculares necessárias, formas de registro e acompanhamento educacional. As reuniões envolvendo os estudantes com Necessidades Específicas (NE) poderão contar com outros profissionais especialistas para esclarecimentos técnicos quanto à condição, necessidades e

habilidades do estudante em virtude da necessidade específica. Além disso, o NAPNE deverá promover a instrumentalização dos servidores do campus, buscando mudanças nas atitudes e visando ao acolhimento dos estudantes que possuem necessidades especiais. O Núcleo servirá, ainda, como apoio à coordenação do curso e à coordenação pedagógica na elaboração e adaptação de materiais destinados ao ensino e aprendizagem destes alunos.

O NEABI está vinculado à Coordenação de Extensão do *Campus Acopiara*, voltado para ações afirmativas sobre africanidade, Cultura Negra e História do Negro no Brasil, pautado na Lei no 10.639/2003 e nas questões indígenas, Lei nº 11.645/2008, e diretrizes curriculares que normatizam a inclusão das temáticas nas áreas do ensino, pesquisa e extensão, tem como missão sistematizar, produzir e difundir conhecimentos, fazeres e saberes que contribuam para a promoção da equidade racial e dos Direitos Humanos, tendo como perspectiva a superação do racismo e outras formas de discriminações, ampliação e consolidação da cidadania e dos direitos das populações negras e indígenas no Brasil, no Ceará e, em particular, no Instituto Federal do Ceará.

Dessa forma, o NEABI tem como finalidades: propor, fomentar e realizar ações de ensino, pesquisa extensão sobre as várias dimensões das relações étnico-raciais; sensibilizar e reunir pesquisadores, professores, técnico-administrativos, estudantes, representantes de entidades afins e demais interessados na temática das relações étnico-raciais; colaborar e promover, por meio de parcerias, ações estratégicas no âmbito da formação inicial e continuada dos profissionais do Sistema de Educação do Ceará; contribuir para a ampliação do debate e da abrangência das políticas de ações afirmativas e de promoção da igualdade racial e; produzir e divulgar conhecimentos sobre relações étnico-raciais junto às instituições educacionais, sociedade civil organizada e população em geral.

Esta relação teórico-prática, tão importante para o aprendizado técnico, será alcançada através de aulas teóricas expositivas e aulas práticas, que se darão por meio de atividades de campo, de laboratório e realização de visitas técnicas. Nesse sentido, o fazer pedagógico propiciará condições para que o educando possa vivenciar e desenvolver suas competências: cognitiva (aprender a aprender); produtiva (aprender a fazer); relacional (aprender a conviver) e pessoal (aprender a ser). Este desenvolvimento de competências possibilitará a formação de profissionais com autonomia intelectual e moral, aptos ao exercício da cidadania e

conscientes de sua responsabilidade com a sustentabilidade ambiental, diluídas com as previsões dos seguintes aspectos:

- a) Leituras e discussões de textos técnicos e científicos que trazem informações produção industrial e o potencial da administração;
- b) Atividades individuais ou em grupo que possam desenvolver o ser como também a competência de se relacionar e aprender em equipe;
- c) Visão holística do saber, ou seja, não fragmentação do conhecimento expresso nas disciplinas;
- d) Práticas de estágio (não obrigatório) executadas de acordo com as necessidades e possibilidades dos discentes no campo da administração;
- e) Aplicação dos conhecimentos teóricos no desenvolvimento de projetos e modelos, em atividades de pesquisa e de extensão;
- f) Produção escrita de diferentes gêneros, de acordo com os tipos de atividades;
- g) Pesquisas bibliográficas constantes para aprofundamento dos conhecimentos em discussão em sala de aula;
- h) Utilização de Internet nos laboratórios, salas de aula ou na biblioteca da instituição, com o intuito de executar atividades de pesquisa e de produção acadêmica;
- i) Engajamento em monitorias e projetos institucionais e em parceria com outras instituições; e
- j) Visitas técnicas a instituições que trabalham na área de administração.

Neste contexto, os Programas de Unidade Didática (PUD) das disciplinas devem indicar não apenas a distribuição de carga horária teórica e prática, mas também os conteúdos que serão abordados através de atividades práticas. Busca-se desta forma uniformizar a maneira como cada disciplina é lecionada evitando que elas tenham um caráter excessivamente acadêmico ou teórico e inadequado para os cursos técnicos em geral.

No que envolve as monitorias, os estudantes do curso concorrerão aos editais de monitoria previstos pela PROEN/PROEX-IFCE publicados semestralmente, devendo contemplar as exigências previstas nos mesmos. As vagas ofertadas por semestre também cumprirão as ofertas previstas nos editais PROEN/PROEX-IFCE podendo ser na modalidade remunerada ou voluntária. No

entanto, a oferta de bolsas dependerá da disponibilidade de recursos financeiros do próprio campus, buscando a ampliação dos recursos destinados a estes editais, visando contemplar as disciplinas com maior índice de retenção e evasão e, por conseguinte, o maior número de estudantes com dificuldade de aprendizagem.

Ademais, este curso contempla também algumas estratégias de apoio e acompanhamento aos discentes. Dentre elas destacamos as atividades de acolhida, oferta de componentes extracurriculares, atendimentos aos discentes (apoio extraclasse realizado tanto pelos docentes como pela coordenação do curso e equipe pedagógica), atendimentos educacionais especializados aos estudantes com deficiência e/ou necessidades educacionais específicas.

Outras atividades cuja centralidade se faz na aprendizagem discente, podem ser estimuladas a partir do uso das Tecnologias da Informação e Comunicação - TICs, cuja função se dá em apoio à aprendizagem significativa e contextualizada desse educando, a partir de *softwares*, de recursos audiovisuais, internet, dentre outros. Além disso, as atividades de monitoria poderão optar pelo auxílio das TICs no seu processo de desenvolvimento a partir da utilização de softwares, aplicativos, da internet, de canais de multimídia, dentre outros. Estas serão atividades inerentes ao andamento do curso, sendo ajustadas e programadas como ações de permanência e êxito do discente no curso, incentivando aos estudos e à progressão na carreira acadêmica.

8.1 PROJETOS INTEGRADORES

Os projetos integradores são peças-chave indispensáveis na composição dos cursos técnicos, uma vez que possibilitam a aplicação do conteúdo teórico-prático da formação acadêmica com a realidade das condições locais e regionais, oportunizando aos estudantes o senso crítico, a tomada de decisões e o trabalho em equipe, além das relações interpessoais a sociedade e os demais setores envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, no ambiente das empresas, comércio e/ou indústrias, segundo a temática de cada curso técnico.

Dessa forma, ao possibilitar o contato multidisciplinar das diversas áreas do conhecimento e o mundo do trabalho, levando a realidade local, regional e a globalização ao dia a dia do estudante, promove a formação integral do ser humano. Por isso, os projetos integradores são componentes institucionais obrigatórios dos

cursos técnicos, uma vez que possibilita o elo entre ensino, pesquisa e extensão na integração entre conhecimentos pertinentes tanto à formação geral, quanto à formação específica do curso, além da formação do ser humano crítico e responsável (IFCE, 2022).

Os Projetos Integradores do Curso Técnico Concomitante em Administração na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA) do IFCE campus Acopiara, constituem-se como componentes curriculares obrigatórios, organizados em três disciplinas de 40 horas cada, sendo uma disciplina ofertada em cada semestre letivo.

Esses projetos têm como objetivo articular os conhecimentos teóricos e práticos adquiridos ao longo da formação, promovendo a integração entre os diversos componentes curriculares e fortalecendo o vínculo entre ensino, pesquisa e extensão. A proposta pedagógica dos Projetos Integradores busca desenvolver a autonomia intelectual, o pensamento crítico e a capacidade de resolução de problemas reais do ambiente organizacional.

A execução das atividades se dará por meio da elaboração e implementação de projetos e práticas profissionais, fundamentados nos princípios técnico-científicos da área de Administração. Tais práticas serão orientadas pelos procedimentos pedagógicos institucionais que estimulam a investigação, a criatividade, o trabalho em equipe e a aplicação dos conhecimentos na solução de demandas sociais e produtivas locais.

Dessa forma, os Projetos Integradores configuram-se como um espaço privilegiado de formação integral, permitindo ao estudante consolidar sua aprendizagem e exercitar competências essenciais à atuação profissional responsável e inovadora.

As ações que comporão os Projetos Integradores serão supervisionadas pelo professor titular da disciplina, bem como por equipe multidisciplinar de professores orientadores das diversas áreas específicas do conhecimento que se enquadre os projetos em desenvolvimento. Por fim, tendo em vista a busca de soluções voltadas para realidade local e regional, com vistas ao processo contínuo da inovação tecnológica do Brasil e do mundo, serão desenvolvidos projetos multidisciplinares para popularização de tecnologias inovadoras e responsabilidade social.

A avaliação dos projetos será feita através de relatórios de atividades

práticas, bem como da coleta dos dados, e aplicabilidade das ações. Os resultados serão tratados a rigor científico e apresentados à comunidade, em eventos científicos e

quando possível publicados em jornais e revistas científicas.

8.2 EXIBIÇÃO DE FILMES DE PRODUÇÃO NACIONAL

Com o objetivo de promoção, fortalecimento e valorização da cultura nacional, e em cumprimento da legislação vigente, de acordo com a Lei nº 13.006, de 26 de junho de 2014, que acrescenta o § 8º ao art. 26 da Lei nº 9.394/96, estabelece a obrigatoriedade da exibição de filmes de produção nacional nas escolas de educação básica por, no mínimo, 2 (duas) horas mensais.

A exibição dos filmes de produção nacional será realizada de forma planejada, em três configurações possíveis, a saber:

- durante o período da reunião do conselho de classe, sob supervisão de servidores da equipe multidisciplinar;
- como parte componente da carga horária de componentes curriculares, conforme previamente descrito na metodologia dos PUDs;
- em eventos mensais específicos, tais como ações extensionistas de “cine educação” que poderão vir a ser desenvolvidas no *campus* Acopiara.

As exibições dos filmes possibilita oportunidades de trabalhar, além do incentivo e valorização da cultura nacional, temas transversais da formação básica, tais como: o processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso; a educação para o trânsito; a educação alimentar; os direitos humanos; a prevenção da violência contra a mulher; entre outros temas que serão abordados.

9 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A organização curricular do Curso Técnico Concomitante em Administração, na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), está estruturada de forma modular, visando à articulação entre formação geral, formação técnica e prática profissional, em conformidade com o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, com a Resolução CNE/CP nº 01/2021, com a Resolução CONSUP/IFCE nº 18/2020, que trata do alinhamento das matrizes do Curso Técnico em Administração, e com as normas institucionais vigentes.

O curso está organizado em três módulos semestrais, que possibilitam a certificação intermediária, desde que o estudante conclua com êxito todos os componentes curriculares previstos em cada etapa, respeitando a carga horária estabelecida na matriz curricular.

A matriz curricular foi estruturada de modo a garantir a integração entre teoria e prática, contemplando componentes curriculares de formação técnica, formação humanística e prática profissional supervisionada, favorecendo a construção progressiva das competências necessárias ao perfil do Técnico em Administração.

A carga horária total do curso é de 800 (oitocentas) horas, incluindo a carga horária destinada à Prática Profissional Supervisionada, com 120 (cento e vinte) horas, componente obrigatório para a conclusão do curso.

A prática profissional supervisionada tem como objetivo promover a articulação entre os conhecimentos teóricos e a realidade do mundo do trabalho, sendo desenvolvida por meio de atividades práticas, estudos de caso, projetos aplicados, análises organizacionais, elaboração de planos de negócio, atividades orientadas e outras estratégias pedagógicas que possibilitem ao estudante vivenciar situações relacionadas ao exercício profissional na área de Administração.

As atividades da prática profissional poderão ser realizadas de forma interdisciplinar, sob orientação docente, e deverão estar previstas nos Programas de Unidade Didática (PUDs), sendo obrigatória a integralização da carga horária prevista para fins de conclusão do curso.

Nos termos da Instrução Normativa IFCE nº 16, de 07 de julho de 2023, o curso poderá desenvolver atividades não presenciais como parte do processo formativo, tais como estudos dirigidos, leituras orientadas, pesquisas, resolução de

exercícios, produção de trabalhos acadêmicos e outras atividades pedagógicas mediadas pelo docente. A carga horária e a forma de realização dessas atividades serão definidas nos respectivos Programas de Unidade Didática (PUDs), respeitando os limites estabelecidos pela normativa institucional.

O curso prevê certificações intermediárias, de acordo com a conclusão de cada módulo, conforme descrito a seguir:

Módulo I – Auxiliar Administrativo: O estudante que concluir com êxito todos os componentes curriculares do primeiro módulo fará jus ao certificado de Auxiliar Administrativo.

Módulo II – Assistente de Vendas e Serviços Administrativos: O estudante que concluir com êxito todos os componentes curriculares do segundo módulo fará jus ao certificado de Assistente de Vendas e Serviços Administrativos.

Módulo III – Auxiliar Financeiro: O estudante que concluir com êxito todos os componentes curriculares do terceiro módulo fará jus ao certificado de Auxiliar Financeiro.

Conclusão do curso

O estudante que concluir com aprovação todos os módulos, integralizar a carga horária total do curso e cumprir a carga horária de prática profissional supervisionada fará jus ao diploma de Técnico em Administração, eixo tecnológico Gestão e Negócios, conforme o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos.

A organização curricular busca atender às especificidades da Educação de Jovens e Adultos, considerando os conhecimentos prévios dos estudantes, suas experiências de vida e de trabalho, e promovendo metodologias que favoreçam a aprendizagem significativa, a contextualização dos conteúdos e a formação para o exercício da cidadania e do trabalho.

O currículo contempla, de forma transversal, a Educação em Direitos Humanos, a Educação das Relações Étnico-Raciais, a História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, a Educação Ambiental e a formação ética e cidadã, conforme a legislação vigente e as diretrizes da Educação Profissional e Tecnológica.

MATRIZ CURRICULAR

A seguir pode-se verificar a representação gráfica do perfil de formação e os

componentes curriculares do curso Técnico em Administração, Concomitante e voltada para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) do IFCE campus Acopiara:

Quadro 1: Perfil das disciplinas por semestre de curso

Componentes Curriculares (Obrigatórias)		
800 Horas		
1º Semestre	2º Semestre	3º Semestre
40 horas - Informática aplicada	80 horas - Gestão de Custos	80 horas - Contabilidade Geral
40 horas - Português instrumental	80 horas - Gestão de Pessoas	80 horas - Administração Financeira
80 horas - Fundamentos em Administração	80 horas - Fundamentos de Marketing	40 horas - Matemática Financeira
40 horas – Inglês Instrumental	40 horas – Projeto Integrador II	40 horas - Projeto Integrador III
40 horas - Aspectos Legais da Gestão Empresarial		
40 horas - Projeto Integrador I		
280 Horas	280 Horas	240 Horas

Fonte: elaborado pelos autores (2025).

Quadro 2 : Unidades curriculares optativas

Componentes Curriculares (Optativas)
160 horas
40 horas - Libras
40 horas - Artes, Educação Cultural e Música
40 horas – Educação das Relações Étnico-Raciais, História Afro-Brasileira, Africana e Indígena
40 horas – Gestão Socioambiental

Fonte: elaborado pelos autores (2025).

A seguir pode-se verificar a matriz curricular utilizada no Curso Técnico Concomitante em Administração para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) do IFCE campus Acopiara. Ela está organizada por semestres, especificando o número de aulas teóricas e práticas de cada disciplina, bem como a carga horária semestral de cada disciplina e total por semestre.

Quadro 3 : Matriz Curricular

Semestre	Componente Curricular Obrigatórias	CH	T	P	PPS
1º Semestre (Módulo I - Auxiliar Administrativo)	Informática aplicada	40	40	0	
	Português instrumental	40	40	0	
	Fundamentos em Administração	80	80	0	
	Inglês Instrumental	40	40	0	

	Aspectos Legais da Gestão Empresarial	40	40	0	
	Projeto Integrador I	40	0	0	40
CARGA HORÁRIA (A)		280	280	0	
2° Semestre (Módulo II - Assistente de Vendas e serviços Administrativos)	Gestão de Custos	80	60	20	
	Gestão de Pessoas	80	80	0	
	Fundamentos em Marketing	80	80	0	
	Projeto Integrador II	40	0	0	40
CARGA HORÁRIA (B)		280	280	40	
3° Semestre (Módulo III - Auxiliar Financeiro)	Contabilidade Geral	80	60	20	
	Administração Financeira	80	60	20	
	Matemática Financeira	40	40	0	
	Projeto Integrador III	40	0	0	40
CARGA HORÁRIA (C)		240	240	20	
Componente Curricular Optativas		CH	T	P	
Libras		40	40	0	
Artes, Educação Cultural e Música		40	40	0	
Aspectos Legais da Gestão Empresarial		40	40	0	
Educação das Relações Étnico-Raciais, História Afro-Brasileira, Africana e Indígena		40	40		
CARGA HORÁRIA		160	160	0	
Carga horária dos componentes curriculares Obrigatórias		800			
Carga horária dos componentes curriculares Optativas			160		
Carga horária total do curso (A+B+C)		800			

Fonte: elaborado pelos autores (2025).

9 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

O Regulamento da Organização Didática (ROD) do IFCE, no caput do Capítulo II, artigo 93, ressalta que *“As estratégias de avaliação da aprendizagem em todos os componentes curriculares deverão ser formuladas de tal modo que o estudante seja estimulado à prática da pesquisa, da reflexão, da criatividade e do autodesenvolvimento”*.

Desta forma, no Curso Técnico Concomitante em Administração para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) do IFCE campus Acopiara, considera a avaliação como um processo contínuo e cumulativo como também aprecia o estabelecido no Capítulo III, Seção I na Subseção I e seus respectivos artigos, que trata da avaliação nos cursos com créditos por disciplinas, a seguir (IFCE, 2015):

Art. 97. A sistemática de avaliação dos conhecimentos construídos, nos cursos com regime de crédito por disciplina, com periodicidade semestral, se desenvolverá em duas etapas.

§ 1º Deverá ser registrada no sistema acadêmico apenas uma nota para a primeira etapa (N1) e uma nota para a segunda etapa (N2), com pesos 2 e 3, respectivamente.

§ 2º O docente deverá aplicar, no mínimo, duas avaliações em cada uma das etapas.

§ 3º O critério para composição da nota de cada etapa, a partir das notas obtidas em cada uma das avaliações, ficará a cargo do docente da disciplina, em consonância com o estabelecido no PUD.

Art. 98. O cálculo da média parcial (MP) de cada disciplina deve ser feito de acordo com a seguinte equação:

$$MP = \frac{2 \times N_1 + 3 \times N_2}{5}$$

Nesse processo, são assumidas as funções diagnóstica, formativa e somativa de forma integrada ao processo ensino-aprendizagem, as quais devem ser utilizadas como princípios orientadores para a tomada de consciência das dificuldades, conquistas e possibilidades dos estudantes. Igualmente, deve funcionar como indicadores na verificação da aprendizagem, levando em consideração o predomínio dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

Conforme o capítulo III do ROD (IFCE, 2015), a proposta pedagógica deste curso prevê atividades avaliativas que funcionem como instrumentos colaboradores na verificação da aprendizagem, contemplando os seguintes aspectos:

- a) Adoção de procedimentos de avaliação contínua e cumulativa;
- b) Prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos;
- c) Inclusão de atividades contextualizadas;
- d) Manutenção de diálogo permanente com o aluno;
- e) Definição de conhecimentos significativos;
- f) Divulgação dos critérios a serem adotados na avaliação;
- g) Estratégias cognitivas e metacognitivas como aspectos a serem considerados na correção;
- h) Divulgação dos resultados do processo avaliativo;
- i) Incidência da correção dos erros mais frequentes;

Importância conferida às aptidões dos alunos, aos seus conhecimentos prévios e ao domínio atual dos conhecimentos que contribuam para a construção do perfil do futuro egresso.

A avaliação do desempenho escolar também é feita, considerando os aspectos de assiduidade e aproveitamento. Conforme ROD (IFCE, 2015) em seu Art. 99:

Art. 99. Deverá ser considerado aprovado no componente curricular o estudante que, ao final do período letivo, tenha frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do total de horas letivas e tenha obtido média parcial (MP) igual ou superior a:

- I. 6,0 (seis), para disciplinas de cursos técnicos concomitantes e subsequentes.
- II. 7,0 (sete), para disciplinas de cursos de graduação.

Parágrafo único: Os estudantes aprovados com a nota da MP não precisarão realizar a avaliação final (AF) e sua média final (MF) deverá ser igual a sua média parcial (MP).

Os critérios de verificação de desempenho acadêmico dos estudantes são tratados pelo ROD, onde estão definidos os critérios para a atribuição de notas, as formas de recuperação, promoção e frequência do aluno.

Para os estudantes que não atingirem os objetivos básicos de aprendizagem devem ser assegurados os estudos de recuperação paralela, enquanto parte da avaliação processual e contínua, a serem realizados durante todo o período letivo e com base nos resultados obtidos nas avaliações. Trata-se de uma forma de superar o baixo rendimento, uma estratégia de intervenção deliberada no processo educativo e uma nova oportunidade que leva os estudantes ao desempenho esperado.

A recuperação paralela realiza-se sob a orientação do professor do componente curricular e é coordenada pela equipe pedagógica e coordenação do curso, sendo, portanto, uma consequência do processo de avaliação continuada. Ambos devem ocorrer concomitante ao processo educativo para garantir ao aluno a

superação de dificuldades em seu percurso escolar. A recuperação paralela tem como objetivo corrigir deficiências na aprendizagem dos conteúdos ministrados. Para que se obtenha resultado satisfatório neste processo serão adotadas as seguintes estratégias metodológicas, estabelecidas pela Comissão de Elaboração do PPC de Curso Técnico Concomitante em Administração, em atendimento ao ROD (IFCE, 2015) na Seção V – da recuperação da aprendizagem:

- a) Atendimento no mesmo turno com o professor recuperador;
- b) Reorganização dos objetivos e metodologias de ensino diversificados, visando a apreensão de conteúdo não vencido;
- c) Grupos de trabalho diversificado em sala de aula;
- d) Atividades de pesquisas;
- e) Testes individuais e coletivos;
- f) Planos de estudos individualizados;
- g) Atendimento individualizado pelo professor responsável pela disciplina;
- h) Grupos de estudo.

As estratégias de recuperação deverão ser modificadas conforme as necessidades dos estudantes, desde que, se mantenha a coerência concernente ao componente curricular.

O estudante que não atingir a média no componente curricular, terá direito a fazer uma avaliação final, conforme artigo 100:

Art. 100. Deverão fazer avaliação final (AF) o estudante de curso técnico que obtiver MP inferior a 6,0 (seis) e maior ou igual a 3,0 (três), e o estudante de graduação que obtiver MP inferior a 7,0 (sete) e maior ou igual a 3,0 (três).

§ 1º A avaliação final deverá ser aplicada no mínimo 3 (três) dias letivos após o registro do resultado da MP no sistema acadêmico.

§ 2º A avaliação final poderá contemplar todo o conteúdo trabalhado no período letivo.

§ 3º A nota da avaliação final (AF) deverá ser registrada no sistema acadêmico.

§ 4º O cálculo da média final (MF) o estudante referido no caput deverá ser efetuado de acordo com a seguinte equação:

$$MF = \frac{MP + AF}{2}$$

§ 5º Deverá ser considerado aprovado na disciplina o estudante que, após a realização da avaliação final, obtiver média final (MF) igual ou maior que 5,0 (cinco).

No que diz respeito aos estudantes PNE's (pessoas com necessidades

específicas) deverá ser oferecida flexibilização e diversificação do processo de avaliação, isto é, avaliação adequada ao desenvolvimento do estudante, tais como: provas orais, atividades práticas, trabalhos variados produzidos e apresentados através de diferentes expressões e linguagens envolvendo estudo, pesquisa, criatividade e observação de comportamentos, tendo como base os valores e atitudes identificados nos objetivos da escola e do projeto: solidariedade, participação, responsabilidade, disciplina e ética.

Ainda relacionado à avaliação dos estudantes com necessidades específicas, esta deverá apresentar linguagem clara e objetiva, com frases curtas e precisas e a certificação de que instruções foram compreendidas. O tempo para realização de tarefas e provas deverá ser ampliado sem prejuízo da socialização, além da possibilidade de fazer a prova em outro ambiente da escola (sala de orientação, biblioteca, sala de grupo) ou elaboração de mais avaliações com menos conteúdo cada para que o estudante possa realizá-las num tempo menor.

10. PRÁTICA PROFISSIONAL SUPERVISIONADA

A Prática Profissional Supervisionada constitui componente obrigatório da formação do estudante no Curso Técnico Concomitante em Administração na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), tendo como finalidade promover a articulação entre teoria e prática, possibilitando ao discente aplicar os conhecimentos adquiridos ao longo do curso em situações reais ou simuladas relacionadas ao mundo do trabalho.

A matriz curricular foi estruturada de modo a garantir a integração entre teoria e prática, contemplando componentes de formação técnica, formação humanística e prática profissional supervisionada, favorecendo a construção progressiva das competências necessárias ao perfil do Técnico em Administração. A carga horária total do curso é de 800 (oitocentas) horas, incluindo a carga horária destinada à prática profissional, componente obrigatório para a conclusão do curso, a qual será desenvolvida ao longo da formação, no âmbito das disciplinas de Projeto Integrado I, II e III, com carga horária total de 80 (oitenta) horas, conforme previsto na matriz curricular, podendo ocorrer por meio de atividades práticas, estudos de caso, projetos aplicados, resolução de problemas, atividades orientadas, práticas em laboratório, desenvolvimento de planos de negócio, análises organizacionais e outras atividades pedagógicas que favoreçam a integração entre os conhecimentos técnicos e a realidade das organizações.

A realização da prática profissional deverá ocorrer sob orientação de docente do curso, podendo ser desenvolvida de forma interdisciplinar, envolvendo diferentes componentes curriculares, conforme planejamento definido no âmbito do curso e registrado nos Programas de Unidade Didática (PUDs).

As atividades de prática profissional supervisionada terão caráter formativo e avaliativo, sendo consideradas para fins de integralização da carga horária total do curso, devendo o estudante cumprir integralmente a carga horária prevista para ter direito à certificação final.

A Prática Profissional Supervisionada não se confunde com estágio curricular, podendo ser realizada no âmbito da própria instituição de ensino ou em atividades vinculadas ao contexto profissional, conforme as diretrizes da Educação Profissional e Tecnológica e as normas institucionais do IFCE.

O cumprimento integral da carga horária da prática profissional supervisionada constitui requisito obrigatório para a conclusão do curso e para a emissão do diploma de Técnico em Administração.

11. ESTÁGIO SUPERVISIONADO NÃO OBRIGATÓRIO

Neste PPC o estágio supervisionado é opcional ao aluno, portanto, não obrigatório. Entretanto, entendendo que a interação com o mercado de trabalho acrescenta aos estudantes benefícios, conhecimento e experiência na função de técnico em administração de empresas, a realização do estágio é permitida aos alunos com carga horária de 120 horas.

Conforme a Lei Nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que regulamenta os estágios supervisionados, e sua atualização **Lei 14.913/24**, bem como a Resolução CONSUP nº 108/2023, que aprovou, na forma do anexo, o Regulamento do Estágio Supervisionado no Instituto Federal do Ceará – IFCE, é essencialmente uma atividade curricular de competência da instituição de ensino, que deve integrar a proposta pedagógica da escola e os instrumentos de planejamento curricular do curso, devendo ser planejado, executado e avaliado em conformidade com os objetivos propostos.

O IFCE, campus Acopiara, organizará o plano de estágio curricular supervisionado, respeitando o artigo 7º, parágrafo único da Lei 11.788/2008 e mantendo os seguintes registros:

- a) Acompanhamento, controle e avaliação;
- b) Justificativa;
- c) Objetivos;
- d) Competências e habilidades;
- e) Responsabilidade pela supervisão de estágio; e
- f) Tempo de duração descrevendo a carga horária diária e total.

O estágio será acompanhado por um professor orientador, caso o aluno opte por realizá-lo, em função da área de atuação no estágio e das condições de disponibilidade de carga horária dos professores. São mecanismos de acompanhamento e avaliação de estágio:

- a) Plano de estágio aprovado pelo professor orientador e pelo professor da disciplina campo de estágio;
- b) Reuniões do aluno com o professor orientador;
- c) Visitas ao local do estágio por parte do professor orientador, sempre que necessário;
- d) Relatório técnico do estágio supervisionado;
- e) Avaliação da prática profissional realizada.

Quando não for possível a realização do estágio supervisionado não obrigatório da forma indicada no projeto de curso, esta deverá atender aos procedimentos de planejamento, acompanhamento e avaliação do Projeto de Prática Profissional Supervisionado, que será composto pelos seguintes itens:

- a) Apresentação de um plano de atividades, aprovado pelo orientador;
- b) Reuniões periódicas do aluno com o orientador;
- c) Elaboração e apresentação de um relatório técnico;
- d) Avaliação da prática profissional realizada.

12 CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES

Com base no ROD/2015 no seu Capítulo IV - do Aproveitamento de estudos, Seção I - do aproveitamento de componentes curriculares, temos que: É assegurado aos estudantes ingressantes e veteranos o direito de aproveitamento dos componentes curriculares cursados, mediante análise, desde que sejam obedecidos os dois critérios a seguir, Art. 130:

- I. o componente curricular apresentado deve ter, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária total do componente curricular a ser aproveitado;
 - II. o conteúdo do componente curricular apresentado deve ter, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) de compatibilidade com o conteúdo total do componente curricular a ser aproveitado.
- Parágrafo único: Poderão ser contabilizados estudos realizados em dois ou mais componentes curriculares que se complementam, no sentido de integralizar a carga horária do componente a ser aproveitado.

Conforme o Art. 131 "Não haverá aproveitamento de estudos de componentes curriculares para":

- I. estágio curricular, trabalho de conclusão de curso e atividades complementares;
- II. componentes curriculares do ensino médio propedêutico, nos casos de disciplinas de cursos técnicos integrados, conforme o Parecer CNE/CEB Nº. 39/2004.

O componente curricular apresentado deve estar no mesmo nível de ensino ou em um nível de ensino superior ao do componente curricular a ser aproveitado, devendo ser solicitado no máximo uma vez (Art. 132, ROD/2015), e ainda:

Art. 133. O estudante poderá solicitar aproveitamento de componentes curriculares, sem observância do semestre em que estes estiverem alocados na matriz curricular do curso, observados os seguintes prazos: I. até 10 (dez) dias letivos após a efetuação da matrícula - para estudantes ingressantes; II. até 30 (dias) dias após o início do período letivo - para estudantes veteranos.

Art. 134. A solicitação de aproveitamento de componentes curriculares deverá ser feita mediante requerimento protocolado e enviado à coordenação do curso, acompanhada dos seguintes documentos: I. histórico escolar, com carga horária dos componentes curriculares, autenticado pela instituição de origem;

II. programas dos componentes curriculares, devidamente autenticados pela instituição de origem.

Compete à coordenação do curso encaminhar a solicitação para a análise de um docente da área do componente curricular a ser aproveitado, o qual deverá proceder aos seguintes procedimentos, de acordo com o ROD/2015:

§ 1º O docente que analisar a solicitação deverá remeter o resultado para a coordenação de curso que deverá informá-lo ao estudante e encaminhá-lo à CCA para o devido registro no sistema acadêmico e arquivamento na pasta acadêmica do estudante.

§ 2º Caso o estudante discorde do resultado da análise do aproveitamento de estudos, poderá solicitar a revisão deste, uma única vez.

§ 3º O prazo para a solicitação da revisão do resultado deverá ser de até 5 (cinco) dias letivos a partir da sua divulgação.

§ 4º O gestor máximo do ensino no campus nomeará dois outros professores com conhecimento na área, para proceder à revisão e emitir parecer final.

Conforme o ROD/2015, o prazo máximo para conclusão de todos os trâmites de aproveitamento de estudos, incluindo uma eventual revisão de resultado, é de 30 (trinta) dias letivos após a solicitação inicial.

13 EMISSÃO DE DIPLOMA

A emissão do diploma de Técnico em Administração será realizada pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, campus Acopiara, após a conclusão do curso, conforme as normas institucionais vigentes e o disposto no Regulamento da Organização Didática (ROD).

Para a obtenção do diploma, o estudante deverá cumprir integralmente todos os requisitos previstos neste Projeto Pedagógico de Curso, incluindo:

- aprovação em todos os componentes curriculares obrigatórios constantes na matriz curricular;
- integralização da carga horária total do curso;
- cumprimento da carga horária de Prática Profissional Supervisionada prevista na organização curricular;
- atendimento às demais exigências acadêmicas estabelecidas pelo IFCE.

Após o cumprimento de todos os requisitos, será conferido ao concluinte o diploma de Técnico em Administração, correspondente ao eixo tecnológico Gestão e Negócios, conforme o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos e as normas do Conselho Nacional de Educação.

A certificação intermediária poderá ser concedida ao estudante que concluir com êxito os módulos previstos na organização curricular, conforme definido neste PPC, respeitando as normas institucionais vigentes.

14 AVALIAÇÃO DO PROJETO DO CURSO

A autoavaliação do curso é parte das atribuições do coordenador do curso, segundo a Instrução Normativa PROEN/IFCE nº 26, de 16 de setembro de 2024. Ainda segundo o mesmo documento, as estratégias a serem implementadas nesse sentido devem se dar com a contribuição da Gestão e do corpo docente.

A avaliação do projeto pedagógico tem como objetivo acompanhar as ações e as atividades realizadas pelos docentes, técnicos e discentes envolvidos, visando atingir os objetivos propostos para o curso, a descentralização das decisões, a construção e a manutenção do vínculo educação-sociedade. Dessa forma, o acompanhamento e a avaliação deverão legitimar as ações de implantação e as mudanças e melhorias aplicadas.

As estratégias de avaliação do curso serão definidas e implementadas por meio da atuação conjunta entre Coordenação e Colegiado do curso, com o apoio de outros setores institucionais competentes, a exemplo da Coordenação Técnico-Pedagógica (CTP) e Pró-Reitoria de Ensino (Proen). Para tanto, serão utilizados como dados para as deliberações diferentes instrumentos avaliativos internos e externos, a serem apreciados em reuniões ordinárias — e extraordinárias, se necessárias — entre coordenação e colegiado, com a participação de convidados quando cabível.

O acompanhamento e a avaliação serão aplicados no ambiente de atuação de todos os integrantes: sala de aula, práticas, estágios, visitas técnicas, seminários, atividades complementares e apresentações de trabalhos de término de curso, nas relações entre docentes, discentes e técnicos.

Os meios e instrumentos utilizados na avaliação do projeto do curso serão: registro das ações em livro específico e adequado, acompanhamento por parte dos orientadores em sala, questionários, entrevistas, autoavaliações, apresentações de trabalhos, seminários de avaliação, relatórios, etc., que servirão como mensuração da funcionalidade do projeto, fornecendo dados que embasam as ações corretivas direcionando-as para o cumprimento dos objetivos traçados para o curso.

Quanto à periodicidade, deverão ser utilizadas avaliações anuais, sistemáticas e continuadas, com espaços para uma reflexão crítica e autocrítica do desempenho do curso e de seus integrantes, estando essas atividades devidamente registradas e documentadas para servir de suporte para as avaliações

subsequentes.

a. AVALIAÇÕES INTERNAS

O relatório anual da Comissão Própria de Avaliação (CPA) do *Campus* Acopiara compreende diversos aspectos estruturais e funcionais do *campus*, de modo que alguns aspectos avaliados só são dirigidos para determinados segmentos da comunidade interna. Ademais, a avaliação não apresenta questões direcionadas *a priori* a um curso particular. Deste modo, será necessário que a coordenação e o colegiado do curso apreciem anualmente o relatório da CPA quando da sua publicação em reuniões próprias a esse fim, com foco especialmente na discussão dos aspectos trazidos pelo relatório mais pertinentes ao curso. Espera-se, por meio de cada relatório, identificar anualmente demandas apresentadas por discentes e servidores para o melhor funcionamento do curso, desde aprimoramentos nas ações voltadas aos estudantes até necessidades infraestruturais.

b. DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES

O resultado obtido por meio dos instrumentos avaliativos para o norteamiento das ações do curso será sempre que cabível publicizado à comunidade interna e externa por meio dos canais oficiais de comunicação do *Campus* Acopiara e do curso, observando-se as especificidades de cada documento. No caso do relatório anual da CPA local, a sua pronta publicação quando da sua confecção já é prevista para ocorrer no sítio eletrônico oficial do *campus* até o fim do primeiro semestre de cada ano, conforme estabelecido na Resolução N° 29/Consup/IFCE, de 29 de março de 2023.

15 ATUAÇÃO DO COORDENADOR DO CURSO

A Coordenação do Curso tem por objetivo fortalecer a qualidade do ensino por meio do desenvolvimento de práticas pedagógicas e de ações de incentivo à permanência e ao êxito acadêmico dos estudantes. Dentre as suas atribuições diretamente vinculadas ao apoio discente pode-se citar:

- a) Acompanhar e orientar a vida acadêmica dos alunos do curso;
- b) Realizar atendimentos individuais aos alunos de acordo com a especificidade do caso;
- c) Dirimir, com o apoio da Coordenação Técnico-Pedagógica, problemas eventuais que possam ocorrer entre professores e alunos;
- d) Organizar, juntamente com os professores, os encontros educativos e ou socioculturais que são realizados pelo curso;
- e) Orientar os alunos na participação de encontros de divulgação científica e nas disciplinas opcionais do curso;
- f) Realizar levantamento quanto à oferta de vagas de monitoria tomando por base a análise dos índices de retenção nos componentes curriculares do curso;
- g) Acompanhar o processo de seleção de monitores e acompanhar as atividades desenvolvidas pelo programa;
- h) Apoiar os docentes e discentes para o desenvolvimento das atividades complementares;
- i) Realizar reuniões periódicas dos órgãos colegiados do curso, atentando para o cumprimento das reuniões ordinárias e quando necessário, extraordinárias;
- j) Incentivar a busca por parcerias de estágio visando pelo bom andamento dos estágios supervisionados e não supervisionados;
- k) Estimular a iniciação científica e de pesquisa entre professores e alunos;
- l) Contribuir para o engajamento de professores e alunos em programas e projetos de extensão;
- m) Elaborar e monitorar o plano de combate à evasão e retenção para o campus Acopiara do IFCE em conjunto com a Coordenadoria Técnico-Pedagógica e Departamento de Ensino;
- n) Emitir parecer em relação às solicitações de estudantes e professores;
- o) Emitir pareceres de acordo com os processos previstos no Regulamento da

Organização Didática;

- p) Acompanhar a matrícula dos alunos do curso;
- q) Acompanhar solicitações de trancamento e mudança de curso;
- r) Divulgar, incentivar e planejar ações para o bom desempenho dos estudantes nas avaliações de amplitude nacional (ENEM, Olimpíadas e similares);
- s) Promover, em parceria com o Departamento de Ensino, estratégias de acompanhamento de egressos.

16 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS CONSTANTES DO PDI NO ÂMBITO DO CURSO

São políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão constantes no PDI 2024 – 2028 do IFCE que trazem relação com o curso (quadro 3):

Quadro 3 – Políticas Institucionais no PDI (2024 - 2028) no âmbito do Curso

Área	Tema Estratégico	Objetivo Estratégico (OE)	Indicador	Meta p/ 2028
Ensino	TE-1: Maximização da ocupação das vagas disponíveis.	OE-10: Elevar a taxa de ocupação das vagas ofertadas, maximizando a utilização dos recursos disponíveis e atraindo um número maior de candidatos nos processos seletivos.	ENS-11: Taxa de ocupação.	Garantir 100% da ocupação de vagas.
	TE 2: Institucionalização do acompanhamento dos egressos.	OE-1: Aperfeiçoar o acompanhamento de egressos visando à realimentação dos currículos dos cursos ofertados.		
	TE-3: Melhoria dos indicadores de eficiência acadêmica.	OE-2: Fortalecer os programas de apoio ao discente a fim de melhorar a permanência e o êxito dos estudantes.	ENS-6: Taxa de conclusão ciclo.	Perfazer 45% de êxito na conclusão ciclo.
			ENS-7: Taxa de evasão ciclo.	Diminuir a evasão para 35%.
			ENS-8: Taxa de retenção ciclo.	Diminuir a retenção ciclo para 20%.
	TE-4: Atendimento aos percentuais legais de oferta de vagas.	OE-11: Alinhar a oferta de vagas às exigências legais estabelecidas, garantindo a disponibilidade adequada de vagas para os cursos técnicos, licenciaturas e PROEJA.	ENS-1: Taxa de matrículas em cursos técnicos.	No mínimo 50% das vagas ofertadas em cursos técnicos.

		ENS-2: Matrículas em formação de professores.	Manter 20% das vagas ofertadas em cursos de licenciatura.
		ENS-3: Matrículas PROEJA	No mínimo 2% das vagas ofertadas em cursos EJA.

	TE-6: Promoção da verticalização da oferta.	OE-13: Promover a verticalização acadêmica, estabelecendo conexões eficazes e sinérgicas entre os cursos técnicos, graduação e pós-graduação.	ENS-10: Índice de verticalização	Alcançar 20% de verticalização.
Pesquisa	TE-7: Celeridade na formalização de parcerias com entes públicos e privados.	OE-15: Aperfeiçoar o fluxo processual que envolve a formalização de parceria entre o IFCE e um parceiro externo.		
	TE-8: Fortalecimento da pesquisa institucional	OE-16 Fortalecer as atividades de pesquisa, priorizando a captação de recursos, a colaboração interdisciplinar e intercâmbio e ampliando as parcerias com setores da indústria, governo e sociedade.	P&I-3: Porcentagem de alunos da instituição envolvidos em projetos de pesquisa.	Mínimo de 3% dos discentes do nível técnico, da graduação e das pós-graduações <i>lato sensu</i> e <i>stricto sensu</i> , envolvidos em projetos de pesquisa básica ou aplicada.

Extensão	TE-10: Fortalecimento da política de curricularização da extensão	OE-17 Integrar a extensão de forma efetiva aos currículos acadêmicos, com o propósito de capacitar os estudantes para aplicar o conhecimento em benefício da comunidade.	EXT-2: Percentual de estudantes envolvidos em ações de extensão	Mínimo de 20% dos estudantes matriculados.
	TE-11: Fortalecimento do desenvolvimento local e regional.	OE-3: Ampliar e fortalecer os programas de capacitação, consultoria técnica e divulgação científica oferecidos pelo IFCE, a fim de atender às necessidades da comunidade local e regional.		
	TE-12: Aperfeiçoamento da gestão das ações da extensão.	OE-18 Implementar melhorias contínuas nos processos de trabalho relacionados à extensão acadêmica do IFCE.		
	TE-13: Ampliação das parcerias com o mundo do trabalho.	OE-4: Expandir as parcerias estratégicas com organizações públicas e privadas para ampliar as oportunidades de inserção no mundo do trabalho.	EXT-6: Percentual de ações de extensão com parcerias institucionais vigentes	Mínimo de 3% das ações de extensão.

FONTE: Comissão de Elaboração do Projeto Pedagógico do Curso, de acordo com o PDI - IFCE (2024 - 2028). **LEGENDA:** indicador da área: ENS (de ensino), P&I (de pesquisa), EXT (de extensão)

O Instituto Federal do Ceará, consoante a Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008 e a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, possui a prerrogativa de atuar na educação básica e superior, por meio da oferta de educação profissional e tecnológica, nos diferentes níveis e modalidades do ensino.

Para isso, o IFCE possui o compromisso legal de assegurar o mínimo de 50% das vagas para os cursos de educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente, integrado ensino médio, 20% das vagas ofertadas aos cursos de licenciatura e programas especiais de formação pedagógica e 30% das vagas

destinadas para cursos tecnológicos, bacharelados e pós-graduações.

Além disso, promovem-se, ainda, Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) e cursos profissionalizantes, para atendimento ao Programa Nacional de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), visando atender os segmentos sociais com menos condições de acesso à educação profissional técnica.

No âmbito da pesquisa e extensão acadêmica, o IFCE desenvolve programas e projetos voltados para a valorização da cultura, acessibilidade, empreendedorismo, inovação e transferência de tecnologias com ênfase no desenvolvimento local e regional, bem como na preservação do meio ambiente.

O décimo primeiro objetivo estratégico do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do quinquênio 2024 – 2028 da Pró-reitora de Ensino preconiza: “alinhar a oferta de vagas às exigências legais estabelecidas, garantindo a disponibilidade adequada de vagas para os cursos técnicos, licenciaturas e PROEJA”. Buscando atender aos percentuais previstos na Lei nº 11.892/2008, garantindo o mínimo de 50% (cinquenta por cento) das vagas para cursos técnicos e o mínimo de 20% (vinte por cento) para cursos de licenciatura.

Nesse sentido, propõem-se 3 (três) indicadores sendo o primeiro atingir a taxa de 50% em cursos técnicos; o segundo, atingir uma taxa de 20% de matrículas em cursos de licenciatura ou programas de formação pedagógica (presencial e a distância) e, por fim, o terceiro, atingir a taxa de 2% de matrículas no PROEJA.

a. ENSINO

Em relação ao ensino, o PDI trata que o Regulamento da Organização Didática (ROD) do IFCE, aprovado pela Resolução CONSUP nº 35/2015 de 22 de

junho de 2015, rege os processos didáticos e pedagógicos dos cursos técnicos de nível médio e dos cursos de graduação. Além disso, torna homogêneas as atividades acadêmicas em todos os campi e auxilia o funcionamento da administração institucional. Nesses termos, as modalidades de cursos ofertados aos estudantes, de acordo com o ROD, são:

- a) Técnicos de nível médio (cursos técnicos): destinam-se a proporcionar habilitação profissional aos egressos do ensino fundamental, aos estudantes matriculados no ensino médio ou dele egressos e ao público da Educação de Jovens e Adultos (EJA) maior de 18 anos de idade e que não concluiu o ensino médio na idade própria.

Assim, a oferta do curso Curso Técnico Concomitante em Administração para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) do IFCE campus Acopiara, na modalidade integrada ao ensino, estará contribuindo diretamente com a oferta da educação profissional técnica de nível médio, conforme preconiza os objetivos de criação dos Institutos Federais, colaborando, ainda, com alcance das metas institucionais em termos de quantitativo de vagas ofertadas e ocupadas, nesse nível de ensino.

O *Campus* Acopiara ofertará aos alunos do Curso Técnico Concomitante em Administração para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) o Programa de Monitoria Voluntária e Remunerada existente no IFCE, como forma de favorecer e fortalecer o processo de ensino e aprendizagem, a promoção da melhoria da permanência e do êxito estudantil, auxiliando o estudante a superar possível dificuldade de aprendizagem, propiciando ao estudante monitor maior aprofundamento sobre o componente curricular em que exerce a monitoria, além de oportunizar ações cooperativas entre os discentes e entre o discente monitor e o professor, contribuindo para uma aprendizagem mútua, colaborativa e para uma formação científica, técnica e cidadã do estudante monitor.

A seleção dos monitores, será regida por edital próprio, e é executada pela Comissão Organizadora constituída por este *Campus*, designada pela direção geral. Vale ressaltar que os monitores bolsistas de cursos técnicos exercerão suas atividades sem qualquer vínculo empregatício e em regime de 12 (doze) horas semanais. Enquanto os monitores voluntários de cursos técnicos ao ensino médio exercerão suas atividades sem qualquer vínculo empregatício e em regime de 06 (seis) horas semanais. A jornada de atividades da monitoria não pode ser superior a

4 (quatro) horas diárias nem coincidir, em hipótese alguma, com as atividades acadêmicas do estudante. A jornada de atividades de monitoria será fixada pelo professor orientador e aprovada pelo gestor máximo de Ensino do campus ou pelo chefe de departamento de área, quando houver.

b. PESQUISA

O PDI do IFCE aponta que a pesquisa, presente em todas as modalidades ofertadas pelo IFCE, contribui, por meio do estímulo à investigação científica, para a formação do estudante.

No âmbito do IFCE, o acesso à pesquisa se dá por meio de programas de bolsas de iniciação científica destinadas aos estudantes, tais como o Programa de Bolsas de Iniciação Científica Júnior – PIBIC JR, o qual, tem por finalidade despertar vocação científica e incentivar talentos potenciais entre estudantes do ensino técnico (Integrado, Concomitante, Subsequente ou PROEJA), mediante sua participação em atividades de pesquisa científica, orientadas por pesquisadores do IFCE.

Além das bolsas vinculadas ao programa supracitado, existe o cadastramento de estudantes voluntários em fluxo contínuo, para participação em projetos e em atividades de pesquisa e inovação (artísticas, científicas e tecnológicas) no IFCE, além da possibilidade de participação em grupos de pesquisa, bem como no incentivo à participação em eventos de pesquisa externos ou promovidos pela instituição (SEMIC, CONNEPI, UNIVERSO IFCE, MOCICA, Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, entre outros).

c. EXTENSÃO

No âmbito da Extensão, o PDI do IFCE, por meio da Coordenadoria de Acessibilidade e Diversidade Étnico-Racial, assessora os campi sobre as temáticas da acessibilidade e diversidade. Em consonância com a política de extensão do IFCE, que estabelece a centralidade da inclusão, da diversidade e dos direitos humanos nas ações extensionistas, este PPC assume o compromisso de desenvolver, de forma sistemática, atividades de extensão que integrem ensino, pesquisa e Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER), em diálogo permanente

com o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) e com o Núcleo de Acessibilidade às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE).

No que diz respeito às políticas de educação inclusiva e objetivando promover o acesso e a inclusão das pessoas com necessidades educacionais especiais, a instituição tem promovido ações com o intuito de atender às necessidades educativas dessa clientela, fundamentadas nos princípios do direito à cidadania, tais como:

- a) Acessibilidade – adaptação de acesso, com a construção de rampas nos prédios e elevadores;
- b) Piso tátil direcional na calçada do estacionamento;
- c) Adaptação das instalações sanitárias;
- d) Adequação dos procedimentos metodológicos e avaliativos em função de atender às necessidades educativas do aluno;
- e) Oferta de cursos de Aperfeiçoamento de Professores para Educação Inclusiva como forma de capacitar professores e estudantes, tendo em vista a necessidade de lidar com pessoas com necessidades específicas.

Considerando os desafios e conquistas da inclusão social, assim como a inserção laboral das pessoas com necessidades específicas, o IFCE campus Acopiara conta com o apoio do Núcleo de Acessibilidade às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), que tem como objetivo criar, na instituição, a cultura da educação para a convivência e aceitação da diversidade.

Referente à temática da diversidade, desde o ano de 2015 os campi do IFCE, sob orientação e assessoria da PROEXT, realizam ações de estudos e levantamento de dados populacionais para mapeamento de atividades e grupos ligados a povos afro-brasileiros e indígenas no estado do Ceará, através dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABIs). No contexto deste PPC, esse trabalho será fortalecido por meio da institucionalização de, pelo menos, **um Projeto de Extensão anual em Educação das Relações Étnico-Raciais e Direitos Humanos**, desenvolvido em parceria com o NEABI, articulando as unidades curriculares do curso a ações educativas, culturais e formativas voltadas à

valorização das identidades negras, indígenas e de outros grupos historicamente vulnerabilizados.

Em relação às políticas afirmativas de direitos, atualmente, o IFCE trabalha de acordo com a Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016, que estabelece que, em cada instituição federal de ensino superior ou de ensino técnico de nível médio, as vagas serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da Unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do IBGE.

16.3.1 Implementação das atividades de extensão

O Projeto Pedagógico do Curso Técnico Concomitante em Administração apresenta um conjunto abrangente de ações de extensão voltadas para fomentar a inclusão, acessibilidade e diversidade étnico-racial no ambiente acadêmico. Essas iniciativas visam criar um espaço educacional mais receptivo e equitativo para todos os estudantes, respeitando suas singularidades e promovendo a igualdade de oportunidades. Nesse sentido, as atividades extensionistas do curso terão, como eixo estruturante, a articulação com a Educação das Relações Étnico-Raciais e com os Direitos Humanos, garantindo que, a cada ano, seja ofertado e acompanhado um Projeto de Extensão em ERER, em parceria com o NEABI, envolvendo estudantes da EJA em ações junto à comunidade.

Desenvolvimento de projetos inclusivos

Os NEABI e o NAPNE conduzirão um processo sistemático de levantamento das informações demográficas, sociais e culturais dos estudantes, através de questionários, entrevistas e análise de registros acadêmicos. Esses dados permitirão a identificação de características específicas das populações em questão, como a presença de comunidades quilombolas, indígenas ou estudantes com deficiência.

As informações serão utilizadas para criar projetos de extensão que atendam de forma específica às necessidades identificadas. Isso pode incluir a oferta de cursos de capacitação voltados para a comunidade afro-brasileira e

indígena, programas de apoio pedagógico para estudantes com necessidades específicas, e a promoção de eventos culturais que valorizem as tradições e histórias dessas populações. Entre esses projetos, destaca-se a realização anual de um Projeto de Extensão em Educação das Relações Étnico-Raciais e Direitos Humanos, articulado às unidades curriculares do curso e desenvolvido em parceria com o NEABI, envolvendo atividades como rodas de conversa, oficinas, seminários, mostras culturais e ações formativas com a comunidade.

Parcerias com comunidades locais

Os dados também facilitarão a construção de parcerias com comunidades indígenas e quilombolas próximas ao campus, fortalecendo o vínculo entre o IFCE e essas comunidades, e promovendo a inclusão de suas demandas e conhecimentos tradicionais no ambiente acadêmico. As ações regulares do Projeto de Extensão em EREER buscarão, sempre que possível, dialogar diretamente com essas comunidades, valorizando seus saberes e experiências e contribuindo para a promoção da justiça social e da igualdade racial.

Atividades Relacionadas a Eventos Institucionais

A participação em eventos como o Universo IFCE, a Feira das Profissões e a Semana de Iniciação Científica desempenham um papel fundamental na divulgação e fortalecimento das ações de extensão, bem como na integração da comunidade acadêmica.

O Universo IFCE é um evento chave para promover a interação entre a academia e a sociedade, destacando as atividades de extensão, pesquisa e inovação desenvolvidas pelo instituto. Nele:

- **Apresentação de Projetos Comunitários:** Professores e alunos têm a oportunidade de apresentar projetos que aplicam o conhecimento adquirido em sala de aula para solucionar problemas reais da comunidade, promovendo uma troca enriquecedora entre os participantes, incluindo os projetos vinculados à Educação das Relações Étnico-Raciais e aos Direitos Humanos;
- **Oficinas e Palestras Temáticas:** Durante o evento, são realizadas oficinas e palestras que abrangem uma ampla gama de temas, incluindo ciência, tecnologia,

inclusão e diversidade, permitindo que os participantes aprofundem seus conhecimentos e interajam com especialistas, bem como com lideranças de movimentos negros, indígenas e de direitos humanos.

A Feira das Profissões é um evento que possibilita aos estudantes explorar as diversas áreas profissionais e os cursos oferecidos pelo IFCE:

- **Contato Direto com Profissionais e Empresas:** A feira proporciona um ambiente onde os alunos podem interagir diretamente com profissionais do mercado e empresas de diferentes setores, ampliando sua compreensão das oportunidades e desafios de suas futuras carreiras, com destaque para organizações e iniciativas comprometidas com diversidade, equidade e inclusão;
- **Orientação Vocacional Personalizada:** Sessões de orientação vocacional são oferecidas para ajudar os alunos a identificar suas aptidões e interesses, facilitando a escolha de uma carreira que se alinhe com seus objetivos e talentos, também considerando trajetórias profissionais que contribuam com a promoção dos direitos humanos e da igualdade racial.

A Semana de Iniciação Científica (SEMIC) é dedicada à promoção da pesquisa científica entre os alunos, incentivando-os a se engajar em projetos de investigação que contribuem para o avanço do conhecimento. Os projetos que abordam temas relacionados à Educação das Relações Étnico-Raciais, à diversidade e aos direitos humanos serão incentivados e valorizados como parte das ações integradas entre ensino, pesquisa e extensão.

Atividades Relacionadas à Participação de Congressos

A coordenação do Curso Técnico Concomitante em Administração para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) do IFCE campus Acopiara buscará promover acesso aos estudantes na participação de congressos locais, regionais, nacionais e, se possível, internacionais, incentivando especialmente a apresentação de trabalhos e relatos de experiência vinculados aos projetos de extensão em Educação das Relações Étnico-Raciais, diversidade, inclusão e direitos humanos.

Visitas Técnicas a Centros de Pesquisa e Ensino

As visitas técnicas são uma parte fundamental da formação dos alunos, proporcionando uma experiência prática que complementa o aprendizado teórico e fundamenta a aplicação da formação técnica no mercado de trabalho. Sempre que viável, essas visitas incluirão instituições, centros de pesquisa, organizações sociais e experiências de referência na promoção da igualdade racial, da inclusão social e dos direitos humanos, fortalecendo a formação cidadã e crítica dos estudantes.

16.3.2 Monitoramento e Avaliação

A implementação dessas ações será acompanhada por um processo contínuo de monitoramento e avaliação, garantindo que as iniciativas sejam ajustadas conforme necessário e que os objetivos de inclusão e diversidade sejam efetivamente alcançados, a fim de possibilitar a formação teórica e prática, além de permitir a acessibilidade e inclusão social. No que se refere especificamente à Educação das Relações Étnico-Raciais e aos Direitos Humanos, serão considerados indicadores como: número de projetos de extensão em EREER realizados anualmente; participação estudantil e comunitária; parcerias com comunidades negras, quilombolas e indígenas; e impactos formativos percebidos pelos(as) estudantes da EJA, assegurando a coerência entre a política institucional de extensão e as ações desenvolvidas no âmbito deste curso.

17 APOIO AO DISCENTE

A equipe multidisciplinar é um elo indissociável ao processo de ensino aprendizagem, uma vez que a visão holística dos alunos é indispensável para assegurar o bem-estar físico e emocional, além do apoio as questões acadêmicas e burocráticas, assegurando aos estudantes um ambiente seguro e acolhedor, para que eles possam desenvolver todas as suas potencialidades, tanto nos aspectos sociais/emocionais, quanto acadêmicos.

No que diz respeito ao Curso Técnico Concomitante em Administração para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) do IFCE campus Acopiara, a equipe multidisciplinar dispõe atualmente de assistente de aluno, pedagogo, técnico em assuntos educacionais e educador físico. Por isso, torna-se necessária a médio prazo a aquisição de profissionais para uma equipe multiprofissional completa,

conforme a Política Institucional de Assistência Estudantil do IFCE, das seguintes áreas:

- I - assistente social;
- II - enfermeiro;
- III - médico;
- IV - nutricionista;
- V - odontólogo;
- VI - psicólogo;

Além de ampla infraestrutura, o IFCE Campus Acopiara também disponibiliza aos discentes meios e ações que promovem o apoio estudantil através de atividades pedagógicas extraclasse, políticas de assistência estudantil, bem como setores e órgãos voltados ao apoio discente. Tais medidas são detalhadas a seguir:

- a) Setor de Controle Acadêmico: permite que o discente solicite o acesso a diversos tipos de recursos, tais como histórico escolar, declarações de matrícula, certificados e diplomas;
- b) Estímulo à criação de órgãos de representação estudantil;
- c) Disponibilização, por parte do corpo docente, de horário para atendimento ao aluno extraclasse visando minimizar a taxa de evasão bem como promover uma melhoria global do discente;
- d) Realização de atividades extracurriculares tanto voltadas para maior consolidação dos conteúdos ministrados em sala de aula através de palestras e oficinas a serem desenvolvidas em eventos relacionados a tecnologia quanto para desenvolvimento de atividades culturais, sociais e esportivas;
- e) Desenvolvimento de atividades de nivelamento em situações onde são detectadas dificuldades dos alunos ingressantes em acompanhar o conteúdo ministrado visando a minimização dessas;
- f) Atendimento de equipe multidisciplinar constituída por: pedagogo, técnico de assuntos educacionais, assistente social, psicólogo, enfermeiro, assistente de alunos, que visam um atendimento periódico dos estudantes com vistas a contemplação das suas diferenças e especificidades. Ressaltamos que os atendimentos de assistência social, psicólogo, enfermeiro será prestado via parceria com a Secretaria Municipal de Saúde do município de Acopiara.

No que diz respeito ao atendimento aos Estudantes com Necessidades Educacionais Específicas (ENEE) será observado a Resolução CONSUP/IFCE Nº 142/2023 que regulamenta os procedimentos para identificação, acompanhamento e realização do Plano Educacional Individualizado de Acessibilidade Curricular (PEI-AC) do IFCE. Em caso de necessidade, o PEI-AC acontecerá em articulação com o Núcleo de Acessibilidade às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) e equipe pedagógica para o planejamento da acessibilidade curricular e possíveis adaptações de recursos didáticos como materiais de aula e equipamentos e a eliminação de barreiras atitudinais, curriculares e de comunicação, dentre outras.

O IFCE *campus* Acopiara conta com um serviço de atendimento aos Estudantes com Necessidades Educacionais Específicas (ENEE) coordenado através do NAPNE, sendo essencial para garantir a inclusão e a acessibilidade a todos os recursos informacionais e educativos. No que diz respeito, especificamente, ao atendimento para os ENEE oferecidos pela biblioteca do *campus* Acopiara – IFCE, abaixo segue uma descrição detalhada de como esses serviços:

1. Acessibilidade Física:

- Rampas: Garante que a biblioteca seja acessível para pessoas com mobilidade reduzida e cadeirantes.
- Mobiliário Adequado: Mesa de atendimento ajustáveis em altura adequada.
- Sinalização: Placas em braile e sinalização visual clara para orientar os usuários.
- Mobilização acessível: Piso tátil.

2. Recursos Tecnológico:

- Computadores adaptados: Equipados com funções leitura de tela adaptáveis, ampliação de texto e teclados adaptados.
- *E-books*: Disponibilização de materiais em formato de áudio e digital que possam ser utilizados com leitores de tela mediados pela biblioteca virtual-BVU.

3. Serviços de Apoio:

- Apoio de servidores: Em específico para orientar a utilização dos equipamentos eletrônicos com a finalidade de ajudar eficazmente aos alunos com NEE. Dando assistência individualizada sessões de apoio individual para ajudar na pesquisa e uso dos recursos disponíveis da biblioteca.
- A implementação de um serviço de atendimento inclusivo na biblioteca não só

facilita o acesso à educação para alunos com NEE, mas também promove uma cultura de respeito e inclusão na comunidade acadêmica.

Diante da importância de garantir a permanência, êxito e acesso dos alunos ao processo formativo, o IFCE aprovou a Resolução nº 08 de 10 de março de 2014 a qual reúne o conjunto de ações e estratégias da Assistência Estudantil nos campi as quais promovem:

- a) Prioridade de atendimento aos discentes em situação de vulnerabilidade social e pedagógica;
- b) Respeito à dignidade do ser humano, à sua autonomia, direito de qualidade na prestação de serviços, sua permanência no espaço escolar;
- c) Direito ao atendimento e conhecimento dos recursos disponíveis e à participação em assuntos relacionados à Assistência Estudantil;
- d) Pagamento de auxílios, de acordo com a disponibilidade orçamentária dos campi, aos discentes que se encontram em situação socioeconômica vulnerável.

a. AUXÍLIOS

Os auxílios são disponibilizados para os discentes na forma de pecúnia, após a realização dos procedimentos de seleção estabelecidos em Edital ou Informativo, sendo concedidos nas seguintes modalidades, de acordo com a Resolução Nº 24 e 61/2023 (quadro 4):

Quadro 4 – Auxílios Estudantis no Âmbito do IFCE

AUXÍLIOS		DESCRIÇÃO E FORMA DE CUSTEIO	
AUXÍLIOS AOS ESTUDANTES EM DE VULNERABILIDADE SOCIAL			
Auxílio-alimentação		subsídio despesas com alimentação pelo período de 01 (um) ano, pago em 12 (doze) parcelas mensais	
Auxílio didático- pedagógico		a. subsidia a aquisição de material de uso individual e intransferível, indispensável à aprendizagem de determinada disciplina, exceto equipamentos de proteção individual (EPI), livros, fotocópias, banners , material de consumo de laboratório ou de projetos de pesquisa; b. subsidia despesas com materiais e tecnologias assistivas que propiciem melhores condições de permanência e êxito, na instituição, para estudantes com deficiência.	

Auxílio-discentes mães/pais	subsídio despesas com filho/a(s) de até 12 (doze) anos de idade incompletos ou com deficiência, independente da idade, que estejam sob a guarda do(a) estudante. Será concedido pelo período de 01 (um) ano, pago em 12 (doze) parcelas mensais.
Auxílio-emergencial	subsídio despesas de estudantes, em situações emergenciais, que geram agravamento das condições de vulnerabilidade já existentes (...).
Auxílio-formação	visa à ampliação e ao fortalecimento da formação do discente, por meio da realização de atividades em projetos de ensino, pesquisa, extensão ou projetos sociais e/ou culturais que estejam relacionados ou dialoguem de forma interdisciplinar com o seu curso. Será concedido pelo período de 06 (seis) meses a 01 (um) ano, com recebimento de 06 (seis) a 12 (doze) parcelas, de acordo com o tempo previsto no projeto

Auxílio-inclusão digital	subsidiar os gastos do/a discente para a obtenção ou atualização dos equipamentos e/ou acesso ou melhoria do plano de internet (...).
Auxílio-moradia	subsidiar despesas com locação ou sublocação de imóveis. Será concedido pelo período de 01 (um) ano, pago em 12 (doze) parcelas mensais
Auxílio-óculos	subsidiar despesas para aquisição de óculos e/ou lentes para corrigir distorções ópticas
Auxílio-permanência acadêmica	subsidiar as diversas despesas de estudantes que são impeditivas da permanência e do êxito no percurso formativo. Será concedido pelo período de 01 (um) ano, pago em 12 (doze) parcelas mensais;
Auxílio-transporte	subsidiar despesas do trajeto residência/ campus /residência, nos dias letivos. Será concedido pelo período de 01 (um) ano.
AUXÍLIOS UNIVERSAIS	
Auxílio-visita/viagem técnica:	subsidiar despesas com alimentação e/ou hospedagem, em visitas e viagens técnicas ou atividades de campo, previamente programadas por servidores(as) do IFCE;
Auxílio-acadêmico:	subsidiar despesas com alimentação, hospedagem, deslocamento e inscrição dos discentes para a participação em eventos:

Fonte: Comissão de Elaboração do Projeto Pedagógico do Curso, segundo a RESOLUÇÃO Nº 24, DE 01 DE MARÇO DE 2023.

b. PROGRAMA DE BOLSAS

O Programa de Bolsas do IFCE objetiva o engajamento do educando nas ações de ensino, pesquisa e extensão para desenvolver atividade compatível ao curso ao qual se encontra matriculado no IFCE, subsidiando a sua formação. Submete-se aos critérios socioeconômicos estabelecidos no PNAES e em legislação própria. A bolsa é repassada ao estudante em forma de pecúnia e possui acompanhamento direto dos gestores do ensino, da pesquisa e da extensão, bem

como dos coordenadores de bolsa.

c. ESTÍMULO À PERMANÊNCIA

Com o intuito de minimizar a evasão escolar, o IFCE adota algumas estratégias como:

- a) Período de adaptação com aulas presenciais nas disciplinas básicas no primeiro período dos cursos, tanto para os de nível técnico quanto superior;
- b) Oferta de cursos básicos das disciplinas onde são constatadas as maiores dificuldades de aprendizagem;
- c) Oferta de cursos de extensão para complementação dos estudos;
- d) Mediação de conflitos entre aluno e professor;
- e) Realização da acolhida a novos alunos e encontros que visam aumentar a interação entre os discentes.

Além disso, há o acompanhamento permanente da Coordenação Técnico-Pedagógica e das Coordenações de Cursos no sentido de detectar os problemas recorrentes que interferem na permanência dos alunos na instituição, e, conseqüentemente, o planejamento e execução de ações que visem garantir a permanência dos estudantes.

d. NÚCLEO DE GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL (NUGEDS)

A Lei 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) –, em seu artigo 25, parágrafo 9º, afirma: “conteúdos relativos aos direitos humanos e à prevenção de todas as formas de violência contra a criança, o adolescente e a mulher serão incluídos, como temas transversais” nos currículos de cursos de Ensino Médio. Dessa forma, é de fulcral importância salientar o papel do Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual (NUGEDS) do IFCE no atendimento deste dispositivo da lei máxima da educação nacional, visto que um dos objetivos do núcleo é exatamente o de promover a conscientização sobre diversidade e respeito e o combate aos deletérios efeitos da misoginia e da homotransfobia ainda tão presentes na sociedade brasileira. Dessarte, a institucionalização de um núcleo desta natureza no seio do Instituto Federal de Educação salienta a importância da educação pública federal na formação cidadã de seus educandos.

Outro dispositivo legal de relevo é aquele que estabeleceu os PCNs, criados a partir do PNE, estabelecido em 1999 pelo MEC, em que a Orientação Sexual,

aparece como um dos Temas Transversais a serem abordados em sala de aula. Ao tratar do tema Orientação Sexual, busca-se considerar a sexualidade como algo inerente à vida e à saúde, que se expressa no ser humano, do nascimento até a morte. Relaciona-se com o direito ao prazer e ao exercício da sexualidade com responsabilidade. Engloba as relações de gênero, o respeito a si mesmo e ao outro e à diversidade de crenças, valores e expressões culturais existentes numa sociedade democrática e pluralista. Inclui a importância da prevenção das Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) e da gravidez indesejada na adolescência, entre outras questões que sofrem a influência de polêmicas e tabus.

Entre os desafios enfrentados pelos docentes dos Institutos Federais em suas aulas nos cursos técnicos, percebeu-se que é mais comum a abordagem dos temas transversais pelos professores das áreas de Humanas e que a formação técnica não contribui, como deveria, para a superação de tabus e preconceitos ainda arraigados no contexto sociocultural brasileiro. Neste contexto, o NUGEDS do IFCE foi criado por demanda da comunidade acadêmica através da Resolução nº 78, de 13 de dezembro de 2022, que aprovou seu Regulamento. O núcleo tem como fundamento trabalhar a partir dos conceitos de gênero e diversidade estabelecidos e obedecendo os Princípios de Yogyakarta, sobre a aplicação da legislação internacional de Direitos Humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero.

Trata-se de um núcleo interdisciplinar, estruturado para estudar, planejar, apoiar colaborativamente e promover o desenvolvimento de ações educativas, culturais e políticas que objetivem a formação, nas comunidades interna e externa à instituição, de uma consciência crítica, atualizada, inclusiva, mobilizadora em relação às temáticas de gênero e diversidade sexual. Sua atuação atravessa as áreas de assistência estudantil, ensino, pesquisa e extensão, assim como a dos demais núcleos em atividade no IFCE (NEABIs e NAPNEs), no *campus* Acopiara, suas atividades tiveram início em 18 de outubro de 2023.

No que diz respeito ao NUGEDS-Acopiara, sua atuação está vinculada diretamente à garantia dos direitos humanos e à prevenção da violência contra a mulher, já tendo realizado ações de conscientização em aulas, além de reuniões ordinárias com a comunidade acadêmica e externa do município. Assim, espera-se que o curso de Administração, através, principalmente, da abordagem de temas transversais nas aulas do currículo do Ensino Médio, tanto na parte propedêutica

quanto na técnica, também esteja articulado às ações promovidas por este núcleo.

18 CORPO DOCENTE

Os quadros 5 e 6 descrevem, respectivamente, o pessoal docente necessário para o curso Técnico Concomitante em Administração na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA) e o quadro existente em Acopiara relacionado ao curso, tomando por base o desenvolvimento simultâneo de uma turma para cada período do curso.

Quadro 5 – Perfil do docente necessário para a realização do curso.

Área	Subárea	QTD.	DISCIPLINAS ATENDIDAS
Administração	Administração	01	Fundamentos em Administração, Gestão de Pessoas, Fundamentos em Marketing, Projeto Integrador I, Projeto Integrador II, Projeto Integrador III.
Contabilidade	Ciências Contábeis	01	Gestão de Custos, Contabilidade Geral, Administração Financeira, Projeto Integrador I, Projeto Integrador II, Projeto Integrador III.
Direito	Direito Público e Privado	01	Aspectos Legais da Gestão Empresarial, Gestão Socioambiental.
Economia	Economia	01	Gestão de Custos, Administração Financeira, Matemática Financeira, Projeto Integrador I, Projeto Integrador II, Projeto Integrador III.
Informática	Sistemas de Computação	01	Informática aplicada
Letras	Língua Brasileira de Sinais (Libras)	01	Libras
Letras	Língua Inglesa	01	Inglês instrumental
Letras	Língua Portuguesa	01	Português instrumental
Artes	Ensino de Artes Visuais	01	Artes, Educação Cultural e Música

Quadro 6 – Corpo docente existente no IFCE Campus Acopiara.

Docente	Titulação Máxima	Qualificação Profissional	Perfil Docente	Regime de Trabalho/Vínculo	Disciplinas
			Administração	Efetivo 40h/DE	Fundamentos em Administração, Gestão de Pessoas, Fundamentos em Marketing, Projeto Integrador I, Projeto Integrador II, Projeto Integrador III.
			Ciências Contábeis	Efetivo 40h/DE	Gestão de Custos, Contabilidade Geral, Administração Financeira, Projeto Integrador I, Projeto Integrador II, Projeto Integrador III
Vanessa Lopes Vasconcelos	Doutorado	Graduação em Direito	Direito	Efetivo 40h/DE	Aspectos Legais da Gestão Empresarial, Gestão Socioambiental.
Kelvio Felipe dos Santos.	Mestrado	Graduação em Ciências Econômicas	Ciências Econômica	Efetivo 40h/DE	Gestão de Custos, Administração Financeira, Matemática Financeira, Projeto Integrador I, Projeto Integrador II, Projeto Integrador III.
Matias Romário Pinheiro dos Santos.	Doutorado	Graduação em Ciências da Computação	Sistemas de Computação	Efetivo 40h/DE	Informática Aplicada
Cauê Jucá Ferreira Marques.	Mestrado	Licenciatura em Letras Libras	Língua Brasileira de Sinais	Efetivo 40h/DE	Libras
Rafael Gomes Cruz.	Especialista	Licenciatura em Música	Canto Popular	Efetivo 40h/DE	Artes.
Antônia Samila Rodrigues de Sousa	Mestre	Licenciatura em Letras Língua Portuguesa	Língua Portuguesa	Efetivo 40h/DE	Português Instrumental.

	Doutorado	Licenciatura em Letras Inglês	Língua Inglesa	Efetivo 40h/DE	Inglês Instrumental
--	-----------	----------------------------------	----------------	-------------------	---------------------

Fonte: Comissão de Elaboração do Projeto Pedagógico do Curso (2025).

19 CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Dentre as atribuições do cargo de Técnico Administrativo, destaca-se que desempenha um papel fundamental no funcionamento da Instituição, ajudando a garantir a eficiência e eficácia dos processos administrativos e educacionais.

Uma das principais atividades do Técnico Administrativo é o atendimento ao público, seja pessoalmente, por telefone ou e-mail. Nesse sentido, é fundamental que o profissional tenha habilidades de comunicação e relacionamento interpessoal, além de conhecimentos em informática e sistemas de gestão. O Técnico Administrativo também é responsável por realizar atividades administrativas como protocolo, arquivo, digitalização de documentos, elaboração de relatórios, entre outras.

Outra atribuição do Técnico Administrativo é a elaboração e análise de documentos e processos administrativos e educacionais. Isso inclui desde a conferência de peças processuais e despachos até a elaboração de pareceres e relatórios técnicos. Para exercer essa atividade, é importante que o profissional tenha conhecimentos específicos em direito e administração pública, além de habilidades de análise e interpretação de normas e regulamentos.

O quadro 7 descreve a necessidade de pessoal técnico administrativo para o funcionamento ideal do curso Técnico Concomitante em Administração.

Quadro 7 – Pessoal técnico-administrativo necessário ao funcionamento do Curso Técnico Concomitante em Administração para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) do IFCE campus Acopiara.

APOIO TÉCNICO ADMINISTRATIVO	Quantidade
Profissional de nível superior na área de Pedagogia ou Licenciatura, para coordenar as atividades de ensino, planejamento, orientação, supervisionando e avaliando estas atividades, para assegurar a regularidade do desenvolvimento do processo educativo. Assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.	2
Profissional de nível superior na área de Pedagogia, para implementar a execução, avaliar e coordenar a (re) construção do projeto pedagógico de escolas de educação infantil, de ensino médio ou ensino profissionalizante com a equipe escolar. Viabilizar o trabalho pedagógico coletivo e facilitar o processo comunicativo da comunidade escolar e de associações a ela vinculadas. Assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.	1

Profissional técnico de nível médio/intermediário na área de Informática para manter, organizar e definir demandas dos laboratórios de apoio ao curso.	1
Profissional de nível superior na área de Biblioteconomia para prover a organização e o apoio administrativo da biblioteca do <i>campus</i> .	1
Profissional de nível médio/intermediário para prover a organização e o apoio administrativo da secretaria do curso.	2
Profissional de nível fundamental/médio para assessorar os alunos.	1
TOTAL DE PESSOAL TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	8

Fonte: Comissão de Elaboração do Projeto Pedagógico do Curso.

O quadro 8 descreve o copo de técnicos-administrativos dos servidores do IFCE *campus* Acopiara, com formação de nível médio e/ou superior condizentes com as competências que o cargo exige.

Quadro 8 – Pessoal técnico-administrativo existente no IFCE *campus* Acopiara

[Nome	Cargo	Titulação	Atividade desenvolvida
Ana Paula Feitoza Saraiva	Assistente em administração	Especialista	Atua no apoio administrativo ao curso, incluindo atendimento a estudantes, organização de documentos acadêmicos, acompanhamento de processos de matrícula, certificação e registros escolares.
Francineuma Guedes Candido	Técnica em assuntos educacionais	Mestre	Desenvolve atividades de acompanhamento pedagógico, orientação educacional, apoio ao planejamento didático e acompanhamento da permanência e êxito dos estudantes da EJA.
Carlos Sergio dos Reis Santos	Auxiliar em administração	Especialista	Executa atividades de apoio administrativo, protocolo, organização de arquivos, controle de frequência e apoio às rotinas acadêmicas do curso.
Francisca Lionelle de Lavor Alves	Assistente em administração	Mestra	Atua no suporte à secretaria acadêmica, organização de documentos, atendimento ao público e apoio aos processos administrativos do curso.
Francisco Eurilan Marques da Silva	Assistente em administração	Graduado	Desenvolve atividades de apoio administrativo e acadêmico, especialmente relacionadas ao registro, tramitação de documentos e atendimento a estudantes.

[Nome	Cargo	Titulação	Atividade desenvolvida
Francisco Jesse Carneiro Lima	Assistente em administração	Especialista	Atua no apoio à gestão do curso, organização de documentos, emissão de declarações, acompanhamento de processos e atendimento institucional.
Jhony Rocha da Silva	Técnico em tecnologia da informação	Técnico	Responsável pelo suporte tecnológico ao curso, manutenção de laboratórios e equipamentos, instalação e configuração de softwares e apoio às atividades pedagógicas que utilizam recursos de informática.
Joanildo Alves da Silva	Técnico em assuntos educacionais	Mestre	Desenvolve atividades de orientação pedagógica, acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem, apoio à coordenação do curso e acompanhamento de estudantes da EJA.
Lucas Pereira de Alencar	Técnico de laboratório	Doutor	Responsável pelo apoio às atividades práticas e ao uso dos laboratórios de informática e demais ambientes de aprendizagem vinculados ao curso.
Maria Aline da Silva Batista	Assistente em administração	Doutora	Atua na organização administrativa e acadêmica do curso, incluindo apoio à secretaria, registros escolares, atendimento a estudantes e tramitação de processos.
Maria Aurissangela Pires Bezerra Coelho	Assistente de aluno	Especialista	Desenvolve atividades de acompanhamento discente, apoio à permanência e êxito, orientação quanto às rotinas institucionais e atendimento aos estudantes.
Maria Verbenes Alves Nogueira Leite	Técnica em contabilidade	Especialista	Atua no apoio às rotinas contábeis e financeiras da instituição, com acompanhamento de procedimentos administrativos, execução e conferência de registros contábeis e suporte às demandas orçamentárias e de prestação de contas relacionadas ao funcionamento do campus e de suas atividades acadêmicas.
Pauliana Alves de Oliveira	Assistente em administração	Especialista	Desenvolve atividades de apoio administrativo e acadêmico, incluindo atendimento ao público, organização de documentos, tramitação de processos, controle de registros e suporte às demandas institucionais vinculadas ao curso.

[Nome	Cargo	Titulação	Atividade desenvolvida
Rivelino Alexandre de Sousa	Tecnólogo-formação	Especialista	Atua no apoio técnico especializado às atividades institucionais compatíveis com sua área de formação, contribuindo com processos de gestão, suporte às ações acadêmicas e administrativas e assessoramento em atividades técnicas do campus.
Romero da Silva Benevides	Bibliotecário-documentalista	Especialista	Responsável pela gestão do acervo bibliográfico, atendimento aos usuários, orientação à pesquisa, apoio ao acesso à informação e suporte às atividades de ensino, pesquisa e extensão, contribuindo para o desenvolvimento das competências de estudo e investigação dos estudantes do curso.
Jacinto Faustino Americo	Auxiliar de Administração	Especialista	Executa atividades de apoio administrativo, organização e arquivamento de documentos, atendimento às rotinas institucionais, suporte aos setores acadêmicos e administrativos e auxílio no acompanhamento de demandas do curso.

Fonte: Comissão de Elaboração do Projeto Pedagógico do Curso (2025).

20 INFRAESTRUTURA

A infraestrutura física escolar contribui significativamente para a aprendizagem dos estudantes uma vez que:

- Promove a socialização dos estudantes: possibilitando o desenvolvimento de atividades práticas e de lazer, favorecendo o relacionamento interpessoal, entre os colegas e entre os estudantes e professores.
- Estimula a criatividade: atividades realizadas em ambientes diversos estimulam a curiosidade dos e autonomia dos discentes.
- Proporciona diferentes formas de aprender: cada pessoa possui uma maneira de aprender. Desta forma, diversificar a maneira como se ensina ou o espaço onde a aula acontece, contribui para o desenvolvimento de várias habilidades dos estudantes.
- Participação da família: dispor de um espaço estruturado permite à família que frequente mais a escola e participe de eventos e atividades que acolham a todos.
- Maior engajamento dos alunos: um ambiente estimulante e agradável, que oferece experiências diversificadas, favorece o interesse nas atividades e a interação no ambiente escolar.
- Melhora o desempenho acadêmico: uma formação que oferece experiências diversificadas, como o uso de laboratórios, metodologias inovadoras e recursos tecnológicos, promove o desenvolvimento de habilidades e competências necessárias para uma formação integral.

a. BIBLIOTECA

A biblioteca do IFCE – *campus* Acopiara funciona durante todos os dias letivos e nos horários em que forem realizadas aulas, incluindo os intervalos entre elas. Aos usuários vinculados ao *campus* Acopiara e cadastrados na biblioteca é concedido o empréstimo automatizado de livros. As formas de empréstimo são estabelecidas conforme regulamento de funcionamento próprio da biblioteca. A biblioteca possui ambiente climatizado, boa iluminação, acessibilidade, dispõe de

cabines com computadores com acesso à Internet, disponíveis para os alunos que desejem realizar estudos na instituição. Nas dependências da biblioteca há um espaço de estudo, com mesas para estudo coletivo, funcionando no mesmo horário da biblioteca.

Além disso, a biblioteca conta com o Sistema de Automação de Bibliotecas Sophia com títulos físicos. A partir deste, os discentes e servidores do *campus* podem realizar consultas ao acervo através do catálogo online, efetuar reservas de obras e renovações dos títulos emprestados.

i. Biblioteca Virtual Universitária (BVU)

O IFCE *campus* Acopiara disponibiliza acesso à Biblioteca Virtual Universitária (BVU) da empresa *Pearson Education*® a qual permite que todos os discentes e servidores tenham acesso a um acervo com mais de 15.000 obras no formato e-books das mais diversas áreas de conhecimento incluindo ciências biológicas, ciências ambientais, física, química, engenharia, português, informática e administração, dentre outros.

O acesso a BVU pode ser realizado através da própria página *Web* da biblioteca ou através de dispositivo móvel compatível Android ou iOS, tais como tablets e smartphones. A fim de acessá-la através da *Web*, o usuário deve utilizar o endereço eletrônico <http://bvu.ifce.edu.br/login.php>, e para realizar o login informar seu número de matrícula ou SIAPE, caso seja respectivamente, aluno ou servidor do IFCE, sendo a senha a mesma utilizada para acesso ao SUAP.

Além de ler qualquer obra disponibilizada pelo acervo da BVU, os usuários podem montar a sua própria estante virtual, fazer anotações, marcar páginas e até mesmo imprimir trechos dos livros. A biblioteca física do *campus* dispõe de computadores para acessar a BVU e realiza treinamentos para que os usuários se familiarizem com a plataforma.

ii. Portal de Periódicos CAPES

Instituições de ensino qualificadas possuem acesso ao Portal de Periódicos da CAPES, o que inclui o IFCE e todos os *campi*. O portal está disponível para

alunos e servidores que estejam consultando o portal através da rede local. Para acesso remoto é necessário vínculo institucional.

O portal é composto por mais de 38 mil periódicos com texto completo, 369 bases de referência e 11 bases específicas para patentes, além de livros, enciclopédias, normas técnicas e conteúdo audiovisual. Evidentemente, os materiais estão disponíveis em vários idiomas, incluindo o português, que possui uma quantidade relevante de materiais em diversas áreas do conhecimento.

O acesso ao portal é livre nas dependências da instituição. Caso o usuário deseje acessar a plataforma em outros locais, poderá fazê-lo através da Rede CAFe (Rede da Comunidade Acadêmica Federada). O portal oferece um espaço para disseminação seletiva da informação para usuários cadastrados, onde cada usuário pode escolher áreas de interesse e receber notificações de novas publicações, como uma assinatura de periódicos.

A biblioteca física do *campus* dispõe de computadores para acessar o Portal de Periódicos da CAPES e realiza treinamentos para que os usuários se familiarizem com a plataforma que poderá ser utilizada pela comunidade interna e externa do IFCE – *campus* Acopiara.

b. INFRAESTRUTURA FÍSICA E RECURSOS MATERIAIS

O quadro 9 apresenta a infraestrutura física do *campus* Acopiara indispensável para o desenvolvimento dos estudantes. Pois, de acordo com (VASCONCELOS et al., 2021):

O desempenho do aluno não depende somente de seu próprio esforço. Cabe ao poder público fornecer meios para que as escolas disponham de insumos básicos para exercer suas atividades com qualidade e para que todos os alunos tenham acesso a um ambiente favorável à aprendizagem, reduzindo, assim, as desigualdades no Ensino.

Quadro 9 – Infraestrutura física do campus Acopiara.

DEPENDÊNCIAS	QUANTIDADES
Almoxarifado	2
Área de convivência	2
Auditório	1
Banheiros	8
Biblioteca	1
Cantina	1
Coordenadoria de Assuntos Estudantis	1
Coordenadoria de Controle Acadêmico	1
Coordenadoria de Gestão de Pessoas	1
Coordenadoria de Licenciatura em Ciências Biológicas	1
Coordenadoria do Curso Técnico em Biotecnologia	1
Coordenadoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação	1
Coordenadoria de Especialização	1
Coordenadoria de Técnico em Tradução e Interpretação de Libras/Laboratório de tradução	1
Coordenadoria de Tecnologia da Informação	1
Coordenadoria do Curso Licenciatura em Letras Libras	1
Coordenadoria do Curso Técnico em Informática Coordenadoria do Curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática	1
Coordenadoria do NAPNE/Coordenadoria de Extensão	1
Coordenadoria do NEABI	1
Coordenadoria Técnico-Pedagógica	1
Departamento de Administração e Planejamento	1
Departamento de Ensino	1
Elevador	2
Laboratórios	11
Quadra de vôlei de praia	1
Quadra poliesportiva	1
Recepção e Protocolo	1

Sala de atendimento	1
Sala de Direção	1
Sala de Estudos	1
Sala de Professores	1
Sala de reuniões	1
Salas de Aulas	10
Setor Administrativo	1
Setor de comunicação	1
Setor de esporte	1
Setor de infraestrutura	1
Setor de saúde	1

Fonte: Comissão de Elaboração do Projeto Pedagógico do Curso.

i. Infraestrutura de Laboratórios

O IFCE *campus* Acopiara possui estrutura laboratorial condizente com a demanda de oferta do Curso Técnico Concomitante em Administração, eles estão equipados com reagentes, insumos e equipamentos necessários para a realização do ensino-aprendizagem de qualidade, de forma a contribuir positivamente com o desenvolvimento do comércio na região de abrangência.

ii. Infraestrutura de Laboratórios de Informática Conectado à Internet

O Curso Técnico Concomitante em Administração dispõe de ambientes de ensino e aprendizagem integrados e compartilhados com os cursos do eixo tecnológico já presentes no *campus Acopiara*, sendo especificados a seguir laboratório de redes e sistemas operacionais (quadro 10):

Quadro 10 – Laboratório de Redes e Sistemas Operacionais.

LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA	
Descrição:	Laboratório equipado com computadores e internet para desenvolvimento de atividades práticas dos componentes curriculares relacionados à operação e documentação de pesquisa científica sobre inovação tecnológica.

Componentes curriculares com atividades previstas:	Disciplinas do curso
Materiais, equipamentos e infraestrutura:	
Descrição:	Quantidade:
Desktops com conectividade à Internet	36
Mesas para computadores	36
Cadeiras	36
Software de análise de dados	05
Quadro branco	01
Projetor	01
Caixa de som	02

Fonte: Comissão de Elaboração do Projeto Pedagógico do Curso.

A respeito do Laboratório de Redes e Sistemas Operacionais, inúmeros são os componentes curriculares relacionados ao curso, os quais permitem que suas atividades práticas sejam contempladas pelo mesmo, abrangendo, portanto, desde as disciplinas da BNCC relacionadas à leitura e produção de texto, história, geografia, matemática, biologia, química, física, filosofia e sociologia, a abordagem específicas da administração.

REFERÊNCIAS

- ACOPIARA. **Dados do município**. 2017. Disponível em: <https://acopiara.ce.gov.br/omunicipio.php>. Acesso em: **20 out. 2025**.
- ARROYO, M. G. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- BARBOSA, E. F.; MOURA, D. G. de. **Metodologias ativas de aprendizagem na educação profissional e tecnológica**. Boletim Técnico do Senac, [S. l.], 2013.
- BRASIL. **Lei nº 14.945, de 31 de julho de 2024**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a fim de definir diretrizes para o ensino médio, e as Leis nºs 14.818, de 16 de janeiro de 2024, 12.711, de 29 de agosto de 2012, 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e 14.640, de 31 de julho de 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/l14945.htm. Acesso em: **24 out. 2025**.
- BRASIL. **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos**. 4. ed. Brasília, DF: MEC, 2021. Disponível em: <http://cnct.mec.gov.br/pesquisa?query=Biotecnologia&pagina=1>. Acesso em: **28 out. 2025**.
- BRASIL. **Decreto-Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969**. Dispõe sobre tratamento excepcional para os alunos portadores das afecções que indica. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 22 out. 1969. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del1044.htm. Acesso em: **1º nov. 2025**.
- BRASIL. **Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002**. Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. Brasília, DF, 25 jun. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4281.htm. Acesso em: **5 nov. 2025**.
- BRASIL. **Decreto nº 5.622, de 20 de dezembro de 2005**. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394/1996, que dispõe sobre a organização da educação a distância. Brasília, DF, 20 dez. 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/portarias/dec5.622.pdf>. Acesso em: **9 nov. 2025**.
- BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras), e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, DF, 22 dez. 2005. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2005/decreto-5626-22-dezembro-2005-539842-publicacaooriginal-39399-pe.html>. Acesso em: **13 nov. 2025**.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: **17 nov. 2025**.
- BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 6 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: **12 dez. 2025**.
- BRASIL. **Lei nº 15.388, de 14 de abril de 2026**. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 14 abr. 2026. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/>. Acesso em: 16 abr. 2026.
- BRASIL. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Regulamenta a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 nov. 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso em: **12 dez. 2025**.

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999.** Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, DF, 27 abr. 1999. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1999/lei-9795-27-abril-1999-373224-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 7 dez. 2025.

BRASIL. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001.** Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, DF, 9 jan. 2001. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2001/lei-10172-9-janeiro-2001-359024-normaactualizada-pl.html>. Acesso em: 7 dez. 2025.

BRASIL. **Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003.** Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Brasília, DF, 1º out. 2003. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2003/lei-10741-1-outubro-2003-497511-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 21 nov. 2025.

BRASIL. **Lei nº 10.793, de 1º de dezembro de 2003.** Altera a redação do art. 26, § 3º, e do art. 92 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, tratando da educação física na educação básica. Brasília, DF, 1º dez. 2003. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.793.htm. Acesso em: 25 nov. 2025.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 10 mar. 2008. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm. Acesso em: 29 nov. 2025.

BRASIL. **Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008.** Altera dispositivos da Lei nº 9.394/1996 para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica.

Brasília, DF, 16 jul. 2008. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2008/lei-11741-16-julho-2008-578206-publicacaooriginal-101089-pl.html>. Acesso em: 7 dez. 2025.

BRASIL. **Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.** Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 26 set. 2008. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111788.htm. Acesso em: 20 out. 2025.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 29 dez. 2008. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm. Acesso em: 24 out. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.006, de 26 de junho de 2014.** Acrescenta § 8º ao art. 26 da Lei nº 9.394/1996 para obrigar a exibição de filmes de produção nacional nas escolas de educação básica. Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13006-26-junho-2014-778954-publicacaooriginal-144445-pl.html>. Acesso em: 28 out. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.010, de 26 de junho de 2014.** Altera o Estatuto da Criança e do Adolescente para estabelecer o direito de serem educados sem castigos físicos ou tratamento cruel ou degradante, e altera a Lei nº 9.394/1996. Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13010-26-junho-2014-778958-publicacaooriginal-144449-pl.html>. Acesso em: 1º nov. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017.** Altera a Lei nº 9.394/1996 e a Lei nº 11.494/2007, bem como dispositivos da CLT e do Decreto-Lei nº 236/1967, e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 16 fev. 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm.

Acesso em: **5 nov. 2025.**

BRASIL. MINISTÉRIO DA MULHER. **Resolução CNCD/LGBT nº 12, de 16 de janeiro de 2015.** Estabelece parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas travestis e transexuais e demais pessoas cuja identidade de gênero não é reconhecida em diferentes espaços sociais, nos sistemas e instituições de ensino. Brasília, DF, 2015.

Disponível em:

https://www.gov.br/mdh/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/old/cncd-lgbt/resolucoes/resolucao-012/@@@download/file/resolucao-12-cncd_lgbt.pdf. Acesso em: **9 nov. 2025.**

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. **Parecer CNE/CEB nº 39/2004, de 8 de dezembro de 2004.** Aplicação do Decreto nº 5.154/2004 na educação profissional técnica de nível médio e no ensino médio. Brasília, DF, 2004. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/escola-de-gestores-da-educacao-basica/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/12739-ceb-2004>. Acesso em: **13 nov. 2025.**

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.** Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, e nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelecem normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 3 dez. 2004. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em: **21 nov. 2025.**

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução nº 75, de 13 de agosto de 2018.** Revoga as Resoluções nº 55/2015 e nº 50/2017 e define as normas de funcionamento do colegiado dos cursos técnicos e de graduação do IFCE. Brasília, DF, 2018. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb001_03.pdf. Acesso em: **25 nov. 2025.**

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. **Resolução CNE/CEB nº 1, de 21 de janeiro de 2004.** Estabelece as diretrizes nacionais para a organização e a realização de estágio de alunos da educação profissional e do ensino médio, inclusive nas modalidades de educação especial e de educação de jovens e adultos. Portal MEC, Brasília, DF, 2004. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/res1.pdf>. Acesso em: **29 nov. 2025.**

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CONSELHO PLENO. **Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004.** Institui diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Brasília, DF, 2004. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>. Acesso em: **3 dez. 2025.**

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR. **Resolução CNE/CES nº 3, de 2 de julho de 2007.** Dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula. Brasília, DF, 2007. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces003_07.pdf. Acesso em: **7 dez. 2025.**

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CONSELHO PLENO. **Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012.** Estabelece as diretrizes nacionais para a educação em direitos humanos. Brasília, DF, 2012. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp001_12.pdf. Acesso em: **11 dez. 2025.**

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CONSELHO PLENO. **Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012.** Estabelece as diretrizes curriculares nacionais para a educação ambiental. Brasília, DF, 2012. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp002_12.pdf. Acesso em: **20 out. 2025.**

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. **Resolução CNE/CEB nº 1, de 5 de dezembro de 2014.** Atualiza e define novos critérios para a composição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. Brasília, DF, 2014. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16705-res1-2014-cne-ceb-05122014&category_slug=dezembro-2014-pdf&Itemid=30192. Acesso em: **24 out. 2025.**

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CONSELHO PLENO. **Resolução nº 3, de 21 de novembro de 2018.** Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Diário Oficial da União, n. 224, p. 21, 22 nov. 2018. Disponível em:

https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/51281622. Acesso em: **28 out. 2025.**

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. **Parecer CNE/CEB nº 11/2000, aprovado em 10 maio 2000.** Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília, DF, 2000a.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. **Resolução CNE/CEB nº 1, de 5 de julho de 2000.** Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília, DF, 2000b.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. **Parecer CNE nº 2/2003, aprovado em 19 fev. 2003.** Recreio como atividade escolar. Brasília, DF, 2003.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. **Parecer CNE nº 39/2004 – CEB.** Aplicação do Decreto nº 5.154/2004 na Educação Profissional Técnica de nível médio e no Ensino Médio. Brasília, DF, 2004a.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. **Resolução CNE/CEB nº 1, de 21 de janeiro de 2004.** Estabelece Diretrizes Nacionais para a organização e a realização de Estágio de alunos da Educação Profissional e do Ensino Médio, inclusive nas modalidades de Educação Especial e de Educação de Jovens e Adultos. Brasília, DF, 2004b.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR. **Resolução CNE/CES nº 3, de 2 de julho de 2007.** Dispõe sobre o conceito de hora-aula. Brasília, DF, 2007. (ver também entrada com link).

CAGED. **Informações para o Sistema Público de Emprego e Renda – Dados por Município.** 2021. Disponível em: https://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_isper/index.php.

Acesso em: **1º nov. 2025.**

FRIGOTTO, G. **A nova e a velha faces da crise do capital e o labirinto dos referenciais teóricos.** In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. (org.). *Teoria e educação no labirinto do capital*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. p. 21-46.

IBGE. **Censo 2022 – Panorama.** 2022. Disponível em:

<https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso em: **5 nov. 2025.**

IFCE. **Documento norteador dos cursos técnicos integrados ao ensino médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE).** 2. ed. Fortaleza, CE, 2022.

IFCE. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2024–2028.** Resolução CONSUP nº 144, de 20 dez. 2023. Fortaleza, CE, 2023. Disponível em: <https://pdi.ifce.edu.br/>. Acesso em: **9 nov. 2025.**

- IFCE. **Projeto político-pedagógico institucional**. Fortaleza, CE, 2018. 154 p. Disponível em: https://ifce.edu.br/proen/ensino/ppi-versao-final_0811018_.pdf. Acesso em: **13 nov. 2025**.
- IFCE. **PRÓ-REITORIA DE ENSINO. Plano Estratégico para Permanência e Êxito dos Estudantes do IFCE (2017–2024)**. Fortaleza, CE, 2017. Disponível em: <https://ifce.edu.br/proen/ensino/plano-de-permanencia-e-exito.pdf>. Acesso em: **17 nov. 2025**.
- IFCE. **Regulamento da Organização Didática – ROD**. Fortaleza, CE, 2015. Disponível em: https://ifce.edu.br/espaco-estudante/regulamento-de-ordem-didatica/arquivos/Rod_atualizado_1.pdf. Acesso em: **21 nov. 2025**.
- IFCE. **Regulamento dos NAPNES do IFCE**. Fortaleza, CE, 2015. Disponível em: <https://ifce.edu.br/proext/arquivos/resolucao-no-050-14-de-dezembro-de-2015-napnes.pdf>. Acesso em: **25 nov. 2025**.
- IFCE. **Resolução CONSUP nº 28, de 8 de agosto de 2014**. Dispõe sobre o Manual de Estágio do IFCE. Fortaleza, CE, 2014. Disponível em: https://ifce.edu.br/maracanau/menu/setor-de-estagios/resoluo-n-028-2014-_-manual-do-estagario.pdf/@download/file/RESOLUO%20N%20028-2014%20_%20Manual%20do%20Estagario.pdf. Acesso em: **29 nov. 2025**.
- IFCE. **Resolução CONSUP nº 39, de 22 de agosto de 2016**. Aprova a Regulamentação das Atividades Docentes (RAD) do IFCE. Fortaleza, CE, 2016. Disponível em: <https://ifce.edu.br/proen/039AprovaRegulamentaodasAtividadesDocentes.pdf>. Acesso em: **3 dez. 2025**.
- IFCE. **Resolução CONSUP nº 100, de 27 de setembro de 2017**. Estabelece procedimentos para criação, suspensão e extinção de cursos no IFCE. Fortaleza, CE, 2017. Disponível em: <https://ifce.edu.br/proen/acoes-e-programas/AprovaoRegulamentoparaCriaoSuspensodeOferta deNovasTurmasReaberturaeExtinodeCursosdoIFCE.pdf>. Acesso em: **7 dez. 2025**.
- IFCE. **Resolução CONSUP nº 141, de 18 de dezembro de 2023**. Aprova o Manual de Normatização de Projetos Pedagógicos dos Cursos do IFCE. Fortaleza, CE, 2023. Disponível em: <https://ifce.edu.br/instituto/documentos-institucionais/resolucoes/2023/anexo-resolucao-141.pdf>. Acesso em: **11 dez. 2025**.
- IFCE. **Resolução nº 24, de 1º de março de 2023**. Aprova o Regulamento de Auxílios Estudantis no âmbito do IFCE. Fortaleza, CE, 2023. Disponível em: <https://ifce.edu.br/espaco-estudante/assistencia-estudantil/regulamento-de-auxilios-estudantis-do-ifce/>. Acesso em: **20 out. 2025**.
- IFCE. **Resolução CONSUP nº 61, de 1º de junho de 2023**. Altera *ad referendum* o Anexo da Resolução nº 24/2023, que trata do Regulamento de Auxílios Estudantis do IFCE. Fortaleza, CE, 2023. Disponível em: <https://ifce.edu.br/espaco-estudante/assistencia-estudantil/regulamento-de-auxilios-estudantis-do-ifce/>. Acesso em: **24 out. 2025**.
- INEP. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2022**. Brasília, DF: Inep, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-basica>. Acesso em: **28 out. 2025**.
- INEP. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) 2021**. Brasília, DF: Inep, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb/resultados>. Acesso em: **1º nov. 2025**.
- IPECE. **Ceará em Figuras**. Fortaleza, CE, 2019. Disponível em: http://www2.ipece.ce.gov.br/atlas/capitulo1/11/images2x/Regioes_Metrop_Microrregioes_Ad_m_2019.jpg. Acesso em: **5 nov. 2025**.

IPECE. **Perfil das regiões de planejamento: Centro-Sul**. Fortaleza, CE, 2023. Disponível em: <http://ipecedata.ipece.ce.gov.br/ipece-data-web/module/perfil-regional.xhtml>. Acesso em: **9 nov. 2025**.

VEIGA, I. P. A. **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 29. ed. Campinas, SP: Papirus, 2013.

.

ANEXOS

PROGRAMAS DE UNIDADES DIDÁTICAS OBRIGATÓRIAS (PUD'S)



INSTITUTO FEDERAL
Ceará
Campus Acopiara

DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO TÉCNICO CONCOMITANTE EM ADMINISTRAÇÃO, NA
MODALIDADE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: Informática Aplicada		
Código:	Carga horária total: 40h	Créditos: 02
Nível: Técnico	Semestre: 1º Semestre	Pré-requisitos: Não
CARGA HORÁRIA	Teórica: 40h	Prática: 0h
	Presencial: 40h	Distância: 0h
	Prática Profissional: Não se aplica.	
	Atividades não presenciais: 8h.	
	Extensão: Não se aplica.	
EMENTA		
Introdução ao computador: Hardware, Software, Sistemas Operacionais Desktop e Móvel; Email; Internet; Sistemas institucionais; Gerenciamento e Armazenamento em Nuvem; Pacotes de Escritório: Documentos, Planilhas, Apresentações, Formulários, Conferências Web, Sala de Aula Virtual; Usabilidade: Navegadores, Limpeza de Cache, Ambientação dos Sistemas Operacionais, Outros. Aborda, de forma transversal, a relação entre tecnologias digitais, inclusão/exclusão digital, desigualdades étnico-raciais e direitos humanos, problematizando o acesso à informação por populações negras e indígenas.		
OBJETIVOS		
Desenvolver conhecimentos e habilidades básicas para o uso de tecnologias digitais no contexto acadêmico, pessoal e profissional, possibilitando ao estudante utilizar computador, internet, e ferramentas digitais de apoio às atividades iniciais do curso técnico em Administração, de forma ética, crítica e funcional.		
Objetivos específicos		
Compreender noções básicas de hardware, software e sistemas operacionais.		
Utilizar recursos essenciais do computador e de dispositivos móveis para atividades de estudo e trabalho.		
Navegar na internet e utilizar e-mail com autonomia e segurança.		
Acessar e utilizar sistemas institucionais e ambientes virtuais de aprendizagem.		
Produzir documentos, planilhas e apresentações simples com ferramentas de escritório.		
Utilizar recursos de armazenamento em nuvem para organizar e compartilhar arquivos.		
Desenvolver práticas básicas de usabilidade digital, incluindo organização de arquivos, uso de navegadores e manutenção elementar do ambiente digital.		
Refletir sobre inclusão e exclusão digital, com atenção às desigualdades sociais, étnico-raciais e ao acesso à informação como direito.		
PROGRAMA		

Unidade I – Fundamentos da informática

Conceitos básicos de informática.

Hardware e software.

Tipos de dispositivos digitais.

Sistemas operacionais desktop e móvel.

Noções básicas de organização de arquivos e pastas.

Unidade II – Internet, e-mail e sistemas digitais

Navegação na internet e uso de navegadores.

Pesquisa de informações e reconhecimento de fontes confiáveis.

Criação e uso de e-mail.

Envio de mensagens, anexos e organização da caixa de entrada.

Acesso a sistemas institucionais e ambientes virtuais.

Unidade III – Ferramentas digitais de produtividade

Editor de textos: digitação, formatação e produção de documentos simples.

Planilhas eletrônicas: organização de dados e operações básicas.

Apresentações digitais: criação de slides simples.

Armazenamento e compartilhamento de arquivos em nuvem.

Noções básicas de formulários, conferências web e ferramentas colaborativas.

Unidade IV – Usabilidade, cidadania digital e inclusão

Uso funcional do sistema operacional e dos navegadores.

Limpeza de cache e cuidados básicos com o desempenho do equipamento.

Segurança digital básica: senhas, privacidade e atenção a golpes.

Inclusão e exclusão digital.

Tecnologias digitais, desigualdades étnico-raciais e direitos humanos.

METODOLOGIA DE ENSINO

- As atividades pedagógicas compreenderão a realização de aulas teóricas expositivas, seminários e trabalhos grupais e/ou individuais. As aulas expositivas serão orientadas para a contextualização e interdisciplinaridade, visando estabelecer conexões entre os conteúdos teóricos abordados e situações do cotidiano dos discentes, bem como com outras áreas do conhecimento. A participação ativa dos alunos será considerada um elemento crucial durante o desenvolvimento das aulas, sendo constantemente incentivada para promover a curiosidade e estimular a pesquisa.
- Por sua vez, as atividades práticas serão conduzidas em conformidade com as normativas pertinentes, envolvendo a execução de procedimentos e técnicas necessárias para a consolidação e aprofundamento dos conhecimentos teóricos adquiridos.
- As atividades não presenciais serão sistematizadas e postadas pelo professor no sistema Q-Acadêmico e consistirão em: atividades de leitura e elaboração de análise crítica e/ou fichamentos de livros, textos base, texto-vídeos, entre outros; atividades de aprofundamento, tais como exercícios, questionários e estudos dirigidos; estudos de caso, resolução de situações-problema e análises; participação em aulas virtuais síncronas ou, preferencialmente, assíncronas; e demais atividades.

RECURSOS

- Quadro branco, pincel e apagador;
- Material didático (Livros);
- Recursos audiovisuais (projektor, computador, etc.);

AValiação

- As avaliações serão conduzidas através da atribuição de notas, que serão distribuídas em pelo menos duas partes: N1e N2. Essas notas serão resultado de diferentes formas de avaliação, tais como provas escritas, elaboração de relatórios, realização de trabalhos de pesquisa individuais, resolução de listas de exercícios e participação em seminários. A avaliação tem perspectiva diagnóstica, contínua e cumulativa por intermédio de aferições diárias, semanais e/ou mensais. A frequência é obrigatória, respeitando os limites de ausência previstos em lei, sendo componente de avaliação, com a predominância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados parciais sobre os obtidos em provas finais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. ALMEIDA, Mário de Souza. Administração da tecnologia de informação e comunicação: da informática básica à gestão do conhecimento. Rio de Janeiro, RJ: Freitas Bastos, 2024. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 14 out 2025.
2. JOÃO, Belmiro do Nascimento (org.). Informática aplicada. São Paulo: Pearson, 2015. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 14 out 2025.
3. KIMURA, Alio. Informática aplicada a estruturas de concreto armado. 2. ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2018. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 14 out 2025.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. JOÃO, Belmiro N. Informática Aplicada. 2. ed. São Paulo: Pearson, 2019. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br> . Acesso em 20 de set. 2022.
2. JOÃO, Belmiro do Nascimento (org.). Informática aplicada. 2. ed. São Paulo: Pearson, 2019. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 14 out 2025.
3. CAPRON, H. L.; JOHNSON, J. A. Introdução à informática. 8. ed. São Paulo: Pearson, 2004. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 14 out 2025.
4. BITTENCOURT, Sidney. Licitação de tecnologia da informação: contratações de bens e serviços de informática e automação. Leme: JH Mizuno, 2018. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 14 out 2025.
5. FILHO, Oscar Gabriel. Inteligência artificial e aprendizagem de máquina: aspectos teóricos e aplicações. São Paulo, SP: Blucher, 2023. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 14 out 2025
6. PISCHETOLA, Magda. Inclusão digital e educação: a nova cultura da sala de aula. 1. ed. São Paulo: Vozes, 2016. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 12 dez 2025.



INSTITUTO FEDERAL
Ceará
Campus Acopiara

DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO TÉCNICO CONCOMITANTE EM ADMINISTRAÇÃO, NA
MODALIDADE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: Português instrumental		
Código:	Carga horária total: 40h	Créditos: 02
Nível: Técnico	Ano: 1º Semestre	Pré-requisitos: Não
CARGA HORÁRIA	Teórica: 40h	Prática: 0h
	Presencial: 40h	Distância: 0h
	Prática Profissional: Não se aplica.	
	Atividades não presenciais: 8h.	
	Extensão: Não se aplica.	
EMENTA		
Ortografia Oficial. Pontuação. Uso da Crase. Concordância Nominal e Verbal. Regência Nominal e Verbal. Interpretação e Compreensão de Textos. Redação Oficial. Figuras de Linguagem. Tipologias textuais. Gêneros textuais. Integra a Educação das Relações Étnico-Raciais e os Direitos Humanos por meio da leitura, análise e produção de textos que tematizam a diversidade cultural brasileira, com destaque para produções de autores negros e indígenas.		
OBJETIVOS		
Objetivo Geral Desenvolver a competência comunicativa dos estudantes, por meio do estudo da língua portuguesa em suas modalidades oral e escrita, favorecendo a leitura, a interpretação e a produção de textos adequados a diferentes situações comunicativas, especialmente no contexto profissional e administrativo, considerando as especificidades da Educação de Jovens e Adultos e promovendo o respeito à diversidade cultural, às relações étnico-raciais e aos direitos humanos. Objetivos Específicos Aprimorar o uso da norma padrão da língua portuguesa, com atenção à ortografia oficial, pontuação, concordância e regência. Desenvolver habilidades de leitura e interpretação de textos de diferentes gêneros e tipologias. Produzir textos claros, coesos e coerentes, adequados a situações acadêmicas, sociais e profissionais. Utilizar a linguagem formal em documentos e comunicações oficiais. Reconhecer e empregar diferentes gêneros textuais, especialmente aqueles utilizados na área administrativa. Desenvolver a capacidade de argumentação, síntese e organização de ideias. Compreender a linguagem como instrumento de participação social e exercício da cidadania. Valorizar a diversidade linguística e cultural brasileira, por meio da leitura e análise de textos de diferentes autores e contextos. Promover a reflexão sobre as relações étnico-raciais e os direitos humanos por meio da leitura, interpretação e produção de textos. Incentivar o uso da linguagem como ferramenta para o mundo do trabalho, especialmente nas atividades administrativas.		
PROGRAMA		

Unidade 1 — Língua, comunicação e leitura

Linguagem, língua e comunicação

Leitura e interpretação de textos

Compreensão textual

Coesão e coerência

Tipologias textuais

Gêneros textuais

Leitura de textos do cotidiano, acadêmicos e profissionais

Unidade 2 — Norma padrão da língua portuguesa

Ortografia oficial

Acentuação gráfica

Uso da crase

Pontuação

Concordância nominal

Concordância verbal

Regência nominal

Regência verbal

Unidade 3 — Produção textual

Estrutura do texto

Organização de ideias

Parágrafo

Resumo e síntese

Produção de textos informativos

Produção de textos argumentativos

Produção de textos formais

Unidade 4 — Redação oficial e linguagem profissional

Comunicação formal

Redação oficial

Ofício

Memorando

Relatório

Requerimento

Ata

E-mail profissional

Linguagem adequada ao ambiente de trabalho

Unidade 5 — Recursos expressivos da linguagem

Figuras de linguagem

Sentido literal e figurado

Linguagem formal e informal

Variação linguística

Linguagem e cultura

METODOLOGIA DE ENSINO
• As atividades pedagógicas compreenderão a realização de aulas teóricas expositivas, seminários e trabalhos grupais e/ou individuais. As aulas expositivas serão orientadas para a contextualização e interdisciplinaridade, visando estabelecer conexões entre os conteúdos teóricos abordados e situações do cotidiano dos discentes, bem como com outras áreas do conhecimento. A participação ativa dos alunos será considerada um elemento crucial durante o desenvolvimento das aulas, sendo constantemente incentivada para promover a curiosidade e estimular a pesquisa. • Por sua vez, as atividades práticas serão conduzidas em conformidade com as normativas pertinentes, envolvendo a execução de procedimentos e técnicas necessárias para a consolidação e aprofundamento dos conhecimentos teóricos adquiridos. • As atividades não presenciais serão sistematizadas e postadas pelo professor no sistema Q-Acadêmico e consistirão em: atividades de leitura e elaboração de análise crítica e/ou fichamentos de livros, textos base, texto-vídeos, entre outros; atividades de aprofundamento, tais como exercícios, questionários e estudos dirigidos; estudos de caso, resolução de situações-problema e análises; participação em aulas virtuais síncronas ou, preferencialmente, assíncronas; e demais atividades.
RECURSOS
• Quadro branco, pincel e apagador; • Material didático (Livros); • Recursos audiovisuais (projektor, computador, etc.);
AValiação
• As avaliações serão conduzidas através da atribuição de notas, que serão distribuídas em pelo menos duas partes: N1e N2. Essas notas serão resultado de diferentes formas de avaliação, tais como provas escritas, elaboração de relatórios, realização de trabalhos de pesquisa individuais, resolução de listas de exercícios e participação em seminários. A avaliação tem perspectiva diagnóstica, contínua e cumulativa por intermédio de aferições diárias, semanais e/ou mensais. A frequência é obrigatória, respeitando os limites de ausência previstos em lei, sendo componente de avaliação, com a predominância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados parciais sobre os obtidos em provas finais.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
1. GUIMARÃES, Thelma de Carvalho (org.). Língua portuguesa I. São Paulo: Pearson, 2014. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br. Acesso em: 09 out 2025. 2. RICARDO, Stella Maris Bortoni -. Português brasileiro, a língua que falamos. São Paulo: Contexto, 2021. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br. Acesso em: 09 out 2025. 3. DEMO, Pedro. O porvir: desafios das linguagens do século XXI. Curitiba: Intersaberes, 2012. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br. Acesso em: 09 out 2025.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. ROBERTS, I. (org.); KATO, M. A. Português brasileiro: uma viagem diacrônica. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2018. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 09 out 2025.
2. ERSE, Ricardo; SANTANA, Carolina Duarte de Azevedo Moraes. Português total: concursos, vestibulares e Enem. 2. ed. Indaiatuba, SP: Foco, 2018. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 09 out 2025.
3. NEVES, Tânia. Português Facilitado. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2025. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 09 out 2025.
4. MARCONDES, Beatriz; MENEZES, Gilda; TOSHIMITSU, Thaís. Como usar outras linguagens na sala de aula. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2010. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 09 out 2025.
5. PERINI, M. A. Gramática descritiva do português brasileiro. São Paulo: Vozes, 2016. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 09 out 2025.
6. MUNANGA, Kabengele. **Negritude**: usos e sentidos. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 12 dez 2025.
7. CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no brasil**. 1. ed. São Paulo: Summus, 2011. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 12 dez 2025.
8. RATTS, Alex; RIOS, Flavia. **Lelia Gonzalez**. 1. ed. São Paulo: Selo Negro Edições, 2010. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 12 dez 2025.
9. KRENAK, Ailton; SILVESTRE, Helena; SANTOS, Boaventura de Sousa. **O sistema e o antissistema**: três ensaios, três mundos no mesmo mundo. 1. ed. São Paulo: Autêntica, 2021. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 12 dez 2025.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico



DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO TÉCNICO CONCOMITANTE EM ADMINISTRAÇÃO, NA
MODALIDADE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: - Fundamentos em Administração		
Código:	Carga horária total: 80h	Créditos: 04
Nível: Técnico	Semestre: 1º Semestre	Pré-requisitos: Não
CARGA HORÁRIA	Teórica: 80h	Prática: 4h
	Presencial: 80h	Distância: 0h
	Prática Profissional: Não se aplica.	
	Atividades não presenciais: 16h	
	Extensão: Não se aplica.	
EMENTA		
Histórico sobre a evolução da administração enquanto ciência. Papel do administrador. Funções administrativas. Introdução às principais teorias da administração. Discute o desenvolvimento histórico da Administração também à luz das relações de poder, colonialismo e das desigualdades étnico-raciais no mundo do trabalho, considerando a atuação de populações negras e indígenas na economia brasileira.		
OBJETIVOS		
• Entender a evolução histórica da Administração, relacionando-a a contextos econômicos, políticos e sociais; • Compreender as principais escolas da Administração e suas contribuições para a teoria e a prática da gestão; • Compreender as funções e o papel do administrador nas organizações contemporâneas; • Entender como se estrutura uma organização internamente, considerando hierarquia, departamentalização e áreas funcionais; • Identificar a importância da Administração na sociedade moderna, especialmente na organização do trabalho, da produção e dos serviços; • Analisar criticamente como as práticas administrativas podem reproduzir ou combater desigualdades étnico-raciais, de gênero e de classe, discutindo o racismo institucional e a responsabilidade social das organizações; • Reconhecer a relevância de políticas e práticas de gestão orientadas por princípios de equidade, diversidade e respeito aos direitos humanos..		
PROGRAMA		

UNIDADE I - NOÇÕES DE MERCADO

- O que é mercado. Velhas e novas concepções de mercado.
- Organizações. Tipos de organizações.
- Processo produtivo e as Revoluções industriais.
- Cadeia de valor.
- Concorrência e estratégia.

UNIDADE II - O SURGIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO E O CONCEITO DA ADMINISTRAÇÃO COMO CIÊNCIA.

- Os antecedentes da Administração científica;
- O contexto em que surge a Administração como ciência (preceitos da Administração científica, Eficiência e eficácia, Divisão do trabalho)
- O conceito de Administração;

UNIDADE III - ESCOLAS DA ADMINISTRAÇÃO

- Escolas com ênfase nas tarefas;
- Escolas com ênfase nas pessoas;
- Escolas com ênfase no ambiente.

UNIDADE IV - FUNÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO E O PAPEL DO ADMINISTRADOR.

- Planejamento, Organização, Direção e Controle.
- O papel do administrador.

UNIDADE V - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

- Hierarquia, departamentalização e organograma
- As áreas da administração: Marketing, Finanças, Recursos Humanos, Produção e Logística.

UNIDADE VI - A ADMINISTRAÇÃO NA SOCIEDADE MODERNA

- Importância, Desafios e Tendências
- Administração, raça e classe no Brasil: divisão racial do trabalho, racismo institucional e desafios da gestão voltada à promoção da igualdade racial e dos direitos humanos.

METODOLOGIA DE ENSINO

- As atividades pedagógicas compreenderão a realização de aulas teóricas expositivas, seminários e trabalhos grupais e/ou individuais. As aulas expositivas serão orientadas para a contextualização e interdisciplinaridade, visando estabelecer conexões entre os conteúdos teóricos abordados e situações do cotidiano dos discentes, bem como com outras áreas do conhecimento. A participação ativa dos alunos será considerada um elemento crucial durante o desenvolvimento das aulas, sendo constantemente incentivada para promover a curiosidade e estimular a pesquisa.
- Por sua vez, as atividades práticas serão conduzidas em conformidade com as normativas pertinentes, envolvendo a execução de procedimentos e técnicas necessárias para a consolidação e aprofundamento dos conhecimentos teóricos adquiridos.
- As atividades não presenciais serão sistematizadas e postadas pelo professor no sistema Q-Acadêmico e consistirão em: atividades de leitura e elaboração de análise crítica e/ou fichamentos de livros, textos base, texto-vídeos, entre outros; atividades de aprofundamento, tais como exercícios, questionários e estudos dirigidos; estudos de caso, resolução de situações-problema e análises; participação em aulas virtuais síncronas ou, preferencialmente, assíncronas; e demais atividades.

RECURSOS

- Serão utilizados os seguintes recursos didáticos:
- Quadro branco, pincel e apagador;
- Recursos audiovisuais (projektor, computador, etc.);
- Uso de laboratório;
- Aplicativos educativos disponíveis para smartphones e androides.

AValiação

- As avaliações serão realizadas mediante notas, divididas, no mínimo, em duas notas: N1 e N2, que corresponderão a: provas escritas e orais, relatórios, trabalhos de pesquisa individual e em grupo e debates em forma de seminário.
- Avaliação tem perspectiva diagnóstica, contínua e cumulativa por intermédio de aferições diárias, semanais e/ou mensais.
- A frequência é obrigatória, respeitando os limites de ausência previstos em lei, sendo componente de avaliação, com a predominância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados parciais sobre os obtidos em provas finais.
- Realização de exercícios e trabalhos individuais e/ou coletivos; Seminários Interativos; Avaliações escritas: testes e provas

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. SCHEUNEMANN, Arno Vorpapel; RHEINHEIMER, Ivone. Administração do terceiro setor. Curitiba: Intersaberes, 2013. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 13 out 2025.
2. BARNEY, J. B.; HESTERLY, W. S. Administração estratégica e vantagem competitiva: conceitos e casos. 5. ed. São Paulo: Pearson, 2017. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 13 out 2025.
3. CAMPOS, Leticia Mirella Fischer. Administração estratégica: planejamento, ferramentas e implantação. Curitiba: Intersaberes, 2016. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 13 out 2025.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. SHACKELFORD, J. F. Ciência dos materiais. 6. ed. São Paulo: Pearson, 2008. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 14 out 2025.
2. PAVANATI, Henrique Cezar (org.). Ciência e tecnologia dos materiais. São Paulo: Pearson, 2015. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 14 out 2025.
3. SEDRA, Gustavo Podestá. Constitucionalização, constituição e teoria do Direito: uma crítica às concepções materiais de Constituição. Belo Horizonte, MG: Dialética, 2024. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 14 out 2025.
4. CHOWDHURY, S. Administração no século XXI: o estilo de gerenciar hoje e no futuro. São Paulo: Pearson, 2003. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 13 out 2025.
5. SANTOS, Caroline Coradassi Almeida. Administração rural. Curitiba, PR: Contentus, 2023. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 13 out 2025.



INSTITUTO FEDERAL
Ceará
Campus Acopiara

DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO TÉCNICO CONCOMITANTE EM ADMINISTRAÇÃO, NA
MODALIDADE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: Inglês Instrumental		
Código:	Carga horária total: 40h	Créditos: 02
Nível: Técnico	Semestre: 1º Semestre	Pré-requisitos: Não
CARGA HORÁRIA	Teórica: 40h	Prática: 0h
	Presencial: 40h	Distância: 0h
	Prática Profissional: Não se aplica.	
	Atividades não presenciais: 8h	
	Extensão: Não se aplica.	
EMENTA		
A origem e objetivos do inglês instrumental. Estudo das estratégias de leitura. Análise de grupos nominais. Identificação de estruturas verbais (presente, passado, futuro, voz ativa e passiva). Formação das palavras (afixação). Reconhecimento de marcadores de transição. Referência contextual (pronomes). A organização textual e a inferência de conteúdo. Termos técnicos aplicados à Administração. Contempla, de forma transversal, a temática dos direitos humanos e das relações étnico-raciais, por meio da leitura de textos em língua inglesa que abordam racismo, diversidade cultural e lutas por igualdade.		
OBJETIVOS		
OBJETIVO GERAL		
Desenvolver a competência de leitura e compreensão de textos em língua inglesa, com foco instrumental, utilizando estratégias de interpretação, reconhecimento de estruturas linguísticas e vocabulário técnico da área administrativa, de modo a possibilitar o acesso a informações acadêmicas e profissionais, contemplando a reflexão sobre direitos humanos, diversidade cultural e relações étnico-raciais.		
OBJETIVOS ESPECÍFICOS		
Compreender a finalidade do inglês instrumental no contexto acadêmico e profissional.		
Desenvolver estratégias de leitura para compreensão de textos em língua inglesa.		
Identificar grupos nominais e estruturas verbais em textos.		
Reconhecer tempos verbais básicos em língua inglesa.		
Identificar marcadores de transição e conectivos.		
Compreender o uso de pronomes como referência contextual.		
Reconhecer processos de formação de palavras.		
Inferir significado de palavras pelo contexto.		
Compreender textos técnicos da área administrativa.		
Ampliar o vocabulário em língua inglesa relacionado à Administração.		
Ler textos sobre temas sociais, culturais e profissionais.		
Refletir sobre diversidade, direitos humanos e igualdade por meio da leitura de textos em inglês.		
.		
PROGRAMA		

Unidade 1 – Inglês instrumental e estratégias de leitura
 Origem e objetivos do inglês instrumental
 Estratégias de leitura
 Leitura global e leitura detalhada
 Identificação de palavras-chave
 Inferência de significado pelo contexto
 Uso do dicionário
 Unidade 2 – Estrutura da língua inglesa aplicada à leitura
 Grupos nominais
 Formação de palavras (prefixos e sufixos)
 Classes de palavras
 Marcadores de transição
 Conectivos
 Organização textual
 Unidade 3 – Estruturas verbais
 Presente
 Passado
 Futuro
 Voz ativa
 Voz passiva
 Verbos auxiliares
 Unidade 4 – Referência contextual e compreensão textual
 Uso de pronomes
 Referência textual
 Coesão e coerência
 Organização do texto
 Inferência de conteúdo
 Unidade 5 – Inglês técnico aplicado à Administração
 Termos técnicos da Administração
 Vocabulário profissional
 Textos administrativos
 Textos empresariais
 Textos sobre economia e trabalho
 Textos sobre sociedade e cultura

METODOLOGIA DE ENSINO

- As atividades pedagógicas compreenderão a realização de aulas teóricas expositivas, seminários e trabalhos grupais e/ou individuais. As aulas expositivas serão orientadas para a contextualização e interdisciplinaridade, visando estabelecer conexões entre os conteúdos teóricos abordados e situações do cotidiano dos discentes, bem como com outras áreas do conhecimento. A participação ativa dos alunos será considerada um elemento crucial durante o desenvolvimento das aulas, sendo constantemente incentivada para promover a curiosidade e estimular a pesquisa.
- Por sua vez, as atividades práticas serão conduzidas em conformidade com as normativas pertinentes, envolvendo a execução de procedimentos e técnicas necessárias para a consolidação e aprofundamento dos conhecimentos teóricos adquiridos.
- As atividades não presenciais serão sistematizadas e postadas pelo professor no sistema Q-Acadêmico e consistirão em: atividades de leitura e elaboração de análise crítica e/ou fichamentos de livros, textos base, texto-vídeos, entre outros; atividades de aprofundamento, tais como exercícios, questionários e estudos dirigidos; estudos de caso, resolução de situações-problema e análises; participação em aulas virtuais síncronas ou, preferencialmente, assíncronas; e demais atividades.

RECURSOS
• Quadro branco, pincel e apagador; • Material didático (Livros); • Recursos audiovisuais (projektor, computador, etc.);
AVALIAÇÃO
• As avaliações serão conduzidas através da atribuição de notas, que serão distribuídas em pelo menos duas partes: N1 e N2. Essas notas serão resultado de diferentes formas de avaliação, tais como provas escritas, elaboração de relatórios, realização de trabalhos de pesquisa individuais, resolução de listas de exercícios e participação em seminários. A avaliação tem perspectiva diagnóstica, contínua e cumulativa por intermédio de aferições diárias, semanais e/ou mensais. A frequência é obrigatória, respeitando os limites de ausência previstos em lei, sendo componente de avaliação, com a
predominância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados parciais sobre os obtidos em provas finais.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
1. MARQUES, Amadeu, CARDOSO, Ana carolina. Learn and Share in English. Volume I. São Paulo: Ática, 2016. 2. AUN, Eliana, MORAES, Maria Clara Prete de, SANSANOVICZ, Neuza Bília. English for All. Volume I. São Paulo: Saraiva, 2010. 3. DIAS, Reinildes. High Up: Ensino Médio. Volume I. Cotia, SP: Macmillan, 2013.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
1. FERRO, Jeferson. Around the World: introdução à leitura em língua inglesa. Curitiba: InterSaberers, 2012. 2. LAPKOSKI, G. A. de O. Do Texto ao Sentido: teoria e prática de leitura em língua inglesa. Curitiba: InterSaberes, 2012. 3. SOUZA, A. G. F... [et al.] Leitura em Língua Inglesa: uma abordagem instrumental. 2 ed. São Paulo: Disal, 2005. 4. TORRES, Nelson. Gramática prática da língua inglesa: o inglês descomplicado. São Paulo: Saraiva, 2006. 5. MURPHY, Raymond. Essential Grammar in Use. Cambridge: CUP, 1994 6. MUNANGA, Kabengele. Negritude: usos e sentidos. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. <i>E-book</i>. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br. Acesso em: 12 dez 2025. 7. CARNEIRO, Sueli. Racismo, sexismo e desigualdade no brasil. 1. ed. São Paulo: Summus, 2011. <i>E-book</i>. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br. Acesso em: 12 dez 2025. 8. RATTS, Alex; RIOS, Flavia. Lelia Gonzalez. 1. ed. São Paulo: Selo Negro Edições, 2010. <i>E-book</i>. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br. Acesso em: 12 dez 2025. 9. KRENAK, Ailton; SILVESTRE, Helena; SANTOS, Boaventura de Sousa. O sistema e o antissistema: três ensaios, três mundos no mesmo mundo. 1. ed. São Paulo: Autêntica, 2021. <i>E-book</i>. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br. Acesso em: 12 dez 2025.

--

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico



INSTITUTO FEDERAL
Ceará
Campus Acopiara

DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO TÉCNICO CONCOMITANTE EM ADMINISTRAÇÃO, NA
MODALIDADE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: Aspectos Legais da Gestão Empresarial		
Código:	Carga horária total: 40h	Créditos: 02
Nível: Técnico	Semestre: 1º Semestre	Pré-requisitos: Não
CARGA HORÁRIA	Teórica: 40h	Prática: 0h
	Presencial: 40h	Distância: 0h
	Prática Profissional: Não se aplica.	
	Atividades não presenciais: 8h	
	Extensão: Não se aplica.	
EMENTA		
Noções Gerais de Direito, Aspectos de Direito Empresarial, Noções de Direito do Consumidor, Atualizações do Direito do Trabalho, à luz da denominada “reforma trabalhista” (Lei 13467/2017): Principais alterações trazidas pela lei 13467/2017 nos contratos de trabalho. Analisa o ordenamento jurídico brasileiro também sob a perspectiva dos direitos humanos e da igualdade racial, incluindo o Estatuto da Igualdade Racial e a legislação antidiscriminatória aplicável às relações de trabalho e de consumo.		
OBJETIVOS		
OBJETIVO GERAL Compreender noções básicas do ordenamento jurídico brasileiro aplicadas à administração, abordando aspectos do direito empresarial, do direito do consumidor e do direito do trabalho, com ênfase nas alterações trazidas pela legislação recente, bem como refletir sobre os direitos humanos, a igualdade racial e a legislação antidiscriminatória nas relações de trabalho, consumo e organização social.		
OBJETIVOS ESPECÍFICOS Conhecer noções gerais do direito aplicadas à administração. Compreender princípios básicos do direito empresarial. Identificar direitos e deveres nas relações de consumo. Conhecer aspectos da legislação trabalhista. Analisar mudanças trazidas pela Lei nº 13.467/2017. Compreender a importância da legislação no funcionamento das organizações. Identificar direitos fundamentais nas relações de trabalho. Reconhecer normas relacionadas aos direitos humanos. Conhecer a legislação de combate à discriminação. Compreender o Estatuto da Igualdade Racial. Refletir sobre ética, cidadania e justiça social. Relacionar direito, trabalho e responsabilidade social. Aplicar conhecimentos legais em situações administrativas.		
PROGRAMA		

Unidade 1 – Noções gerais de direito

Conceito de direito

Ordenamento jurídico brasileiro

Direitos e deveres do cidadão

Constituição Federal e direitos fundamentais

Direito e organização social

Unidade 2 – Direito empresarial

Noções de direito empresarial

Empresa e empresário

Tipos de empresas

Responsabilidade jurídica

Contratos

Obrigações legais das organizações

Unidade 3 – Direito do consumidor

Código de Defesa do Consumidor

Direitos do consumidor

Deveres do fornecedor

Relações de consumo

Publicidade e responsabilidade

Práticas abusivas

Unidade 4 – Direito do trabalho e reforma trabalhista

Noções de direito do trabalho

Relação de emprego

Contrato de trabalho

Direitos trabalhistas

Lei nº 13.467/2017 (Reforma trabalhista)

Principais alterações na legislação

Jornada de trabalho

Formas de contratação

Direitos e deveres do trabalhador

Unidade 5 – Direitos humanos, igualdade racial e legislação antidiscriminatória

Direitos humanos

Princípio da igualdade

Combate à discriminação

Estatuto da Igualdade Racial

Legislação antidiscriminatória

Igualdade nas relações de trabalho

Diversidade nas organizações

Responsabilidade social e cidadania

METODOLOGIA DE ENSINO
• As atividades pedagógicas compreenderão a realização de aulas teóricas expositivas, seminários e trabalhos grupais e/ou individuais. As aulas expositivas serão orientadas para a contextualização e interdisciplinaridade, visando estabelecer conexões entre os conteúdos teóricos abordados e situações do cotidiano dos discentes, bem como com outras áreas do conhecimento. A participação ativa dos alunos será considerada um elemento crucial durante o desenvolvimento das aulas, sendo constantemente incentivada para promover a curiosidade e estimular a pesquisa. • Por sua vez, as atividades práticas serão conduzidas em conformidade com as normativas pertinentes, envolvendo a execução de procedimentos e técnicas necessárias para a consolidação e aprofundamento dos conhecimentos teóricos adquiridos. • As atividades não presenciais serão sistematizadas e postadas pelo professor no sistema Q-Acadêmico e consistirão em: atividades de leitura e elaboração de análise crítica e/ou fichamentos de livros, textos base, texto-vídeos, entre outros; atividades de aprofundamento, tais como exercícios, questionários e estudos dirigidos; estudos de caso, resolução de situações-problema e análises; participação em aulas virtuais síncronas ou, preferencialmente, assíncronas; e demais atividades.
RECURSOS
• Serão utilizados os seguintes recursos didáticos: • Quadro branco, pincel e apagador; • Recursos audiovisuais (projeto, computador etc.); • Uso de laboratório; • Aplicativos educativos disponíveis para smartphones e androides.
AValiação
• As avaliações serão realizadas mediante notas, divididas, no mínimo, em duas notas N1 e N2, que corresponderão a: provas escritas e orais, relatórios, trabalhos de pesquisa individual e em grupo e debates em forma de seminário. • Avaliação tem perspectiva diagnóstica, contínua e cumulativa por intermédio de aferições diárias, semanais e/ou mensais. • A frequência é obrigatória, respeitando os limites de ausência previstos em lei, sendo componente de avaliação, com a predominância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados parciais sobre os obtidos em provas finais. • Realização de exercícios e trabalhos individuais e/ou coletivos; Seminários Interativos; Avaliações escritas: testes e provas
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
1. VENERAL, Débora; SILVANO, Alves Alcantara. Direito Aplicado. 4.ed. Curitiba: Intersaberes, 2023. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br. Acesso em: 11 out. 2025. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br. Acesso em: 11 maio 2025. 2. ALCANTARA, Silvano Alves. Direito empresarial e direito do consumidor. 2. Ed. Curitiba: Intersaberes, 2022. 3. MARQUES, Claudia Lima etc all. Direito do Consumidor Aplicado. Indaiatuba, SP: Foco, 2023. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/. Acesso em: 10 out. 2025.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
1. FREITAS, Grace Kellen Corrêa de. Direito empresarial de leve na prática. São Paulo: Rideel, 2021. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br. Acesso em: 11 maio 2025. 2. GLASENAPP, Ricardo Bernd (org.). Direito tributário. 2. ed. São Paulo: Pearson, 2019. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br. Acesso em: 11 maio 2025. 3. ARMANI, Wagner José Penereiro; SELLAN, Catharine de Paula. Direito empresarial em quadrinhos. 1. ed. Cotia: Foco, 2025. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br. Acesso em: 11 maio 2025. 4. ALMEIDA, André Luiz Paes de. Direito do trabalho: material, processual e legislação especial. 19. ed. São Paulo: Rideel, 2019. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br. Acesso em: 11 maio 2025. 5. SOUZA, Cláudio Luiz Gonçalves de. Fundamentos de Direito empresarial: a essência objetiva do conteúdo. São Paulo: Dialética, 2000. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br. Acesso em: 11 maio 2025. 6. SAITO, Tiemi. Direitos humanos. São Paulo: Contentus, 2020. <i>E-book</i>. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br. Acesso em: 12 dez 2025.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico



INSTITUTO FEDERAL
Ceará
Campus Acopiara

DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO TÉCNICO CONCOMITANTE EM ADMINISTRAÇÃO, NA
MODALIDADE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: Projeto Integrador I		
Código:	Carga horária total: 40h	Créditos: 02
Nível: Técnico	Ano: 1º Semestre	Pré-requisitos: Não
CARGA HORÁRIA	Teórica: 0 h	Prática: 0h
	Presencial: 40h	Distância: 0h
	Prática Profissional: 40 h	
	Atividades não presenciais: 8h	
	Extensão: Não se aplica.	
EMENTA		
Aplicação de ferramentas de gestão, empreendedorismo e inovação em situações reais do cotidiano profissional e comunitário dos alunos. Construção de projetos voltados à resolução de problemas locais, valorizando o saber prévio, a experiência profissional e a aprendizagem colaborativa. Desenvolvimento de ações e soluções sustentáveis que promovam a educação ambiental, a conservação dos recursos naturais, o consumo consciente e a responsabilidade socioambiental no contexto das comunidades e organizações.		
OBJETIVOS		
• Relacionar teoria e prática na identificação e resolução de problemas reais do mundo do trabalho e da comunidade; • Valorizar a experiência profissional, os saberes prévios e a trajetória de vida dos estudantes da EJA como ponto de partida para a construção dos projetos; • Desenvolver competências em planejamento, organização, liderança, comunicação e tomada de decisão; • Estimular o trabalho em equipe, o protagonismo discente e a corresponsabilidade pelos resultados dos projetos; • Incentivar o empreendedorismo e a responsabilidade social na proposição de soluções para problemas locais; • Produzir relatórios, registros e apresentações que expressem, de forma clara e contextualizada, os resultados alcançados; • Selecionar e desenvolver temas de projeto que dialoguem com a promoção da igualdade racial, o combate ao racismo e à discriminação, a valorização de culturas afro-brasileiras, africanas e indígenas e a defesa dos direitos humanos na comunidade; • Estabelecer parcerias com escolas, movimentos sociais, comunidades negras, quilombolas, indígenas e outras organizações locais, sempre que possível, para potencializar o impacto social dos projetos;		

- Identificar problemas socioambientais locais e propor soluções inovadoras e sustentáveis que incentivem práticas de preservação ambiental, uso racional dos recursos naturais e engajamento comunitário em ações de responsabilidade socioambiental.

PROGRAMA

1. Planejamento do Projeto Integrador

Escolha do tema com base em problemas reais da comunidade, da escola ou do ambiente de trabalho; definição de objetivos e justificativa; planejamento e cronograma de atividades.

2. Desenvolvimento do Projeto

Levantamento de informações; análise de dados; aplicação de ferramentas de gestão execução das ações planejadas.

3. Relatório e Comunicação dos Resultados

Estruturação e escrita de relatório técnico de forma acessível e objetiva; elaboração de materiais de apresentação (painéis, slides, cartazes, vídeos, etc.).

4. Apresentação e Avaliação Final

Exposição e defesa do projeto; reflexão sobre os aprendizados adquiridos; autoavaliação e avaliação em grupo.

METODOLOGIA DE ENSINO

- As atividades pedagógicas compreenderão a realização de aulas teóricas expositivas, seminários e trabalhos grupais e/ou individuais. As aulas expositivas serão orientadas para a contextualização e interdisciplinaridade, visando estabelecer conexões entre os conteúdos teóricos abordados e situações do cotidiano dos discentes, bem como com outras áreas do conhecimento. A participação ativa dos alunos será considerada um elemento crucial durante o desenvolvimento das aulas, sendo constantemente incentivada para promover a curiosidade e estimular a pesquisa.
- Por sua vez, as atividades práticas serão conduzidas em conformidade com as normativas pertinentes, envolvendo a execução de procedimentos e técnicas necessárias para a consolidação e aprofundamento dos conhecimentos teóricos adquiridos.
- As atividades não presenciais serão sistematizadas e postadas pelo professor no sistema Q-Acadêmico e consistirão em: atividades de leitura e elaboração de análise crítica e/ou fichamentos de livros, textos base, texto-vídeos, entre outros; atividades de aprofundamento, tais como exercícios, questionários e estudos dirigidos; estudos de caso, resolução de situações-problema e análises; participação em aulas virtuais síncronas ou, preferencialmente, assíncronas; e demais atividades.

RECURSOS

- Serão utilizados os seguintes recursos didáticos:
- Quadro branco, pincel e apagador;
- Recursos audiovisuais (projektor, computador, etc.);
- Uso de laboratório;
- Aplicativos educativos disponíveis para smartphones e androides.

AValiação

- As avaliações serão realizadas mediante notas, divididas, no mínimo, em duas notas N1 e N2, que corresponderão a: provas escritas e orais, relatórios, trabalhos de pesquisa individual e em grupo e debates em forma de seminário.
- Avaliação tem perspectiva diagnóstica, contínua e cumulativa por intermédio de aferições diárias, semanais e/ou mensais.
- A frequência é obrigatória, respeitando os limites de ausência previstos em lei, sendo componente de avaliação, com a predominância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados parciais sobre os obtidos em provas finais.
- Realização de exercícios e trabalhos individuais e/ou coletivos; Seminários Interativos; Avaliações escritas: testes e provas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, São Paulo, 76: 49-86, 2009. Periódico. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64452009000100003&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso em: 09 Out. 2025.
2. ALVES, Ricardo Ribeiro. ESG: o presente e o futuro das empresas. Petrópolis: Vozes, 2023. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 09 out 2025.
3. CARVALHO, Fábio Câmara Araújo de (org.). Gestão de projetos. São Paulo, SP: Pearson, 2012. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 09 out 2025.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. CARVALHO, Fábio Câmara Araújo de. Gestão de projetos. São Paulo, SP: Pearson, 2015. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 09 out 2025.
2. SZABÓ JÚNIOR, Adalberto Mohai. Educação Ambiental e Gestão de Resíduos. 3. ed. São Paulo: Rideel, 2010. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 02 jun 2026.
3. SOUZA, Carla Patricia da Silva. Gestão de projetos. 1. ed. São Paulo: Contentus, 2020. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 09 out 2025.
4. ESTEFAM, André. Direitos humanos. São Paulo: Rideel, 2022. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 09 out 2025.
5. PERSEGUINI, Alayde dos Santos (org.). Responsabilidade social. São Paulo, SP: Pearson, 2015. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 09 out 2025.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

**INSTITUTO FEDERAL**Ceará
Campus Acopiara

DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO TÉCNICO CONCOMITANTE EM ADMINISTRAÇÃO, NA
MODALIDADE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

PROGRAMA DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO – FOLHA 102		
DISCIPLINA: Gestão de Custos		
Código:	Carga horária total: 80h	Créditos: 04
Nível: Técnico	Semestre: 2º Semestre	Pré-requisitos: Não
CARGA HORÁRIA	Teórica: 60h	Prática: 20h
	Presencial: 80h	Distância: 0h
	Prática Profissional: Não se aplica.	
	Atividades não presenciais: 16h	
	Extensão: Não se aplica.	
EMENTA		
Conceitos básicos e classificações de custos. Custos gerais de produção/serviços. Métodos de custeio: absorção e variável. Análise de custos: margem de contribuição, ponto de equilíbrio, margem de segurança e relação custo-volume-lucro. Formação do preço de venda. Planejamento de lucro: vendas, custos, despesas e resultado. Considera, de forma transversal, a análise crítica dos custos sociais das desigualdades étnico-raciais no mercado de trabalho e na distribuição de renda, discutindo o papel das organizações na promoção da justiça social e dos direitos humanos.		
OBJETIVOS		
• Analisar a estrutura de custos na atividade empresarial, em organizações industriais, comerciais e de serviços; • Diferenciar e aplicar conceitos de gastos, investimentos, custos, despesas, perdas e desperdícios, bem como distintas classificações de custos; • Utilizar métodos de custeio (absorção, variável etc.) em situações práticas de gestão; • Elaborar preços de produtos e serviços com base em diferentes critérios (custos, margem, mercado), considerando tributos e resultados esperados; • Tomar decisões estratégicas envolvendo estrutura de custos, mix de produtos e formação de preços, identificando problemas, oportunidades e soluções no cotidiano empresarial; • Interpretar dados econômicos e indicadores de emprego e renda que evidenciam desigualdades étnico-raciais, discutindo os “custos sociais” do racismo para a sociedade e para as organizações; • Refletir sobre o papel da gestão de custos em estratégias de responsabilidade social e promoção de equidade, reconhecendo que decisões estritamente centradas no lucro podem reproduzir exclusões e violações de direitos.		
PROGRAMA		

UNIDADE I - CONCEITOS BÁSICOS E CLASSIFICAÇÕES DE CUSTOS -

Introdução a Administração de Custos; - Planejamento, execução, controle e contabilidade financeira x contabilidade gerencial; - Gastos, investimentos, custo, despesas, perda, desperdício. - Classificações e nomenclaturas de custos: custo da produção do período; custo da produção acabada; custo dos produtos vendidos. - Classificações de custos: diretos ou primários indiretos; de transformação; fixos; variáveis; - Despesas fixas, despesas variáveis.

UNIDADE II - CUSTOS GERAIS DE PRODUÇÃO/SERVIÇOS

- Elementos que compõem o custo dos produtos/serviços; - Elementos de Custo: Materiais, Estoques e Mão de Obra;

UNIDADE III - OS SISTEMAS DE CUSTEIO

- Custeio por Absorção; - Custeio Variável;

UNIDADE IV - ANÁLISE DE CUSTOS - Instrumentos de decisão; - Ponto de equilíbrio; - Margem de contribuição; - Inclusão do lucro; - Inclusão dos impostos sobre vendas; - Ponto de equilíbrio e margem de contribuição para diversos produtos. Indicadores de desigualdade racial em renda e emprego: leitura de dados oficiais (IBGE, IPEA) e discussão dos “custos” do racismo para a sociedade e para as empresas, - Estudos de caso sobre empresas que adotam políticas de equidade racial e seu impacto em reputação, clima organizacional e resultados.

UNIDADE V - FORMAÇÃO DO PREÇO DE VENDA E PLANEJAMENTO DE LUCRO

- A diferença entre preço e valor; - Os preços; - A importância dos impostos e do faturamento; - A importância dos custos, despesas e Imposto de Renda; - Formação do preço com base no custo; - Formação do preço com base na margem; - Formação do preço com base no mercado; - Planejamento do resultado: markup.

UNIDADE VI - PLANEJAMENTO DE LUCRO: VENDAS, CUSTOS, DESPESAS E RESULTADO**METODOLOGIA DE ENSINO**

- As atividades serão desenvolvidas individual e/ou coletivamente, podendo ser utilizando os seguintes procedimentos:
 - Aulas expositivas, dialogadas e participativas;
 - Execução de seminários;
 - Estudo dirigido.
- As aulas serão realizadas atividades educacionais com compartilhamento de materiais, jogabilidade, interatividade, etc. Com respeito aos alunos (as) com necessidades específicas serão utilizados recursos, conforme a necessidade particular de cada caso.
- As atividades não presenciais serão sistematizadas e postadas pelo professor no sistema Q-Acadêmico e consistirão em: atividades de leitura e elaboração de análise crítica e/ou fichamentos de livros, textos base, texto-vídeos, entre outros; atividades de aprofundamento, tais como exercícios, questionários e estudos dirigidos; estudos de caso, resolução de situações-problema e análises; participação em aulas virtuais síncronas ou, preferencialmente, assíncronas; e demais atividades.

RECURSOS

Listar os recursos necessários para o desenvolvimento da disciplina: • Material didático-pedagógico. • Recursos audiovisuais. • Insumos de laboratórios.
AVALIAÇÃO • As avaliações serão realizadas mediante notas, divididas, no mínimo, duas avaliações em cada uma das quatro etapas: N1 e N2, que corresponderão a: provas escritas e orais, relatórios, trabalhos de pesquisa individual e em grupo e debates em forma de seminário. A avaliação tem perspectiva diagnóstica, contínua e cumulativa por intermédio de aferições diárias, semanais e/ou mensais. A frequência é obrigatória, respeitando os limites de ausência previstos em lei, sendo componente de avaliação, com a predominância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados parciais sobre os obtidos em provas finais. • No aspecto quantitativo, as notas serão computadas segundo o Regulamento da Organização Didática – ROD, do IFCE. Alguns critérios a serem adotados: observação da turma quanto à participação nas discussões em sala de aula e à realização das atividades propostas; aplicação de trabalhos individuais ou em grupo, escritos (pesquisas) ou orais (seminários); avaliação escrita.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA 1. MEGLIORINI, Evandir. Custos. 2. ed. São Paulo: Pearson, 2018. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br. Acesso em: 10 maio 2025. 2. MEGLIORINI, Evandir. Custos: análise e gestão. 3. ed. São Paulo: Pearson, 2011. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br. Acesso em: 10 maio 2025. 3. MÜLLER, Aderbal Nicolas. Contabilidade básica: fundamentos essenciais. São Paulo: Pearson, 2009. E-book. Disp
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR 1. SCHIER, Carlos Ubiratan da Costa. Gestão de custos. Curitiba: Intersaberes, 2013. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br. Acesso em: 31 out 2025. 2. JORGE, Roberto Kupper (org.). Gestão de custos, riscos e perdas. São Paulo: Pearson, 2016. <i>E-book</i>. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br. Acesso em: 31 out 2025. 3. SANTOS, Luiz Fernando Barcellos dos. Gestão de custos: ferramentas para tomada de decisão. Curitiba: Intersaberes, 2013. <i>E-book</i>. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br. Acesso em: 31 out 2025. 4. SANTO, Máira Buss do Espírito. Gestão de custos sob o olhar da qualidade. Curitiba: Intersaberes, 2022. <i>E-book</i>. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br. Acesso em: 31 out 2025. 5. ABDANUR JÚNIOR, Jamil. Gestão de custos na área pública. São Paulo: Contentus, 2020. <i>E-book</i>. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br. Acesso em: 31 out 2025. 6. AZEVEDO, Cassio Gonçalves de. Desenvolvimento humano. Curitiba, PR: Contentus, 2022. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br. Acesso em: 12 dez 2025.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico



DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO TÉCNICO CONCOMITANTE EM ADMINISTRAÇÃO, NA
MODALIDADE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: Gestão de Pessoas		
Código:	Carga horária total: 80h	Créditos: 04
Nível: Técnico	Semestre: 2ª Semestre	Pré-requisitos: Não
CARGA HORÁRIA	Teórica: 80h	Prática: 0h
	Presencial: 80h	Distância: 0h
	Prática Profissional: Não se aplica.	
	Atividades não presenciais: 16h	
	Extensão: Não se aplica.	
EMENTA		
Conceitos elementares da Gestão de Pessoas. Processos técnicos da Gestão de Pessoas. Motivação e Qualidade de Vida no trabalho. Tendências contemporâneas na gestão de pessoas nas empresas.		
OBJETIVOS		
• Compreender as mudanças históricas na gestão de pessoas e sua relação com as transformações do mundo do trabalho; • Discutir políticas e práticas de gestão de pessoas, com foco em processos inclusivos e na valorização da diversidade nas organizações; • Estabelecer relações entre descrição e análise de cargos e os demais processos de gestão de pessoas (recrutamento, seleção, treinamento, avaliação de desempenho, remuneração etc.); • Analisar criticamente métodos e técnicas de recrutamento e seleção, identificando vieses discriminatórios e estratégias para promoção de equidade racial e de gênero; • Conhecer tipos e ferramentas de avaliação de desempenho, remuneração, benefícios e monitoramento de pessoal, discutindo sua relação com justiça organizacional; • Discutir fatores que afetam higiene, segurança e saúde no trabalho, considerando grupos historicamente vulnerabilizados; • Avaliar programas de motivação e clima organizacional, relacionando-os à construção de ambientes de trabalho respeitosos e não discriminatórios; • Identificar as principais tecnologias de informação aplicadas à gestão de pessoas; • Analisar o papel da gestão de pessoas no enfrentamento ao racismo institucional, ao sexismo e a outras formas de discriminação, enfatizando a importância da representatividade de pessoas negras, indígenas e demais grupos historicamente excluídos nas organizações; • Planejar ações e políticas de gestão de pessoas que promovam igualdade de oportunidades, respeito às diferenças e efetivação dos direitos humanos no ambiente laboral.		
PROGRAMA		

1. INTRODUÇÃO À GESTÃO DE PESSOAS

Conceitos e objetivos da Gestão Organizacional e Gestão de recursos Humanos

O modelo de Recursos Humanos na evolução das teorias administrativas Estrutura do Departamento de Recursos Humanos nas Organizações Planejamento estratégico aplicado à política de Recursos Humanos

2. AGREGANDO PESSOAS

Recrutamento de Pessoal

Seleção de Pessoal

3. APLICANDO PESSOAS

Orientação de Pessoas Modelagem de Trabalho

Avaliação de Desempenho

4. RECOMPENSANDO PESSOAS

Programas de incentivos

Benefícios e Serviços Sociais

5. DESENVOLVENDO PESSOAS

Treinamento Desenvolvimento de Pessoas e organizações

6. MANTENDO PESSOAS

Clima Organizacional Programas de motivação

7. MONITORANDO PESSOAS

Banco de dados e sistema de Informação de gestão de Pessoas

8. O FUTURO DA GESTÃO DE PESSOAS E DIREITOS HUMANOS

O papel da gestão de pessoas na questão da diversidade racial, sexual e de gênero e a importância da representatividade dentro das organizações.

Racismo institucional, discriminação e assédio moral;

Políticas de diversidade, equidade racial e inclusão de pessoas negras e indígenas nas organizações;

Indicadores de diversidade e ações afirmativas no ambiente de trabalho.

METODOLOGIA DE ENSINO

- As atividades serão desenvolvidas individual e/ou coletivamente, podendo ser utilizando os seguintes procedimentos:
 - Aulas expositivas, dialogadas e participativas;
 - Execução de seminários;
 - Estudo dirigido.
- As aulas serão realizadas atividades educacionais com compartilhamento de materiais, jogabilidade, interatividade, etc. Com respeito aos alunos (as) com necessidades específicas serão utilizados recursos, conforme a necessidade particular de cada caso.
- As atividades não presenciais serão sistematizadas e postadas pelo professor no sistema Q-Acadêmico e consistirão em: atividades de leitura e elaboração de análise crítica e/ou fichamentos de livros, textos base, texto-vídeos, entre outros; atividades de aprofundamento, tais como exercícios, questionários e estudos dirigidos; estudos de

caso, resolução de situações-problema e análises; participação em aulas virtuais síncronas ou, preferencialmente, assíncronas; e demais atividades.

RECURSOS

Listar os recursos necessários para o desenvolvimento da disciplina:

- Material didático-pedagógico.
- Recursos audiovisuais.
- Insumos de laboratórios.

AValiação

- As avaliações serão realizadas mediante notas, divididas, no mínimo, duas avaliações em cada uma das duas etapas: N1 e N2, que corresponderão a: provas escritas e orais, relatórios, trabalhos de pesquisa individual e em grupo e debates em forma de seminário. A avaliação tem perspectiva diagnóstica, contínua e cumulativa por intermédio de aferições diárias, semanais e/ou mensais. A frequência é obrigatória, respeitando os limites de ausência previstos em lei, sendo componente de avaliação, com a predominância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados parciais sobre os obtidos em provas finais.
- No aspecto quantitativo, as notas serão computadas segundo o Regulamento da Organização Didática – ROD, do IFCE. Alguns critérios a serem adotados: observação da turma quanto à participação nas discussões em sala de aula e à realização das atividades propostas; aplicação de trabalhos individuais ou em grupo, escritos (pesquisas) ou orais (seminários); avaliação escrita.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. QUENEHEN, Rômulo. **Gestão de pessoas**. São Paulo: Contentus, 2020. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 31 out 2025.
2. SOARES, Maria Thereza Rubim Camargo (org.). **Liderança e desenvolvimento de equipes**. São Paulo: Pearson, 2015. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 31 out 2025.
2. PEARSON EDUCATION DO BRASIL. **Administração de recursos humanos**. São Paulo: Pearson, 2010. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 31 out 2025.
3. JARDEWESKI, Cley Jonir Foster; JARDEWESKI, Gustavo Luiz Foster. **Técnicas e métodos de avaliação de desempenho**. Curitiba: Intersaberes, 2014. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 31 out 2025.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BARROS NETO, João Pinheiro de. **Gestão de pessoas 4.0**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2022. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 31 out 2025.
2. TOLFO, Suzana da Rosa (org.). **Gestão de pessoas e saúde mental do trabalhador: fundamentos e intervenções com base na psicologia**. São Paulo: Vetor, 2020. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 31 out 2025.
3. TEIXEIRA, Juliane Marise Barbosa; RIBEIRO, Maria Tereza Ferrabule. **Gestão de pessoas na administração pública: teorias e conceitos**. Curitiba: Intersaberes, 2019. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 31 out 2025.

4. BEHNKE, Mônica Terezinha (org.). **Gestão de pessoas:** artigos reunidos. Curitiba: Intersaberes, 2014. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 31 out 2025.
5. STADLER, Adriano; PAMPOLINI, Cláudia Patrícia Garcia. **Gestão de pessoas:** ferramentas estratégicas de competitividade. Curitiba: Intersaberes, 2014. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 31 out 2025.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico



INSTITUTO FEDERAL
Ceará
Campus Acopiara

DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO TÉCNICO CONCOMITANTE EM ADMINISTRAÇÃO, NA
MODALIDADE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: Fundamentos em Marketing		
Código:	Carga horária total: 80h	Créditos: 04
Nível: Técnico	Semestre: 2º Semestre	Pré-requisitos: Não
CARGA HORÁRIA	Teórica: 80h	Prática: 0h
	Presencial: 80h	Distância: 0h
	Prática Profissional: Não se aplica.	
	Atividades não presenciais: 16h	
	Extensão: Não se aplica.	
EMENTA		
Conceitos e fundamentos do Marketing. Análise das oportunidades de Mercado. Comportamento do Consumidor. Seleção de Mercados alvos, segmentação. Desenvolvimento do Mix de Marketing. Planejamento de Produtos e serviços. Marcas e embalagens, ciclos de vida dos produtos, preços, canais de distribuição - varejo e atacado. Promoção - estratégia da comunicação. Marketing Digital. Educação das Relações Étnico-Raciais e os Direitos Humanos, por meio da reflexão crítica sobre as práticas de marketing e comunicação na sociedade e nas organizações, problematizando estereótipos, racismo estrutural e processos históricos de invisibilização de pessoas negras e indígenas, e analisando experiências e estratégias de marketing orientadas pela valorização da diversidade, da inclusão, da cidadania e da responsabilidade social.		
OBJETIVOS		
OBJETIVO GERAL Compreender os conceitos fundamentais do marketing e sua aplicação nas organizações, desenvolvendo a capacidade de analisar o mercado, o comportamento do consumidor e as estratégias de comunicação e comercialização de produtos e serviços, considerando princípios de ética, responsabilidade social, diversidade cultural, direitos humanos e as especificidades da Educação de Jovens e Adultos.		
OBJETIVOS ESPECÍFICOS Compreender os conceitos básicos e a evolução do marketing. Identificar oportunidades de mercado e suas aplicações nas organizações. Analisar o comportamento do consumidor em diferentes contextos sociais e econômicos. Compreender o processo de segmentação e seleção de mercados-alvo. Conhecer os elementos do mix de marketing e sua aplicação prática. Estudar o planejamento de produtos e serviços. Identificar estratégias de preço, distribuição e promoção. Compreender o papel da comunicação e do marketing digital nas organizações. Desenvolver visão crítica sobre as práticas de marketing na sociedade. Refletir sobre ética, diversidade, direitos humanos e responsabilidade social nas estratégias de marketing. Reconhecer a importância da valorização da diversidade cultural, étnica e social nas práticas de comunicação e consumo.		
PROGRAMA		

Unidade 1 – Conceitos fundamentais do marketing
 Conceitos e fundamentos do marketing
 Evolução do marketing
 Funções do marketing nas organizações
 Análise das oportunidades de mercado
 Ambiente de marketing
 Unidade 2 – Mercado e comportamento do consumidor
 Comportamento do consumidor
 Fatores sociais, culturais e econômicos do consumo
 Segmentação de mercado
 Seleção de mercados-alvo
 Posicionamento
 Unidade 3 – Mix de marketing
 Produto e serviços
 Planejamento de produtos
 Marcas e embalagens
 Ciclo de vida do produto
 Preço
 Canais de distribuição
 Varejo e atacado
 Unidade 4 – Comunicação, promoção e marketing digital
 Promoção e comunicação
 Estratégias de comunicação
 Publicidade e propaganda
 Marketing digital
 Redes sociais e consumo
 Marketing nas organizações
 Unidade 5 – Marketing, diversidade e responsabilidade social
 Ética no marketing
 Responsabilidade social nas organizações
 Direitos humanos e consumo
 Educação das Relações Étnico-Raciais no marketing
 Estereótipos e racismo na comunicação
 Representatividade de pessoas negras e indígenas na publicidade
 Marketing e valorização da diversidade
 Inclusão e cidadania nas estratégias de comunicação

METODOLOGIA DE ENSINO

- As atividades serão desenvolvidas individual e/ou coletivamente, podendo ser utilizando os seguintes procedimentos:
 - Aulas expositivas, dialogadas e participativas;
 - Execução de seminários;
 - Estudo dirigido.
- As aulas serão realizadas atividades educacionais com compartilhamento de materiais, jogabilidade, interatividade, etc. Com respeito aos alunos (as) com necessidades específicas serão utilizados recursos, conforme a necessidade particular de cada caso.
- As atividades não presenciais serão sistematizadas e postadas pelo professor no sistema Q-Acadêmico e consistirão em: atividades de leitura e elaboração de análise crítica e/ou fichamentos de livros, textos base, texto-vídeos, entre outros; atividades de aprofundamento, tais como exercícios, questionários e

estudos dirigidos; estudos de caso, resolução de situações-problema e análises; participação em aulas virtuais síncronas ou, preferencialmente, assíncronas; e demais atividades.
RECURSOS
Listar os recursos necessários para o desenvolvimento da disciplina: • Material didático-pedagógico. • Recursos audiovisuais. • Insumos de laboratórios.
AVALIAÇÃO
• As avaliações serão realizadas mediante notas, divididas, no mínimo, duas avaliações em cada uma das quatro etapas: N1 e N2, que corresponderão a: provas escritas e orais, relatórios, trabalhos de pesquisa individual e em grupo e debates em forma de seminário. A avaliação tem perspectiva diagnóstica, contínua e cumulativa por intermédio de aferições diárias, semanais e/ou mensais. A frequência é obrigatória, respeitando os limites de ausência previstos em lei, sendo componente de avaliação, com a predominância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados parciais sobre os obtidos em provas finais. • No aspecto quantitativo, as notas serão computadas segundo o Regulamento da Organização Didática – ROD, do IFCE. Alguns critérios a serem adotados: observação da turma quanto à participação nas discussões em sala de aula e à realização das atividades propostas; aplicação de trabalhos individuais ou em grupo, escritos (pesquisas) ou orais (seminários); avaliação escrita.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
1. ANTUNES, Jonathan Lamim. Marketing de conteúdo: estratégias para entregar o que seu público quer consumir. São Paulo: Casa do Código, 2017. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br. Acesso em: 14 out 2025. 2. SANTOS, Adriane Schimainiski dos (org.). Marketing de relacionamento. São Paulo, SP: Pearson, 2015. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br. Acesso em: 14 out 2025. 3. ARANTES, Elaine Cristina. Marketing de serviços. Curitiba: Intersaberes, 2012. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br. Acesso em: 14 out 2025.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
1. SANTOS, Alexandre Correia dos. Marketing. São Paulo: Contentus, 2020. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br. Acesso em: 14 out 2025. 2. KOTLER, Phillip; KELLER, Kelvin Lane. Administração de Marketing: a bíblia do Marketing. 12. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006. 3. KOTLER, Philip; ARMSTRONG, Gary. Princípios de Marketing. 12. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007 4. FERREIRA JUNIOR, Achilles Batista; AZEVEDO, Ney Queiroz de. Marketing digital: uma análise do mercado 3.0. Curitiba: Intersaberes, 2015. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br. Acesso em: 14 out 2025. 5. MORETTI, Sérgio; LENZI, Fernando César (org.). Marketing empreendedor: novos rumos para o sucesso nos negócios de micro, pequenas e médias empresas. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2012. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br. Acesso em: 14 out 2025.

6. LINHARES, Cley Fabiano. Accountability marketing. Curitiba, PR: Contentus, 2021. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 12 dez 2025.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico



INSTITUTO FEDERAL
Ceará
Campus Acopiara

DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO TÉCNICO CONCOMITANTE EM ADMINISTRAÇÃO, NA
MODALIDADE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: Projeto Integrador II		
Código:	Carga horária total: 40h	Créditos: 02
Nível: Técnico	Ano: 2º Semestre	Pré-requisitos: Não
CARGA HORÁRIA	Teórica: 0 h	Prática: 0h
	Presencial: 40h	Distância: 0h
	Prática Profissional: 40 h	
	Atividades não presenciais: 8h	
	Extensão: Não se aplica.	
EMENTA		
Aplicação de ferramentas de gestão, empreendedorismo e inovação em situações reais do cotidiano profissional e comunitário dos alunos. Construção de projetos voltados à resolução de problemas locais, valorizando o saber prévio, a experiência profissional e a aprendizagem colaborativa.		
OBJETIVOS		
• Relacionar teoria e prática na identificação e resolução de problemas reais do mundo do trabalho e da comunidade; • Valorizar a experiência profissional, os saberes prévios e a trajetória de vida dos estudantes da EJA como ponto de partida para a construção dos projetos; • Desenvolver competências em planejamento, organização, liderança, comunicação e tomada de decisão; • Estimular o trabalho em equipe, o protagonismo discente e a corresponsabilidade pelos resultados dos projetos; • Incentivar o empreendedorismo e a responsabilidade social na proposição de soluções para problemas locais; • Produzir relatórios, registros e apresentações que expressem, de forma clara e contextualizada, os resultados alcançados; • Selecionar e desenvolver temas de projeto que dialoguem com a promoção da igualdade racial, o combate ao racismo e à discriminação, a valorização de culturas afro-brasileiras, africanas e indígenas e a defesa dos direitos humanos na comunidade; • Estabelecer parcerias com escolas, movimentos sociais, comunidades negras, quilombolas, indígenas e outras organizações locais, sempre que possível, para potencializar o impacto social dos projetos.		
PROGRAMA		

1. Planejamento do Projeto Integrador

Escolha do tema com base em problemas reais da comunidade, da escola ou do ambiente de trabalho; definição de objetivos e justificativa; planejamento e cronograma de atividades.

2. Desenvolvimento do Projeto

Levantamento de informações; análise de dados; aplicação de ferramentas de gestão execução das ações planejadas.

3. Relatório e Comunicação dos Resultados

Estruturação e escrita de relatório técnico de forma acessível e objetiva; elaboração de materiais de apresentação (painéis, slides, cartazes, vídeos, etc.).

4. Apresentação e Avaliação Final

Exposição e defesa do projeto; reflexão sobre os aprendizados adquiridos; autoavaliação e avaliação em grupo.

METODOLOGIA DE ENSINO

- As atividades pedagógicas compreenderão a realização de aulas teóricas expositivas, seminários e trabalhos grupais e/ou individuais. As aulas expositivas serão orientadas para a contextualização e interdisciplinaridade, visando estabelecer conexões entre os conteúdos teóricos abordados e situações do cotidiano dos discentes, bem como com outras áreas do conhecimento. A participação ativa dos alunos será considerada um elemento crucial durante o desenvolvimento das aulas, sendo constantemente incentivada para promover a curiosidade e estimular a pesquisa.
- Por sua vez, as atividades práticas serão conduzidas em conformidade com as normativas pertinentes, envolvendo a execução de procedimentos e técnicas necessárias para a consolidação e aprofundamento dos conhecimentos teóricos adquiridos.
- As atividades não presenciais serão sistematizadas e postadas pelo professor no sistema Q-Acadêmico e consistirão em: atividades de leitura e elaboração de análise crítica e/ou fichamentos de livros, textos base, texto-vídeos, entre outros; atividades de aprofundamento, tais como exercícios, questionários e estudos dirigidos; estudos de caso, resolução de situações-problema e análises; participação em aulas virtuais síncronas ou, preferencialmente, assíncronas; e demais atividades.

RECURSOS

- Serão utilizados os seguintes recursos didáticos:
- Quadro branco, pincel e apagador;
- Recursos audiovisuais (projektor, computador, etc.);
- Uso de laboratório;
- Aplicativos educativos disponíveis para smartphones e androides.

AValiação

- As avaliações serão realizadas mediante notas, divididas, no mínimo, em duas notas N1 e N2, que corresponderão a: provas escritas e orais, relatórios, trabalhos de pesquisa individual e em grupo e debates em forma de seminário.
- Avaliação tem perspectiva diagnóstica, contínua e cumulativa por intermédio de aferições diárias, semanais e/ou mensais.
- A frequência é obrigatória, respeitando os limites de ausência previstos em lei, sendo componente de avaliação, com a predominância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados parciais sobre os obtidos em provas finais.
- Realização de exercícios e trabalhos individuais e/ou coletivos; Seminários Interativos; Avaliações escritas: testes e provas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, São Paulo, 76: 49-86, 2009. Periódico. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64452009000100003&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso em: 09 Out. 2025.
2. ALVES, Ricardo Ribeiro. ESG: o presente e o futuro das empresas. Petrópolis: Vozes, 2023. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 09 out 2025.
3. CARVALHO, Fábio Câmara Araújo de (org.). Gestão de projetos. São Paulo, SP: Pearson, 2012. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 09 out 2025.
- PERSEGUINI, ALAYDE (Org.).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. CARVALHO, Fábio Câmara Araújo de. Gestão de projetos. São Paulo, SP: Pearson, 2015. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 09 out 2025.
2. CARVALHO JÚNIOR, Moacir Ribeiro de. Gestão de projetos da academia à sociedade. Curitiba: Intersaberes, 2012. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 09 out 2025.
3. SOUZA, Carla Patricia da Silva. Gestão de projetos. 1. ed. São Paulo: Contentus, 2020. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 09 out 2025.
4. ESTEFAM, André. Direitos humanos. São Paulo: Rideel, 2022. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 09 out 2025.
5. PERSEGUINI, Alayde dos Santos (org.). Responsabilidade social. São Paulo, SP: Pearson, 2015. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 09 out 2025.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico



INSTITUTO FEDERAL
Ceará
Campus Acopiara

DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO TÉCNICO CONCOMITANTE EM ADMINISTRAÇÃO, NA
MODALIDADE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: Contabilidade Geral		
Código:	Carga horária total: 80h	Créditos: 04
Nível: Técnico	Semestre: 3º Semestre	Pré-requisitos: Não
CARGA HORÁRIA	Teórica: 60h	Prática: 20h
	Presencial: 80h	Distância: 0h
	Prática Profissional: Não se aplica.	
	Atividades não presenciais: 16h	
	Extensão: Não se aplica.	
EMENTA		
Contabilidade: conceitos e finalidades; O patrimônio: conceito, estrutura e variações; Estática e dinâmica patrimonial; Contas: conceitos, classificação e plano de contas; Escrituração: método das partidas dobradas; Noções de demonstrações contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado do Exercício e Demonstração dos Fluxos de Caixa.		
OBJETIVOS		
OBJETIVO GERAL Compreender os conceitos fundamentais da contabilidade e sua aplicação no controle e na gestão do patrimônio das organizações, desenvolvendo conhecimentos sobre registro, classificação e análise das informações contábeis, de modo a subsidiar a tomada de decisões administrativas, considerando as especificidades da Educação de Jovens e Adultos e as demandas do mundo do trabalho.		
OBJETIVOS ESPECÍFICOS Compreender a finalidade e a importância da contabilidade nas organizações. Identificar os elementos que compõem o patrimônio. Analisar as variações patrimoniais. Compreender a estrutura das contas e o plano de contas. Conhecer o método das partidas dobradas. Realizar registros contábeis básicos. Compreender as demonstrações contábeis. Interpretar informações do balanço patrimonial. Identificar resultados por meio da Demonstração do Resultado do Exercício. Compreender a função da Demonstração dos Fluxos de Caixa. Aplicar conhecimentos contábeis em situações práticas. Desenvolver habilidades de organização e controle de informações financeiras. Relacionar a contabilidade com a administração e a tomada de decisões		
PROGRAMA		

Unidade 1 – Conceitos fundamentais de contabilidade

Contabilidade: conceito e finalidade

Importância da contabilidade para as organizações

Usuários da informação contábil

Princípios básicos da contabilidade

Aplicação da contabilidade na administração

Unidade 2 – Patrimônio

Conceito de patrimônio

Bens, direitos e obrigações

Situação líquida

Estrutura patrimonial

Estática patrimonial

Dinâmica patrimonial

Variações patrimoniais

Atividades práticas:

identificação de elementos patrimoniais

exercícios de classificação

Unidade 3 – Contas e plano de contas

Conceito de contas

Classificação das contas

Contas patrimoniais

Contas de resultado

Plano de contas

Estrutura do plano de contas

Atividades práticas:

montagem de plano de contas

classificação de contas

Unidade 4 – Escrituração contábil

Escrituração contábil

Método das partidas dobradas

Débito e crédito

Lançamentos contábeis

Livros contábeis

Atividades práticas:

registros contábeis simples

exercícios de partidas dobradas

lançamentos em razonetes

Unidade 5 – Demonstrações contábeis

Balanço patrimonial

Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Análise básica das demonstrações

Uso das informações contábeis na administração

Atividades práticas:

elaboração de balanço simples

montagem de DRE

interpretação de relatórios

METODOLOGIA DE ENSINO
• As atividades serão desenvolvidas individual e/ou coletivamente, podendo ser utilizando os seguintes procedimentos: • Aulas expositivas, dialogadas e participativas; • Execução de seminários; • Estudo dirigido. • As aulas serão realizadas atividades educacionais com compartilhamento de materiais, jogabilidade, interatividade, etc. Com respeito aos alunos (as) com necessidades específicas serão utilizados recursos, conforme a necessidade particular de cada caso. • As atividades não presenciais serão sistematizadas e postadas pelo professor no sistema Q-Acadêmico e consistirão em: atividades de leitura e elaboração de análise crítica e/ou fichamentos de livros, textos base, texto-vídeos, entre outros; atividades de aprofundamento, tais como exercícios, questionários e estudos dirigidos; estudos de caso, resolução de situações-problema e análises; participação em aulas virtuais síncronas ou, preferencialmente, assíncronas; e demais atividades.
RECURSOS
• Serão utilizados os seguintes recursos didáticos: • Quadro branco, pincel e apagador; • Recursos audiovisuais (projektor, computador, etc); • Uso de laboratório; • Aplicativos educativos disponíveis para smartphones.
AValiação
• As avaliações serão realizadas mediante notas, divididas, no mínimo, em duas notas N1 e N2, que corresponderão a: provas escritas e orais, relatórios, trabalhos de pesquisa individual e em grupo e debates em forma de seminário. • Avaliação tem perspectiva diagnóstica, contínua e cumulativa por intermédio de aferições diárias, semanais e/ou mensais. • A frequência é obrigatória, respeitando os limites de ausência previstos em lei, sendo componente de avaliação, com a predominância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados parciais sobre os obtidos em provas finais. • Realização de exercícios e trabalhos individuais e/ou coletivos; Seminários Interativos; Avaliações escritas: testes e provas.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
1. SANTOS, Antonio Sebastião dos (org.). Contabilidade. São Paulo: Pearson, 2014. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br. Acesso em: 31 out 2025. 2. MÜLLER, Aderbal Nicolas. Contabilidade básica: fundamentos essenciais. São Paulo: Pearson, 2007. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br. Acesso em: 31 out 2025. 3. SANTOS, Cleônimo dos. Contabilidade fundamental. 2. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2019. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br. Acesso em: 31 out 2025.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. LUZ, Érico Eleuterio da; OLIVEIRA, Antonio Carlos Leite de. **Contabilidade geral das sociedades**. Curitiba: Intersaberes, 2017. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 31 out 2025.
2. MEURER, Alison Martins. **Contabilidade comercial**. São Paulo: Contentus, 2020. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 31 out 2025.
3. IZIDORO, Cleyton (org.). **Contabilidade de custos**. 2. ed. São Paulo: Pearson, 2019. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 31 out 2025.
4. RODRIGUES, Marineusa Andreico. **Contabilidade gerencial: área de negócios**. Curitiba, PR: Contentus, 2021. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 31 out 2025.
5. ANTONOVZ, Tatiane. **Contabilidade ambiental**. Curitiba: Intersaberes, 2014. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 31 out 2025.



INSTITUTO FEDERAL
Ceará
Campus Acopiara

DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO TÉCNICO CONCOMITANTE EM ADMINISTRAÇÃO, NA
MODALIDADE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: Administração Financeira		
Código:	Carga horária total: 80h	Créditos: 04
Nível: Técnico	Semestre: 3º Semestre	Pré-requisitos: Não
CARGA HORÁRIA	Teórica: 60h	Prática: 20h
	Presencial: 80h	Distância: 0h
	Prática Profissional: Não se aplica.	
	Atividades não presenciais: 16h	
	Extensão: Não se aplica.	
EMENTA		
Conceitos básicos de administração financeira. Gestão do circulante: caixa, contas a receber e estoque. Alavancagem: financeira e operacional. Análise de Investimento: Payback, TIR e VPL. Avaliação do desempenho econômico-financeiro: liquidez, endividamento e rentabilidade.		
OBJETIVOS		
OBJETIVO GERAL		
Compreender os fundamentos da administração financeira e sua aplicação na gestão das organizações, desenvolvendo conhecimentos sobre controle do capital, análise de investimentos e avaliação do desempenho econômico-financeiro, de modo a subsidiar a tomada de decisões administrativas, considerando as especificidades da Educação de Jovens e Adultos e as demandas do mundo do trabalho.		
OBJETIVOS ESPECÍFICOS		
Compreender os conceitos básicos da administração financeira.		
Identificar a importância da gestão financeira nas organizações.		
Conhecer os elementos do capital de giro.		
Compreender a gestão de caixa, contas a receber e estoques.		
Identificar os conceitos de alavancagem financeira e operacional.		
Compreender métodos de análise de investimentos.		
Aplicar conceitos de Payback, TIR e VPL.		
Interpretar indicadores econômico-financeiros.		
Analisar liquidez, endividamento e rentabilidade.		
Desenvolver habilidades para tomada de decisão financeira.		
Aplicar conceitos financeiros em situações práticas.		
Relacionar a administração financeira com a gestão administrativa.		
PROGRAMA		

Unidade 1 – Introdução à administração financeira
Conceitos básicos de administração financeira
Funções da administração financeira
Objetivos da gestão financeira
Importância da administração financeira nas organizações
Planejamento financeiro
Atividades práticas:
análise de situações simples de controle financeiro
Unidade 2 – Gestão do circulante
Capital de giro
Gestão de caixa
Contas a receber
Contas a pagar
Gestão de estoques
Controle financeiro
Atividades práticas:
exercícios de controle de caixa
simulação de fluxo financeiro
organização de planilhas simples
Unidade 3 – Alavancagem financeira e operacional
Conceito de alavancagem
Alavancagem operacional
Alavancagem financeira
Risco financeiro
Impacto das decisões financeiras
Atividades práticas:
exercícios de cálculo simples
análise de exemplos
Unidade 4 – Análise de investimentos
Conceito de investimento
Critérios de decisão
Payback
Valor Presente Líquido (VPL)
Taxa Interna de Retorno (TIR)
Comparação de projetos
Atividades práticas:
cálculo de Payback
cálculo de VPL simples
análise de investimentos
Unidade 5 – Avaliação do desempenho econômico-financeiro
Demonstrações financeiras
Indicadores financeiros
Liquidez
Endividamento
Rentabilidade
Análise de resultados
Atividades práticas:
cálculo de índices
interpretação de resultados
análise de relatórios financeiros

METODOLOGIA DE ENSINO

- As atividades serão desenvolvidas individual e/ou coletivamente, podendo ser utilizando os seguintes procedimentos:
 - Aulas expositivas, dialogadas e participativas;
 - Execução de seminários;
 - Estudo dirigido.
- As aulas serão realizadas atividades educacionais com compartilhamento de materiais, jogabilidade, interatividade, etc. Com respeito aos alunos (as) com necessidades específicas serão utilizados recursos, conforme a necessidade particular de cada caso.
- As atividades não presenciais serão sistematizadas e postadas pelo professor no sistema Q-Acadêmico e consistirão em: atividades de leitura e elaboração de análise crítica e/ou fichamentos de livros, textos base, texto-vídeos, entre outros; atividades de aprofundamento, tais como exercícios, questionários e estudos dirigidos; estudos de caso, resolução de situações-problema e análises; participação em aulas virtuais síncronas ou, preferencialmente, assíncronas; e demais atividades.

RECURSOS

- Serão utilizados os seguintes recursos didáticos:
- Quadro branco, pincel e apagador;
- Recursos audiovisuais (projektor, computador, etc);
- Uso de laboratório;
- Aplicativos educativos disponíveis para smartphones.

AValiação

- As avaliações serão realizadas mediante notas, divididas, no mínimo, em duas notas N1 e N2, que corresponderão a: provas escritas e orais, relatórios, trabalhos de pesquisa individual e em grupo e debates em forma de seminário.
- Avaliação tem perspectiva diagnóstica, contínua e cumulativa por intermédio de aferições diárias, semanais e/ou mensais.
- A frequência é obrigatória, respeitando os limites de ausência previstos em lei, sendo componente de avaliação, com a predominância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados parciais sobre os obtidos em provas finais.
- Realização de exercícios e trabalhos individuais e/ou coletivos; Seminários Interativos; Avaliações escritas: testes e provas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. CAROTA, José Carlos. Educação financeira: orçamento pessoal e investimentos. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2021. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 01 maio 2025.
2. GITMAN, L. J.; ZUTTER, C. J. Princípios de administração financeira. 14. ed. São Paulo, SP: Pearson, 2017. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 01 maio 2025.
3. MEGLIORINI, Evandir; VALLIM, Marco Aurélio. Administração financeira. 2. ed. São Paulo: Pearson, 2018. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 01 maio 2025.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. DOMINGOS, Reinaldo Aparecido. Terapia financeira: realize seus sonhos com educação financeira. São Paulo: DSOP, 2011. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 01 maio 2025.
2. GARCIA, Ana Paula; GARCIA, Wander Carvalho Dompieri. Como passar em concursos CESPE: questões comentadas - raciocínio lógico, matemática financeira, matemática básica, estatística, administração financeira e orçamentária. 7. ed. Indaiatuba: Foco, 2018. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 01 maio 2025.
3. GITMAN, Lawrence Jeffrey. Princípios de administração financeira. 12. ed. São Paulo, SP: Pearson, 2010. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 01 maio 2025.
4. LUZ, Adão Eleutério da. Introdução à administração financeira e orçamentária. Curitiba: Intersaberes, 2015. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 01 maio 2025.
5. MENEGHETTI NETO, Alfredo et al. Educação financeira. Porto Alegre, RS: ediPUCRS, 2014. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 01 maio 2025.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico



INSTITUTO FEDERAL
Ceará
Campus Acopiara

DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO TÉCNICO CONCOMITANTE EM ADMINISTRAÇÃO, NA
MODALIDADE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA - FOS		
DISCIPLINA: Matemática Financeira		
Código:	Carga horária total: 40h	Créditos: 02
Nível: Técnico	Semestre: 3º Semestre	Pré-requisitos: Não
CARGA HORÁRIA	Teórica: 40h	Prática: 0h
	Presencial: 40h	Distância: 0h
	Prática Profissional: Não se aplica.	
	Atividades não presenciais: 8h.	
	Extensão: Não se aplica.	
EMENTA		
Conceitos Básicos. Regime de Capitalização Simples e Juros simples. Regime de Capitalização Composta e Juros Compostos. Taxas. Descontos. Série de Pagamentos. Sistemas de Amortização. Mercado Financeiro.		
OBJETIVOS		
OBJETIVO GERAL		
Compreender e aplicar os conceitos fundamentais da matemática financeira, desenvolvendo habilidades de cálculo e análise de operações financeiras relacionadas a juros, taxas, descontos, séries de pagamentos e sistemas de amortização, de modo a contribuir para a tomada de decisões no contexto administrativo e financeiro das organizações, considerando as especificidades da Educação de Jovens e Adultos e as demandas do mundo do trabalho.		
OBJETIVOS ESPECÍFICOS		
Compreender os conceitos básicos da matemática financeira.		
Diferenciar os regimes de capitalização simples e composta.		
Calcular juros simples e juros compostos.		
Compreender e aplicar diferentes tipos de taxas.		
Resolver problemas envolvendo descontos.		
Analisar séries de pagamentos.		
Conhecer sistemas de amortização.		
Compreender o funcionamento do mercado financeiro.		
Aplicar conceitos financeiros em situações práticas.		
Desenvolver raciocínio lógico aplicado à área administrativa.		
Utilizar a matemática financeira na tomada de decisões.		
Interpretar situações financeiras do cotidiano e das organizações		
PROGRAMA		

Unidade 1 – Conceitos básicos de matemática financeira

Conceitos básicos

Capital, juros e montante

Tempo e taxa

Operações financeiras simples

Aplicações no cotidiano e nas organizações

Unidade 2 – Regime de capitalização simples

Juros simples

Fórmulas básicas

Cálculo do montante

Cálculo da taxa

Cálculo do tempo

Problemas aplicados

Unidade 3 – Regime de capitalização composta

Juros compostos

Fórmulas

Montante e valor presente

Taxas equivalentes

Comparação entre regimes

Unidade 4 – Taxas e descontos

Tipos de taxas

Taxas proporcionais

Taxas equivalentes

Desconto simples

Desconto composto

Aplicações comerciais e financeiras

Unidade 5 – Séries de pagamento e sistemas de amortização

Série de pagamentos

Anuidades

Financiamentos

Sistemas de amortização

SAC

PRICE

Parcelamentos

Unidade 6 – Mercado financeiro e análise de investimentos

Noções de mercado financeiro

Aplicações financeiras

Empréstimos e financiamentos

Comparação de investimentos

Uso da matemática financeira na administração

METODOLOGIA DE ENSINO

- As atividades serão desenvolvidas individual e/ou coletivamente, podendo ser utilizando os seguintes procedimentos:
 - Aulas expositivas, dialogadas e participativas;
 - Execução de seminários;
 - Estudo dirigido.
- As aulas serão realizadas atividades educacionais com compartilhamento de materiais, jogabilidade, interatividade, etc. Com respeito aos alunos (as) com necessidades específicas serão utilizados recursos, conforme a necessidade particular de cada caso.
- As atividades não presenciais serão sistematizadas e postadas pelo professor

no sistema Q-Acadêmico e consistirão em: atividades de leitura e elaboração de análise crítica e/ou fichamentos de livros, textos base, texto-vídeos, entre outros; atividades de aprofundamento, tais como exercícios, questionários e estudos dirigidos; estudos de caso, resolução de situações-problema e análises; participação em aulas virtuais síncronas ou, preferencialmente, assíncronas; e demais atividades.

RECURSOS

- Serão utilizados os seguintes recursos didáticos:
- Quadro branco, pincel e apagador;
- Recursos audiovisuais (projektor, computador, etc);
- Uso de laboratório;
- Aplicativos educativos disponíveis para smartphones.

AValiação

- As avaliações serão realizadas mediante notas, divididas, no mínimo, em duas notas N1 e N2, que corresponderão a: provas escritas e orais, relatórios, trabalhos de pesquisa individual e em grupo e debates em forma de seminário.
- Avaliação tem perspectiva diagnóstica, contínua e cumulativa por intermédio de aferições diárias, semanais e/ou mensais.
- A frequência é obrigatória, respeitando os limites de ausência previstos em lei, sendo componente de avaliação, com a predominância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados parciais sobre os obtidos em provas finais.
- Realização de exercícios e trabalhos individuais e/ou coletivos; Seminários Interativos; Avaliações escritas: testes e provas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. DAL ZOT, Wili; CASTRO, Manoela Longone de. Matemática Financeira: fundamentos e aplicações. Porto Alegre, Rio Grande do Sul: Bookman, 2015.
2. HAZZAN, Samuel; POMPEO, José Nicolau. Matemática Financeira. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.
3. SAMANEZ, Carlos Patrício. Matemática financeira. 5. ed. São Paulo: Pearson, 2010. E-book. (306 p.). Disponível em: . Acesso em 30 de abril de 2025.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. ANDRICH, Emir Guimarães e Outros. Finanças corporativas: Análise de demonstrativos contábeis e de investimentos. InterSaberes, 2014. E-book. (160 p.). Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/14842>. Acesso em 30 de abril de 2025.
2. CASTANHEIRA, Nelson Pereira. Noções básicas de matemática comercial e financeira. InterSaberes, 2012. E-book. (160 p.). Disponível em: . Acesso em 30 de abril de 2025.
3. GIMENES, Cristiano Marchi. Matemática Financeira com HP 12C e Excel: uma abordagem descomplicada - 2a edição. Pearson, 2009. E-book. (322 p.). Disponível em: . Acesso em 30 de abril de 2025.
4. JACQUES, Ian. Matemática para Economia e Administração - 6a edição. Pearson, 2010. E-book. (554 p.). Disponível em: . Acesso em 30 de abril de 2025.
5. SAMANEZ, Carlos Patrício. Gestão de Investimentos e Geração de Valor. Pearson, 2006. E-book. (400 p.). Disponível em: . Acesso em 30 de abril de 2025



INSTITUTO FEDERAL
Ceará
Campus Acopiara

DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO TÉCNICO CONCOMITANTE EM ADMINISTRAÇÃO, NA
MODALIDADE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA - PCD		
DISCIPLINA: Projeto Integrador III		
Código:	Carga horária total: 40h	Créditos: 02
Nível: Técnico	Ano: 3º Semestre	Pré-requisitos: Não
CARGA HORÁRIA	Teórica: 0 h	Prática: 0h
	Presencial: 40h	Distância: 0h
	Prática Profissional: 40 h	
	Atividades não presenciais: 8h	
	Extensão: Não se aplica.	
EMENTA		
Aplicação de ferramentas de gestão, empreendedorismo e inovação em situações reais do cotidiano profissional e comunitário dos alunos. Construção de projetos voltados à resolução de problemas locais, valorizando o saber prévio, a experiência profissional e a aprendizagem colaborativa. Estimula o desenvolvimento de projetos que articulem gestão, empreendedorismo, inovação e promoção dos direitos humanos, com destaque para iniciativas voltadas à igualdade racial, ao combate ao racismo e à valorização de saberes e práticas de comunidades negras, quilombolas e indígenas.		
OBJETIVOS		
• Relacionar teoria e prática na identificação e resolução de problemas reais do mundo do trabalho e da comunidade; • Valorizar a experiência profissional, os saberes prévios e a trajetória de vida dos estudantes da EJA como ponto de partida para a construção dos projetos; • Desenvolver competências em planejamento, organização, liderança, comunicação e tomada de decisão; • Estimular o trabalho em equipe, o protagonismo discente e a corresponsabilidade pelos resultados dos projetos; • Incentivar o empreendedorismo e a responsabilidade social na proposição de soluções para problemas locais; • Produzir relatórios, registros e apresentações que expressem, de forma clara e contextualizada, os resultados alcançados; • Selecionar e desenvolver temas de projeto que dialoguem com a promoção da igualdade racial, o combate ao racismo e à discriminação, a valorização de culturas afro-brasileiras, africanas e indígenas e a defesa dos direitos humanos na comunidade; • Estabelecer parcerias com escolas, movimentos sociais, comunidades negras, quilombolas, indígenas e outras organizações locais, sempre que possível, para potencializar o impacto social dos projetos.		
PROGRAMA		

1. Planejamento do Projeto Integrador

Escolha do tema com base em problemas reais da comunidade, da escola ou do ambiente de trabalho; definição de objetivos e justificativa; planejamento e cronograma de atividades.

Temáticas sugeridas: inclusão produtiva de jovens negros e indígenas; fortalecimento de empreendimentos comunitários; ações educativas sobre racismo e direitos humanos em parceria com o NEABI, escolas e movimentos sociais.

2. Desenvolvimento do Projeto

Levantamento de informações; análise de dados; aplicação de ferramentas de gestão execução das ações planejadas.

3. Relatório e Comunicação dos Resultados

Estruturação e escrita de relatório técnico de forma acessível e objetiva; elaboração de materiais de apresentação (painéis, slides, cartazes, vídeos, etc.).

4. Apresentação e Avaliação Final

Exposição e defesa do projeto; reflexão sobre os aprendizados adquiridos; autoavaliação e avaliação em grupo.

METODOLOGIA DE ENSINO

- As atividades pedagógicas compreenderão a realização de aulas teóricas expositivas, seminários e trabalhos grupais e/ou individuais. As aulas expositivas serão orientadas para a contextualização e interdisciplinaridade, visando estabelecer conexões entre os conteúdos teóricos abordados e situações do cotidiano dos discentes, bem como com outras áreas do conhecimento. A participação ativa dos alunos será considerada um elemento crucial durante o desenvolvimento das aulas, sendo constantemente incentivada para promover a curiosidade e estimular a pesquisa.
- Por sua vez, as atividades práticas serão conduzidas em conformidade com as normativas pertinentes, envolvendo a execução de procedimentos e técnicas necessárias para a consolidação e aprofundamento dos conhecimentos teóricos adquiridos.
- As atividades não presenciais serão sistematizadas e postadas pelo professor no sistema Q-Acadêmico e consistirão em: atividades de leitura e elaboração de análise crítica e/ou fichamentos de livros, textos base, texto-vídeos, entre outros; atividades de aprofundamento, tais como exercícios, questionários e estudos dirigidos; estudos de caso, resolução de situações-problema e análises; participação em aulas virtuais síncronas ou, preferencialmente, assíncronas; e demais atividades.

RECURSOS

- Serão utilizados os seguintes recursos didáticos:
- Quadro branco, pincel e apagador;
- Recursos audiovisuais (projektor, computador, etc.);
- Uso de laboratório;
- Aplicativos educativos disponíveis para smartphones e androides.

AValiação

- As avaliações serão realizadas mediante notas, divididas, no mínimo, em duas notas N1 e N2, que corresponderão a: provas escritas e orais, relatórios, trabalhos de pesquisa individual e em grupo e debates em forma de seminário.
- Avaliação tem perspectiva diagnóstica, contínua e cumulativa por intermédio de aferições diárias, semanais e/ou mensais.
- A frequência é obrigatória, respeitando os limites de ausência previstos em lei, sendo componente de avaliação, com a predominância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados parciais sobre os obtidos em provas finais.
- Realização de exercícios e trabalhos individuais e/ou coletivos; Seminários Interativos; Avaliações escritas: testes e provas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, São Paulo, 76: 49-86, 2009. Periódico. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64452009000100003&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso em: 09 Out. 2025.
2. ALVES, Ricardo Ribeiro. ESG: o presente e o futuro das empresas. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2023. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 09 out 2025.
3. CARVALHO, Fábio Câmara Araújo de (org.). Gestão de projetos. São Paulo, SP: Pearson, 2012. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 09 out 2025.
- PERSEGUINI, ALAYDE (Org.).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. CARVALHO, Fábio Câmara Araújo de. Gestão de projetos. São Paulo, SP: Pearson, 2015. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 09 out 2025.
2. CARVALHO JÚNIOR, Moacir Ribeiro de. Gestão de projetos da academia à sociedade. Curitiba: Intersaberes, 2012. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 09 out 2025.
3. SOUZA, Carla Patricia da Silva. Gestão de projetos. São Paulo: Contentus, 2020. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 09 out 2025.
4. ESTEFAM, André. Direitos humanos. São Paulo: Rideel, 2022. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 09 out 2025.
5. PERSEGUINI, Alayde dos Santos (org.). Responsabilidade social. São Paulo, SP: Pearson, 2015. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 09 out 2025.
6. MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos**. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 12 dez 2025.
7. MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. 1. ed. São Paulo: Autêntica, 2019. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 12 dez 2025.
8. CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Summus, 2011. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>.

Acesso em: 12 dez 2025.

9. RATTTS, Alex; RIOS, Flavia. **Lelia Gonzalez**. 1. ed. São Paulo: Selo Negro Edições, 2010. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 12 dez 2025.

10. KRENAK, Ailton; SILVESTRE, Helena; SANTOS, Boaventura de Sousa. **O sistema e o antissistema**: três ensaios, três mundos no mesmo mundo. 1. ed. São Paulo: Autêntica, 2021. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 12 dez 2025.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

PROGRAMAS DE UNIDADES DIDÁTICAS OPTATIVAS (PUD'S)



INSTITUTO FEDERAL
Ceará
Campus Acopiara

DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO TÉCNICO CONCOMITANTE EM ADMINISTRAÇÃO PARA
A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – 1º CD		
DISCIPLINA: Libras		
Código:	Carga horária total: 40h	Créditos: 02
Nível: Técnico	Semestre: Optativa	Pré-requisitos: Não
CARGA HORÁRIA	Teórica: 40h	Prática: 0h
	Presencial: 40h	Distância: 0h
	Prática Profissional: Não se aplica.	
	Atividades não presenciais: 8h	
	Extensão: Não se aplica.	
EMENTA		
Noções básicas de Libras com vistas a uma comunicação funcional entre ouvintes e surdos na sociedade. Fundamentos histórico-culturais dos sujeitos surdos e da Libras. Parâmetros e traços linguísticos da Libras. Cultura e identidades surdas. Os profissionais TILS. O alfabeto datilológico. Expressões não-manuais. Uso do espaço. Classificadores. Vocabulário em Libras nos diversos contextos de uso.		
OBJETIVOS		
OBJETIVO GERAL		
Desenvolver conhecimentos básicos da Língua Brasileira de Sinais – Libras, possibilitando a comunicação funcional entre ouvintes e pessoas surdas, bem como a compreensão dos aspectos históricos, culturais e linguísticos da comunidade surda, promovendo atitudes de respeito à diversidade, inclusão social e garantia dos direitos humanos.		
OBJETIVOS ESPECÍFICOS		
Conhecer a história da educação de surdos no Brasil.		
Compreender a importância da Libras como língua da comunidade surda.		
Identificar aspectos culturais e sociais da comunidade surda.		
Reconhecer a Libras como meio de comunicação e expressão.		
Conhecer os parâmetros linguísticos da Libras.		
Utilizar o alfabeto manual (datilológico).		
Compreender o uso das expressões não manuais.		
Reconhecer o uso do espaço na Libras.		
Identificar classificadores básicos.		
Desenvolver vocabulário básico em Libras.		
Realizar comunicação simples em Libras.		
Promover atitudes de inclusão e respeito à diversidade.		
Compreender o papel do tradutor e intérprete de Libras (TILS).		
Relacionar Libras, cidadania e direitos humanos.		
PROGRAMA		

Unidade 1 – Fundamentos da Libras e da cultura surda

História da educação de surdos

Comunidade surda

Cultura e identidade surda

Libras como língua

Legislação sobre Libras

Inclusão e direitos das pessoas surdas

Unidade 2 – Estrutura linguística da Libras

Parâmetros da Libras

Configuração de mão

Ponto de articulação

Movimento

Orientação

Expressões não-manuais

Uso do espaço

Unidade 3 – Alfabeto e vocabulário básico

Alfabeto datilológico

Saudações

Números

Família

Escola

Profissões

Objetos do cotidiano

Vocabulário básico

Unidade 4 – Comunicação em Libras

Frases simples

Perguntas e respostas

Expressões do cotidiano

Uso de classificadores

Comunicação funcional

Unidade 5 – Libras, inclusão e direitos humanos

Direitos da pessoa surda

Inclusão social

Acessibilidade

Papel do TILS

Libras no ambiente de trabalho

Comunicação no atendimento ao público

METODOLOGIA DE ENSINO
• As atividades serão desenvolvidas individual e/ou coletivamente, podendo ser utilizando os seguintes procedimentos: • Aulas expositivas, dialogadas e participativas; • Execução de seminários; • Estudo dirigido. • As aulas serão realizadas atividades educacionais com compartilhamento de materiais, jogabilidade, interatividade, etc. Com respeito aos alunos (as) com necessidades específicas serão utilizados recursos, conforme a necessidade particular de cada caso. • As atividades não presenciais serão sistematizadas e postadas pelo professor no sistema Q-Acadêmico e consistirão em: atividades de leitura e elaboração de análise crítica e/ou fichamentos de livros, textos base, texto-vídeos, entre outros; atividades de aprofundamento, tais como exercícios, questionários e estudos dirigidos; estudos de caso, resolução de situações-problema e análises; participação em aulas virtuais síncronas ou, preferencialmente, assíncronas; e demais atividades.
RECURSOS
• Serão utilizados os seguintes recursos didáticos: • Quadro branco, pincel e apagador; • Recursos audiovisuais (projektor, computador, etc); • Uso de laboratório; • Aplicativos educativos disponíveis para smartphones.
AValiação
• As avaliações serão realizadas mediante notas, divididas, no mínimo, em duas notas N1 e N2, que corresponderão a: provas escritas e orais, relatórios, trabalhos de pesquisa individual e em grupo e debates em forma de seminário. • Avaliação tem perspectiva diagnóstica, contínua e cumulativa por intermédio de aferições diárias, semanais e/ou mensais. • A frequência é obrigatória, respeitando os limites de ausência previstos em lei, sendo componente de avaliação, com a predominância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados parciais sobre os obtidos em provas finais. • Realização de exercícios e trabalhos individuais e/ou coletivos; Seminários Interativos; Avaliações escritas: testes e provas.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
1. CAPOVILLA, Fernando Cesar; RAPHAEL, Walkyria Duarte. Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua Brasileira de Sinais. vol. 1 e 2. 2ª Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001. 2. FELIPE, Tânia Amara. Libras em Contexto: curso básico. Brasília: MEC/SEESP, 2007. 3. GESSER, Audrei. Libras? Que língua é essa?: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BRITO, Lucinda Ferreira. Por uma gramática de língua de sinais. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995. 256
2. HONORA, Márcia; FRIZANCO, Mary Lopes Esteves. Livro ilustrado de Língua Brasileira de Sinais: desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez. Volumes 1 e 2. São Paulo: Ciranda Cultural, 2009.
3. LABORIT, Emmanuelle. O voo da gaivota. São Paulo: Record, 1995.
4. QUADROS, Ronice Muller de; KARNOPP, Lodenir Becker. Língua de Sinais Brasileira: Estudos Linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.
5. SACKS, Oliver. Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico



INSTITUTO FEDERAL
Ceará
Campus Acopiara

DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO TÉCNICO CONCOMITANTE EM ADMINISTRAÇÃO, NA
MODALIDADE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: Artes, Educação Cultural e Música		
Código:	Carga horária total: 40h	Créditos: 02
Nível: Técnico	Semestre: Optativa	Pré-requisitos: Não
CARGA HORÁRIA	Teórica: 40h	Prática: 0h
	Presencial: 40h	Distância: 0h
	Prática Profissional: Não se aplica.	
	Atividades não presenciais: 8h	
	Extensão: Não se aplica.	
EMENTA		
A disciplina procura elucidar a importância da linguagem musical como instrumento de participação política, social e cultural, tratando de fundamentos conceituais da música como recursos de informação, comunicação e interpretação. Estrutura camadas de conscientização contempladas pela apreciação, reflexão e prática musical.		
OBJETIVOS		
OBJETIVO GERAL		
Compreender a linguagem musical como forma de expressão artística, comunicação e participação social, desenvolvendo a apreciação, a reflexão e a prática musical como instrumentos de formação cultural, cidadã e crítica, valorizando a diversidade cultural brasileira e promovendo o respeito às diferenças.		
OBJETIVOS ESPECÍFICOS		
Compreender a música como forma de linguagem e expressão cultural.		
Identificar a importância da música na sociedade.		
Desenvolver a percepção musical por meio da apreciação e da prática.		
Reconhecer a música como instrumento de comunicação e participação social.		
Conhecer elementos básicos da linguagem musical.		
Refletir sobre a relação entre música, cultura e identidade.		
Valorizar diferentes manifestações musicais.		
Desenvolver atitudes de respeito à diversidade cultural.		
Compreender a música como forma de expressão política e social.		
Reconhecer a contribuição das culturas afro-brasileiras e indígenas na música.		
Estimular a criatividade e a expressão artística.		
Promover a participação cultural e social por meio da música.		
PROGRAMA		

Unidade 1 – Música como linguagem e expressão cultural

Conceito de linguagem musical

Música como forma de comunicação

Música e cultura

Música na sociedade

Música e identidade

Unidade 2 – Elementos básicos da música

Ritmo

Melodia

Harmonia

Timbre

Intensidade

Estrutura musical

Unidade 3 – Música, sociedade e participação cultural

Música como instrumento social

Música e política

Música e movimentos sociais

Música e cultura popular

Música e cidadania

Unidade 4 – Diversidade cultural na música

Música brasileira

Música afro-brasileira

Música indígena

Música regional

Cultura popular

Unidade 5 – apreciação, reflexão e prática musical

Escuta musical

Análise de músicas

Produção musical simples

Expressão corporal e sonora

Atividades práticas musicais

METODOLOGIA DE ENSINO

- As atividades serão desenvolvidas individual e/ou coletivamente, podendo ser utilizando os seguintes procedimentos:
 - Aulas expositivas, dialogadas e participativas;
 - Execução de seminários;
 - Estudo dirigido.
- As aulas serão realizadas atividades educacionais com compartilhamento de materiais, jogabilidade, interatividade, etc. Com respeito aos alunos (as) com necessidades específicas serão utilizados recursos, conforme a necessidade particular de cada caso.
- As atividades não presenciais serão sistematizadas e postadas pelo professor no sistema Q-Acadêmico e consistirão em: atividades de leitura e elaboração de análise crítica e/ou fichamentos de livros, textos base, texto-vídeos, entre outros; atividades de aprofundamento, tais como exercícios, questionários e estudos dirigidos; estudos de caso, resolução de situações-problema e análises; participação em aulas virtuais síncronas ou, preferencialmente, assíncronas; e demais atividades.

RECURSOS

- Serão utilizados os seguintes recursos didáticos:
- Quadro branco, pincel e apagador;
- Recursos audiovisuais (projektor, computador, etc);
- Uso de laboratório;
- Aplicativos educativos disponíveis para smartphones.

AVALIAÇÃO

- As avaliações serão realizadas mediante notas, divididas, no mínimo, em duas notas N1 e N2, que corresponderão a: provas escritas e orais, relatórios, trabalhos de pesquisa individual e em grupo e debates em forma de seminário.
- Avaliação tem perspectiva diagnóstica, contínua e cumulativa por intermédio de aferições diárias, semanais e/ou mensais.
- A frequência é obrigatória, respeitando os limites de ausência previstos em lei, sendo componente de avaliação, com a predominância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados parciais sobre os obtidos em provas finais.
- Realização de exercícios e trabalhos individuais e/ou coletivos; Seminários Interativos; Avaliações escritas: testes e provas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. DUARTE JUNIOR, João Francisco. Por que arte-educação? Campinas: Papirus, 2022. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 09 out 2025.
2. PORTO, Humberta Gomes Machado (org.). Estética e história da arte. São Paulo: Pearson, 2016. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 09 out 2025.
3. PORTO, Humberta Gomes Machado (org.). Arte e educação. São Paulo: Pearson, 2015. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. CORREA, Hugo Leonardo Martins. Arranjo musical. Curitiba: Intersaberes, 2020. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 09 out 2025.
2. DALDEGAN, Valentina; DOTTORI, Maurício. Elementos de história das artes. Curitiba: Intersaberes, 2016. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 09 out 2025.
3. ENGELMANN, Ademir Antonio. Filosofia da arte. Curitiba: Intersaberes, 2012. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 09 out 2025.
4. PSCHIEDT, Jean Felipe. Música e criatividade. São Paulo: Contentus, 2020. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 09 out 2025.
5. SULZBACH, Ândrea. Artes integradas. Curitiba: Intersaberes, 2017. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 09 out 2025.



INSTITUTO FEDERAL
Ceará
Campus Acopiara

DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO TÉCNICO CONCOMITANTE EM ADMINISTRAÇÃO, NA
MODALIDADE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: Educação das Relações Étnico-Raciais, História Afro-Brasileira, Africana e Indígena		
Código:	Carga horária total: 40h	Créditos: 04
Nível: Técnico	Semestre: Optativa	Pré-requisitos: Não
CARGA HORÁRIA	Teórica: 40h	Prática: 0h
	Presencial: 40h	Distância: 0h
	Prática Profissional: Não se aplica.	
	Atividades não presenciais: 8h.	
	Extensão: Não se aplica.	
EMENTA		
Fundamentos históricos, filosóficos, legais e pedagógicos da educação das relações étnico-raciais no Brasil. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena na educação básica e na educação profissional. Racismo estrutural, preconceito, discriminação e políticas de ações afirmativas. História da África em perspectiva positiva: civilizações, reinos, produção de conhecimentos e diáspora africana. História e cultura afro-brasileira: escravização, resistências, quilombos, movimentos negros, religiosidades de matriz africana, artes, literatura, música e demais expressões culturais. Contribuições históricas, políticas e culturais dos povos indígenas na formação da sociedade brasileira. Legislação correlata Princípios e práticas pedagógicas antirracistas na escola e na Educação de Jovens e Adultos: currículo, materiais didáticos, gestão escolar, avaliação e elaboração de projetos educativos voltados à promoção da igualdade racial.		
OBJETIVOS		
OBJETIVO GERAL		
Compreender os fundamentos históricos, legais, filosóficos e pedagógicos da educação das relações étnico-raciais no Brasil, analisando o racismo estrutural, as contribuições dos povos africanos, afro-brasileiros e indígenas na formação da sociedade brasileira, bem como as práticas educativas voltadas à promoção da igualdade racial, da cidadania e dos direitos humanos, considerando as especificidades da Educação de Jovens e Adultos e da Educação Profissional.		
OBJETIVOS ESPECÍFICOS		
Conhecer os fundamentos da educação das relações étnico-raciais.		
Compreender a legislação brasileira sobre igualdade racial.		
Estudar as Diretrizes Curriculares Nacionais para EJA.		
Analisar o racismo estrutural na sociedade brasileira.		
Identificar formas de preconceito e discriminação.		
Compreender o papel das ações afirmativas.		
Conhecer a história da África em perspectiva positiva.		
Estudar a diáspora africana e suas consequências.		
Compreender a formação histórica da população afro-brasileira.		
Identificar formas de resistência negra no Brasil.		
Reconhecer a importância dos quilombos e dos movimentos negros.		
Conhecer a contribuição dos povos indígenas.		
Valorizar a diversidade cultural brasileira.		
Refletir sobre práticas pedagógicas antirracistas.		

Relacionar igualdade racial, direitos humanos e cidadania.
Desenvolver atitudes de respeito à diversidade

PROGRAMA

Unidade 1 – Fundamentos da educação das relações étnico-raciais

Fundamentos históricos

Fundamentos filosóficos

Fundamentos legais

Fundamentos pedagógicos

Educação das relações étnico-raciais no Brasil

Diretrizes Curriculares Nacionais

Unidade 2 – Racismo, discriminação e ações afirmativas

Racismo estrutural

Preconceito e discriminação

Desigualdades raciais no Brasil

Direitos humanos e igualdade racial

Estatuto da Igualdade Racial

Políticas de ações afirmativas

Unidade 3 – História da África e da diáspora africana

História da África em perspectiva positiva

Civilizações africanas

Reinos africanos

Produção de conhecimento na África

Diáspora africana

Escravidão e colonização

Unidade 4 – História e cultura afro-brasileira

Escravidão no Brasil

Resistências negras

Quilombos

Movimentos negros

Religiosidades de matriz africana

Cultura afro-brasileira

Artes, música e literatura

Unidade 5 – Povos indígenas e diversidade cultural

Povos indígenas no Brasil

Culturas indígenas

Organização social indígena

Direitos dos povos indígenas

Contribuições indígenas para a sociedade brasileira

Diversidade cultural

Unidade 6 – Práticas pedagógicas antirracistas

Educação antirracista

Currículo e diversidade

Materiais didáticos

Gestão escolar e inclusão

Projetos educativos para igualdade racial

Educação de Jovens e Adultos e diversidade

METODOLOGIA DE ENSINO

- As atividades serão desenvolvidas individual e/ou coletivamente, podendo ser utilizando os seguintes procedimentos:
 - Aulas expositivas, dialogadas e participativas;
 - Execução de seminários;
 - Estudo dirigido.
- As aulas serão realizadas atividades educacionais com compartilhamento de materiais, jogabilidade, interatividade, etc. Com respeito aos alunos (as) com necessidades específicas serão utilizados recursos, conforme a necessidade particular de cada caso.
- As atividades não presenciais serão sistematizadas e postadas pelo professor no sistema Q-Acadêmico e consistirão em: atividades de leitura e elaboração de análise crítica e/ou fichamentos de livros, textos base, texto-vídeos, entre outros; atividades de aprofundamento, tais como exercícios, questionários e estudos dirigidos; estudos de caso, resolução de situações-problema e análises; participação em aulas virtuais síncronas ou, preferencialmente, assíncronas; e demais atividades.

RECURSOS

- Serão utilizados os seguintes recursos didáticos:
- Quadro branco, pincel e apagador;
- Recursos audiovisuais (projetor, computador, etc);
- Uso de laboratório;
- Aplicativos educativos disponíveis para smartphones.

AVALIAÇÃO

- As avaliações serão realizadas mediante notas, divididas, no mínimo, em duas notas N1 e N2, que corresponderão a: provas escritas e orais, relatórios, trabalhos de pesquisa individual e em grupo e debates em forma de seminário.
- Avaliação tem perspectiva diagnóstica, contínua e cumulativa por intermédio de aferições diárias, semanais e/ou mensais.
- A frequência é obrigatória, respeitando os limites de ausência previstos em lei, sendo componente de avaliação, com a predominância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados parciais sobre os obtidos em provas finais.
- Realização de exercícios e trabalhos individuais e/ou coletivos; Seminários Interativos; Avaliações escritas: testes e provas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AMERICO JUNIOR, Elston; RADVANSKEI, Iziquel Antônio. **Estudo das relações étnico-raciais para o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena**. 1. ed. São Paulo: Contentus, 2020. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 12 dez 2025.

BONZATTO, Eduardo Antonio. **Aspectos da história da África, da diáspora africana e da escravidão sob a perspectiva do poder eurocêntrico**. 1. ed. São Paulo: Ícone, 2021. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 12 dez 2025.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos**. 4. ed. Belo Horizonte:

Autêntica, 2019. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 12 dez 2025.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. **Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010**. Institui o Estatuto da Igualdade Racial. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 jul. 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm. Acesso em: 12 dez. 2025

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. 1. ed. São Paulo: Autêntica, 2019. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 12 dez 2025.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no brasil**. 1. ed. São Paulo: Summus, 2011. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 12 dez 2025.

RATTS, Alex; RIOS, Flavia. **Lelia Gonzalez**. 1. ed. São Paulo: Selo Negro Edições, 2010. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 12 dez 2025.

KRENAK, Ailton; SILVESTRE, Helena; SANTOS, Boaventura de Sousa. **O sistema e o antissistema: três ensaios, três mundos no mesmo mundo**. São Paulo: Autêntica, 2021. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 12 dez 2025.



INSTITUTO FEDERAL
Ceará
Campus Acopiara

DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO TÉCNICO CONCOMITANTE EM ADMINISTRAÇÃO, NA
MODALIDADE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: Gestão Socioambiental		
Código:	Carga horária total: 40h	Créditos: 04
Nível: Técnico	Semestre: Optativa	Pré-requisitos: Não
CARGA HORÁRIA	Teórica: 40h	Prática: 0h
	Presencial: 40h	Distância: 0h
	Prática Profissional: Não se aplica.	
	Atividades não presenciais: 8h.	
	Extensão: Não se aplica.	
EMENTA		
Problemática socioambiental das sociedades contemporâneas: Fatores causadores e alternativas para o equilíbrio; Entendendo as alternativas: A sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável; Produção e consumo sustentáveis como propulsores do novo modelo desse novo modelo de desenvolvimento; Fatores que levam os indivíduos ao comportamento de consumo sustentável; Responsabilidade Social e ambiental como eixos para implantação de modelos de gestão socioambientais; Conceitos, leis e normas relativas às ações de responsabilidade social e ambiental nas organizações; Ferramentas e indicadores para a implantação e avaliação das ações de responsabilidade socioambiental nas organizações; Projetos de responsabilidade socioambiental nos diferentes nichos – social, ambiental, econômico, valorização étnica (indígena e afro-brasileira); Educação ambiental e educação para a sustentabilidade; Direitos humanos como pilar da responsabilidade social; Gestão Social Ambiental; Políticas Ambientais nas Organizações; Estratégias Diferenciadas de Gestão Ambiental; Sustentabilidade e Comunidades Tradicionais: indígenas e afro-brasileiras.		
OBJETIVOS		
OBJETIVO GERAL Compreender a problemática socioambiental das sociedades contemporâneas e desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes voltadas à sustentabilidade, à responsabilidade social e ambiental e à gestão socioambiental nas organizações, considerando os princípios do desenvolvimento sustentável, dos direitos humanos, da valorização da diversidade cultural e das especificidades da Educação de Jovens e Adultos.		
OBJETIVOS ESPECÍFICOS Analisar os principais problemas socioambientais da sociedade contemporânea e seus impactos sociais, econômicos e ambientais. Compreender os conceitos de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável aplicados ao contexto das organizações. Identificar práticas de produção e consumo sustentáveis no ambiente profissional e na vida cotidiana. Reconhecer a responsabilidade social e ambiental como princípio orientador da gestão organizacional. Conhecer leis, normas e políticas relacionadas à responsabilidade socioambiental. Aplicar conceitos de gestão socioambiental na organização do trabalho administrativo. Utilizar indicadores e ferramentas de avaliação de ações socioambientais nas organizações. Desenvolver atitudes de respeito ao meio ambiente, à diversidade cultural e aos direitos		

humanos.

Compreender a importância das comunidades tradicionais, indígenas e afro-brasileiras na construção de práticas sustentáveis.

Relacionar a educação ambiental e a educação para a sustentabilidade ao exercício da cidadania e ao mundo do trabalho.

PROGRAMA

Unidade 1 – Problemática socioambiental contemporânea

Problemas socioambientais nas sociedades contemporâneas

Fatores causadores dos impactos ambientais

Relação entre desenvolvimento econômico e meio ambiente

Alternativas para o equilíbrio socioambiental

Educação ambiental e educação para a sustentabilidade

Unidade 2 – Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável

Conceito de sustentabilidade

Desenvolvimento sustentável

Produção sustentável

Consumo sustentável

Comportamento de consumo consciente

Sustentabilidade no cotidiano e no mundo do trabalho

Unidade 3 – Responsabilidade social e ambiental nas organizações

Responsabilidade social

Responsabilidade ambiental

Responsabilidade socioambiental

Direitos humanos como fundamento da responsabilidade social

Ética, cidadania e gestão responsável

Políticas ambientais nas organizações

Unidade 4 – Gestão socioambiental

Gestão socioambiental nas organizações

Sistemas de gestão ambiental

Estratégias de gestão ambiental

Ferramentas e indicadores de avaliação socioambiental

Projetos socioambientais em organizações públicas e privadas

Sustentabilidade e gestão organizacional

Unidade 5 – Diversidade cultural, comunidades tradicionais e sustentabilidade

Sustentabilidade e comunidades tradicionais

Povos indígenas e preservação ambiental

Cultura afro-brasileira e relações com a natureza

Valorização étnico-racial e sustentabilidade

Direitos humanos e diversidade cultural

Projetos socioambientais com enfoque social, ambiental e cultural

METODOLOGIA DE ENSINO

- As atividades serão desenvolvidas individual e/ou coletivamente, podendo ser utilizando os seguintes procedimentos:
 - Aulas expositivas, dialogadas e participativas;
 - Execução de seminários;
 - Estudo dirigido.
- As aulas serão realizadas atividades educacionais com compartilhamento de materiais, jogabilidade, interatividade, etc. Com respeito aos alunos (as) com necessidades específicas serão utilizados recursos, conforme a necessidade particular de cada caso.

• As atividades não presenciais serão sistematizadas e postadas pelo professor no sistema Q-Acadêmico e consistirão em: atividades de leitura e elaboração de análise crítica e/ou fichamentos de livros, textos base, texto-vídeos, entre outros; atividades de aprofundamento, tais como exercícios, questionários e estudos dirigidos; estudos de caso, resolução de situações-problema e análises; participação em aulas virtuais síncronas ou, preferencialmente, assíncronas; e demais atividades.
RECURSOS
• Serão utilizados os seguintes recursos didáticos: • Quadro branco, pincel e apagador; • Recursos audiovisuais (projetor, computador, etc); • Uso de laboratório; • Aplicativos educativos disponíveis para smartphones.
AVALIAÇÃO
• As avaliações serão realizadas mediante notas, divididas, no mínimo, em duas notas N1 e N2, que corresponderão a: provas escritas e orais, relatórios, trabalhos de pesquisa individual e em grupo e debates em forma de seminário. • Avaliação tem perspectiva diagnóstica, contínua e cumulativa por intermédio de aferições diárias, semanais e/ou mensais. • A frequência é obrigatória, respeitando os limites de ausência previstos em lei, sendo componente de avaliação, com a predominância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados parciais sobre os obtidos em provas finais. • Realização de exercícios e trabalhos individuais e/ou coletivos; Seminários Interativos; Avaliações escritas: testes e provas.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
1. CURTI, Denise (org.). Gestão ambiental. São Paulo: Pearson, 2010. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br. Acesso em: 02 jul. 2025. 2. DIAS, Genebaldo Freire. Educação e gestão ambiental. 2. ed. São Paulo: Global, 2005. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br. Acesso em: 02 jul. 2025. 3. STRUCHEL, A. C. de O.; MENEZES, R. Gestão ambiental para cidades sustentáveis. São Paulo: Oficina de Textos, 2019. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br. Acesso em: 02 jul. 2025
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
1. MOURA, Luiz Antônio Abdalla de. Economia ambiental: gestão de custos e investimentos. 5. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2023. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br. Acesso em: 02 jul. 2025. 2. SCHNEIDER, Vania Elisabete. Gestão e tecnologias para o meio ambiente: gestão ambiental. Porto Alegre: Educs, 2021. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br. Acesso em: 02 jul. 2025. 3. SZABÓ JÚNIOR, Adalberto Mohai. Educação Ambiental e Gestão de Resíduos. 3. ed. São Paulo: Rideel, 2010. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br. Acesso em: 02 jul. 2025. 4. YABE, Izabela de Gracia. Planejamento e gestão ambiental. São Paulo: Contentus, 2020. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br. Acesso em: 02 jul. 2025. 5. SANTOS, Boaventura de Souza. A cruel pedagogia do vírus: o mundo pós-pandemia e os desafios da justiça social. São Paulo: Cortez, 2021